



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO SURDO, NA ESCOLA MUNICIPAL ZILCA
NUNES VIEIRA BERMUDEZ – ARACRUZ -ES-BRASIL

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

Asunción – Paraguay

2022

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

**A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO SURDO, NA ESCOLA
MUNICIPAL ZILCA NUNES VIEIRA BERMUDEZ – ARACRUZ -ES-
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação de Mestrado em Ciências de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito para obtenção do grau de Máster em Ciencia de la Educación.

Tutor: Prof. Dra. Daniela Ruíz- Díaz Morales

Asunción, Paraguay

2022

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO SURDO, NA ESCOLA MUNICIPAL ZILCA
NUNES VIEIRA BERMUDES – ARACRUZ -ES-BRASIL

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Daniela Ruíz Díaz Morales

Tese de Mestrado em Ciências da Educação. p. 136 – UAA, 2022.

Palavras Chave:

1. Deficiências 2. Inclusão 3. Libras 4. Professor 5. Surdo

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

**A INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNO SURDO, NA ESCOLA
MUNICIPAL ZILCA NUNES VIEIRA BERMUDEZ – ARACRUZ -
ES-BRASIL**

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Master em Ciência de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA pelos seguintes doutores que assinam em baixo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram, a equipe da Escola EMEF Zilca Nunes Vieira Bermudes por ter me proporcionado todo apoio e dedicação. A comunidade surda que tem compartilhado informações para enriquecer o ensino da pessoa com surdez.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela concessão da vida e do livre arbítrio.

Aos meus pais, pela educação, dedicação e amor e a minha gratidão pelo apoio e motivação que me conferiu ao longo do tempo dedicado ao trabalho.

Aos meus filhos, pela ausência, confiança e eterno amor.

À meu esposo, porto seguro da minha vida, minha gratidão pelo amor, carinho, convivência, compreensão e apoio integral em tudo que fiz e realizei até hoje.

Aos Professores orientadores, meus sinceros agradecimentos pela orientação segura e o incentivo constante na realização deste trabalho.

Aos colegas, meus sinceros agradecimentos por tudo e espero poder continuar a merecer sua amizade e atenção.

Muito obrigada!

A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora, pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar.

Thaís Moraes

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE FIGURAS.....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XII
RESUMEN.....	XIII
RESUMO.....	XIV
ABSTRACT.....	XV
INTRODUÇÃO.....	01
1. BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM SURDEZ NA ESCOLA.....	08
1.1 Adaptações curriculares para favorecer a inclusão.....	11
1.1.1. Conceitos e tipos de surdez.....	17
1.1.2. Causas da surdez.....	20
1.1.3. Inclusão escolar e o estudante surdo.....	21
1.1.4. A participação da família no processo de inclusão.....	24
1.1.5. O papel da escola no atendimento ao estudante surdo	27
1.2. Aspectos da linguagem e comunicação com a pessoa surda.....	29
1.2.1 O ensino de LIBRAS no contexto escolar.....	31
1.2.2. O papel do professor da sala regular no processo de inclusão.....	34
1.2.3. A questão do intérprete como mediador da comunicação na sala de aula.....	37
1.2.4. A importância da formação continuada para o professor com sala de aula inclusiva.....	39
1.2.5 As políticas públicas para a formação continuada para o professor e as leis brasileiras no paradigma da inclusão.....	41
1.3. A coordenação pedagógica.....	44
1.3.1. A importância da coordenação pedagógica no processo de inclusão escolar..	45
1.3.2. A coordenação pedagógica e o professor da sala regular: caminhos para se construir a inclusão.....	47
1.3.3 O processo de comunicação do professor ouvinte e o estudante surdo.....	48
2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	50
2.1 Fundamentação metodológica.....	50
2.2 Problema da investigação.....	51

2.3	Objetivos da pesquisa.....	53
2.3.1	Objetivo geral.....	53
2.3.2	Objetivos específicos.....	53
2.4	Desenho da pesquisa.....	54
2.5	Técnicas e instrumentos para coleta de dados.....	56
2.5.1	Observação sistemática/estruturada.....	56
2.5.2	Guia de entrevista.....	56
2.5.3	Entrevista aberta.....	57
2.6	Participantes da pesquisa.....	58
2.6.1	Processo de seleção dos participantes	59
2.6.2	Coordenador pedagógico.....	60
2.6.3	Professor do do ensino regular.....	60
2.6.4	Alunos do 7º ano do ensino fundamental.....	60
2.6.5	O professor do Atendimento Educacional Especializado -AEE.....	61
2.6.6	O gestor escolar	61
2.6.7	O intérprete.....	61
2.7	Elaboração e validação dos instrumentos.....	62
2.8	Procedimento para a coleta dos dados.....	63
2.9	Técnicas de análise e interpretação dos dados.....	63
2.9.1	Codificar dados	65
2.9.2	Interpretar dados.....	65
2.10	Análise da Unidade escolar: Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes / Aracruz / ES/Brasil.....	65
3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	68
3.1	O perfil do coordenador pedagógico.....	68
3.1.1	As interações entre a equipe pedagógica e o estudante surdo.....	69
3.1.2	Estratégias utilizadas para favorecer a inclusão do estudante surdo.....	70
3.1.3	A participação do estudante surdo na sala de aula.....	71
3.1.4	Consequências para a escola decorrente do processo de inclusão.....	72
3.2	O perfil do intérprete.....	72
3.2.1	O desenvolvimento do atendimento pedagógico.....	73
3.2.2	Processo de avaliação do estudante com surdez.....	73
3.2.3	A inclusão de pessoas surdas e a busca pela formação em LIBRAS.....	74

3.2.4 A relação estabelecida entre o professor do AEE e do ensino regular.....	75
3.3 O perfil do professor do AEE.....	76
3.3.1 A Proposta de inclusão implantada nas escolas municipais de Aracruz no Estado do Espírito Santo.....	76
3.3.2 A contribuição do AEE no processo de inclusão.....	77
3.4 O perfil do professor do ensino regular.....	78
3.4.1 O trabalho pedagógico com estudantes com deficiências.....	79
3.4.2 O planejamento para atender os estudantes surdos.....	79
3.4.3 Dificuldades de atender os estudantes surdos no contexto escolar.....	81
3.4.4 A comunicação entre o professor ouvinte com o estudante surdo.....	82
3.4.5 O processo avaliativo da aprendizagem escola na ótica da inclusão.....	83
3.5 O perfil do gestor escolar.....	84
3.5.1 A entrada do estudante surdo na escola.....	84
3.5.2 Medidas organizacionais e pedagógica para atender o processo de inclusão..	85
3.5.3 Ações positivas para o desenvolvimento profissional frente a inclusão.....	86
3.6 Perfil dos estudantes.....	87
3.6.1 Os impactos causados no estudante ouvinte com a inclusão de surdos na sala de aula.....	87
3.6.2 A interação entre ouvintes e surdos.....	88
3.6.3 O trabalho pedagógico diferenciado.....	89
CONCLUSÕES.....	91
RECOMENDAÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	104

LISTA DE TABELAS

TABELA N.º 1	Técnicas utilizadas na pesquisa.....	58
TABELA N.º 2	Participantes da pesquisa.....	59
TABELA N.º 3	Profissionais atuando na escola.....	66
TABELA N.º 4	Número de professores por escolaridade e etapa/modalidade de ensino.....	67
TABELA N.º 5	O perfil da coordenação pedagógica	68
TABELA N.º 6	O perfil do profissional intérprete.....	72
TABELA N.º 7	O perfil do professor do Atendimento Educacional Especializado..	76
TABELA N.º 8	O perfil dos professores que atuam no ensino regular.....	78
TABELA N.º 9	O perfil do gestor escolar	84
TABELA N.º 10	O perfil dos estudantes do 7.º ano do ensino fundamental	78

LISTA DE FIGURAS

FIGURA N.º 1: Esquema da análise e interpretação dos dados.....	63
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CF	Constituição Federal
CP	Coordenação Pedagógica
DA	Deficiência Auditiva
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ES	Espírito Santo
IE	Intérprete Educacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos.
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UA	Universidade Americana
UAA	Universidade Autônoma de Assunção

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo general analizar el proceso de inclusión de la educación regular de un estudiante sordo en la Escuela Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes - Aracruz -ES-Brasil. Tiene como eje problemático: ¿Cuáles son los mayores desafíos que enfrenta el profesor en la vida diaria, en el aula con la inclusión de estudiantes sordos? En esta perspectiva, la investigación es de naturaleza cualitativa, con un alcance descriptivo. Los instrumentos de recolección de datos son la observación sistemática y la aplicación de cuestionarios abiertos. Los participantes de la investigación son: un coordinador, un administrador de la escuela, siete maestros (as) que trabajan con el estudiante sordo en un aula regular, un intérprete, un maestro del Servicio Educativo Especializado y ocho estudiantes que escuchan. La relevancia de este estudio se debe a la concepción de que la inclusión de sordos en las escuelas públicas es un desafío para la escuela, especialmente para el maestro. Los análisis obtenidos de los instrumentos de recolección de datos se dividieron en seis categorías, organizadas en subtemas. Los resultados obtenidos con la investigación son consistentes con la realidad que enfrenta este estudiante, es decir, la falta de condiciones para ser realmente incluido en las aulas regulares, debido a la ausencia de capacitación en el Lenguaje Brasileño de Señas (LIBRAS) para los maestros que escuchan.

Palabras clave: Deficiencias. Inclusión. Libras. Profesor. Sordo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão do ensino regular de um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz - ES-Brasil. Tendo como problemática: Quais os maiores desafios que o professor ouvinte enfrenta no cotidiano na sala de aula com a inclusão de alunos surdos? Nessa perspectiva, a pesquisa é de cunho qualitativo, com abordagem descritiva. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação sistemática e aplicação de questionários abertos. Os participantes da pesquisa foram: um coordenador, um gestor escolar, sete professores (as) atuantes com o estudante surdo em sala de aula regular, um intérprete, um professor do Atendimento Educacional Especializado e oito estudantes ouvintes. A relevância desse estudo se dá por conceber-se que a inclusão para surdos na escola pública, é um desafio posto a escola, principalmente para o professor. As análises obtidas a partir dos instrumentos de coleta de dados foram distribuídas em seis categorias, organizadas em subtópicos. Os resultados obtidos com a pesquisa condizem com a realidade que esse estudante enfrenta que é, a falta de condição de serem realmente inclusos nas salas de aula regulares, pela ausência da formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dos professores ouvintes.

Palavras-Chave: Deficiências. Inclusão. LIBRAS. Professor. Surdo.

ABSTRACT

The present work has as general objective to analyze the process of inclusion of the regular education of a deaf student in the Municipal School Zilca Nunes Vieira Bermudes - Aracruz - ES-Brazil. Having as problematic: What are the biggest challenges that the listening teacher faces in the daily life in the classroom with the inclusion of deaf students? In this perspective, the research is of a qualitative nature, with a descriptive approach. The data collection instruments were systematic observation and application of open questionnaires. The research participants were: a coordinator, a school manager, seven teachers (as) working with the deaf student in a regular classroom, an interpreter, a teacher from the Specialized Educational Service and eight listening students. The relevance of this study is due to the conception that inclusion for the deaf in public schools is a challenge for the school, especially for the teacher. The analyzes obtained from the data collection instruments were divided into six categories, organized into subtopics. The results obtained with the research are consistent with the reality that this student faces, that is, the lack of conditions to be really included in the regular classrooms, due to the absence of Brazilian Language of Sinais (LIBRAS) training for the listening teachers.

Keywords: Shortcomings. Inclusion. Pounds. Teacher. Deaf

INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada como “a educação de surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil, vem discutir a importância de uma educação igualitária, na qual todos possam aprender dentro de suas limitações, para isso se faz necessário refletir de forma sistemática sobre a prática pedagógica do professor e como os estudantes tem demonstrado ou não, interesse em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento. Também se faz preciso compreender se as diferenças e as aspirações dos estudantes vem sendo respeitadas no contexto escolar. Nesta ótica, esta dissertação se propõe a analisar como se dar a inclusão escolar para estudantes com surdez na escola pública com a finalidade de assegurar o processo de inclusão de forma efetiva.

Por ser um desafio a inclusão escolar para o Brasil, atualmente tem se observado que há um grande debate acerca do tema “inclusão de pessoas surdas na escola”, pois trata-se de uma questão muito melindrosa que carece de políticas bem mais eficazes para que o processo inclusivo se estabeleça no país. A respeito da inclusão Neto (2018, p.83), afirma que:

Falar em inclusão é sempre desafiador, pois, para muitos, ainda é um campo desconhecido, mas para compreender melhor o discurso atual da inclusão e seus aspectos, que causam por vezes angústias e também algumas polêmicas, é preciso voltar ao tempo para compreender o processo histórico da Pessoa com Deficiência, perpassar pela educação especial até chegar ao movimento da Educação Inclusiva.

Torna-se preocupante para a escola, ao matricular o estudante surdo dentro do seu espaço, e isso acontece justamente pela falta de qualificação da escola, e em especial a do professor, pois é ele que irá lidar sistematicamente com esse estudante na sala de aula.

Não se pode negar que a inclusão desse estudante na sala de aula está sendo aos poucos acontecendo no cotidiano escolar, porém deve-se proporcionar não somente a esse, mais ao professor, o acesso à cultura surda- a LIBRAS, aos elementos que fortalecem a identidade surda como também uma educação bilíngue, assim como propõe o PNE, Plano Nacional de Educação (2015). Além disso, outras dificuldades são encontradas na educação inclusiva que vai desde às salas de aulas lotadas; escolas sem infraestrutura adequada e sem adaptações na ótica das diversas limitações de acessibilidade para as mais

variadas deficiências que há no contexto da escola; pais que não acreditam no processo inclusivo e o fator mais gritante: as práticas e políticas pedagógicas que não corroboram para um ambiente interativo e ao mesmo tempo inclusivo. Essas mesmas concepções possuem Araújo e Linhares (2014, p.36), conforme comungam:

Na prática, o que se percebe é a necessidade cada vez mais crescente de preparação dos professores e dos demais profissionais da educação para trabalharem com o acolhimento desses alunos em suas classes ou escolas, com vista a uma atuação diferenciada com qualidade e respeitando as exigências necessárias a cada deficiência apresentada pelas crianças.

Nesse sentido, a formação continuada é o caminho a ser seguido caso contrário, o professor encontrará grandes dificuldades para a realização na sua ação didática, na perspectiva de ensinar para todos de modo igual, pois, partindo do pressuposto que o conhecimento e a formação dos professores do ensino regular faz a diferença, para que aconteça a inclusão de qualidade.

Além da formação do professor, para que a efetivação da inclusão escolar se concretize, é preciso também que a escola prepare-se para tal, incluindo aí o preparo de todos os seus funcionários, além de adequar o currículo que ela pretende desenvolver. Tudo isso envolve estratégias pedagógicas e administrativas e se dá por meio de diversos procedimentos planejados e implementados pela escola com a finalidade de atingir os objetivos de ensino traçados e pautados na ótica da inclusão. Portanto, deve-se lançar mãos de métodos, técnicas e práticas, explorados de forma que o estudante com deficiência possa produzir e expressar o conhecimento, principalmente levando-se em consideração aqueles que possuem deficiência auditiva (DA).

Por ter a audição prejudicada, o estudante surdo não consegue escutar, e necessitará de um olhar diferenciado por parte da escola e em especial o do professor e implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência desse estudante no ambiente escolar, promovendo uma aprendizagem satisfatória, tendo a sua língua (LIBRAS), valorizada por todos. Dessa forma, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os deficientes auditivos.

Conde (2015, p. 40), afirma que:

Analisar a imersão do sujeito com deficiência no meio cultural é um processo desafiador e conflituoso; uma mediação pressupõe a interação entre todas as crianças. A deficiência apresenta um significado cultural, que pode restringir a participação do outro nas práticas sociais. Para que isso não

ocorra, precisamos acreditar nas possibilidades do sujeito, respeitando os seus valores e suas motivações.

Corroborando com a autora, entende-se que inclusão é um processo complexo, mas possível de acontecer se acreditarmos que todos têm as mesmas oportunidades de aprender, para isso deve-se oportunizar-se condições ao indivíduo com surdez para que ele possa vivenciar dentro da escola, momentos de trocas, de coletividade, de respeito mútuo e acima de tudo, de ser respeitado nas suas diferenças.

Na sociedade contemporânea é possível notar que a inclusão de pessoas com surdez vem se dando nos mais diferentes segmentos sociais. Essas pessoas estão sendo inseridas no âmbito escolar enquanto parte dessa mesma sociedade, para convivem com os ouvintes de maneira comunicativa, ou seja, um aprendendo com o outro, fazendo disso uma troca de conhecimentos. Contudo, apesar desse ensejo, não se pode afirmar que o processo de inclusão esteja sendo desenvolvido na sua essência, de forma integral, e isso porque a comunicação entre todos não tem acontecido de forma igual. Dito de outra forma, nem os ouvintes conseguem interpretar o que o surdo fala e muito menos o surdo não consegue estabelecer uma comunicação com o ouvinte, e esse não é o propósito da inclusão.

O panorama da educação brasileira que impõe a educação inclusiva com estudantes surdos na sala de aula no ensino regular, tem apresentado um grande desafio e diz respeito a um quadro de professores sem experiência e habilidade para trabalhar com esse público. É um grave problema posto ao professor, que em sua grande maioria não possui a competência da comunicação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Nesse entendimento, Silva e Oliveira (2016, p.3), enfatizam que: “Pensar na inclusão vai além de matricular a criança na escola, é necessário atender as especificidades e as necessidades educacionais além do engajamento de todos que fazem parte desse processo”. Dessa forma, é preciso atentar-se para esse fato, enfatizando-se que o sistema educacional precisa investir na formação do professor do ensino regular para prepará-los para a condução de um trabalho que propicie a ampliação da competência linguística dos estudantes surdos.

Muitas vezes a pessoa surda é considerada como incapaz, essa concepção ainda tem persistido e porque não dizer se perpetuando nos dias atuais, devido ao histórico dessas pessoas terem sido marcada por grandes dificuldades e de exclusão social.

Durante muito tempo a pessoa surda foi vista como ineducáveis, ou seja, eram esquecidos pela sociedade e pela família que não os via com nenhuma possibilidade de ser educadas para viver em sociedade. Foram muitos anos de repleta segregação social. Com o passar

dos tempos, devido aos fortes movimentos que almejavam por uma educação para todos, aos poucos as pessoas surdas foram sendo inseridas no âmbito escolar, o que favoreceu o surgimento de um novo profissional dentro da escola, o intérprete. Esse profissional tem sido o elo entre o ouvinte e o surdo tendo a Linguagem Brasileira de Sinais -LIBRAS.

Ao ser incluído na escola, espera-se que além de ter o intérprete como mediador da comunicação, a escola deva oferecer:

[...] oportunidades de aprendizagem a todos, indistintamente, respeitando a diversidade presente no contexto escolar. Essa intenção deve estar clara no Projeto Político Pedagógico da escola, de forma que o currículo proposto seja dinâmico e flexível, permitindo ajustar o fazer às peculiaridades de cada aluno. O processo de avaliação e a organização do trabalho escolar com espaços diversificados atendam os diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo o seu desenvolvimento e sua aprendizagem (Pozzer, 2015, p13.).

Como se pode observar, de acordo com a autora, a inclusão abrange uma série de mudanças que envolve a reorganização escolar. É preciso ater-se que a surdez de forma alguma é um complicador para o desenvolvimento intelectual da pessoa que a possui e por isso mesmo, faz necessário entender que ela aprende como outro estudante qualquer, mas para que se perceba essa aprendizagem, se faz emergente a presença do intérprete nesse ambiente. É o intérprete que recebe e passa as informações, ideias, conceitos entre outros tipos de diálogos para a pessoa que não escuta. O papel que ele realiza na comunicação é muito importante.

A profissão do intérprete está regulamentada na lei 12.319, de 01 de setembro de 2010, no seu artigo 1.º. Já no Art. 2º reza que: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.” É por meio da LIBRAS, que o intérprete intermedia uma ação que corresponde a aquisição do conhecimento pela pessoa com DA.

Sobre as normas e critérios básicos de promoção e acessibilidade as pessoas com deficiências, no artigo 18, da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispõe o seguinte:

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Brasil/2000).

Desse modo, o papel do intérprete no processo inclusivo de pessoas com surdez é elemento fundamental. Analisando as orientações de Mendes (2012, p.142), que afirma:

A educação do surdo na perspectiva das políticas públicas está voltada à garantia de acesso e permanência do surdo nas escolas regulares de ensino. No entanto, ao mesmo tempo, com a legislação vigente, garantindo o direito linguístico ao surdo de ter acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais, o poder público cria uma estratégia para manter a ideia de que a educação dos surdos deva ser disponibilizada no ensino regular, oferece intérprete da língua de sinais, onde houver surdos matriculados

É o intérprete que realiza a interpretação de uma língua falada para a sinalizada e da mesma forma interpreta a língua de sinais para a língua falada.

A Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS, é a língua oficial da população surda brasileira. Essa língua possui “[...] Uma estrutura linguística diversa, viso espacial, com sintaxe, morfologia e “fonologia” próprias [...]” (Lacerda e Santos, 2013, p.28). Esta linguagem se dá a partir dos movimentos das mãos, de gestos e de expressões faciais. Vale salientar que não se pode referir-se a LIBRAS, como linguagem, mas como uma língua, isso porque ela possui regras gramaticais como a língua portuguesa ou outro idioma qualquer.

Diante do exposto, torna-se importante que sejam ofertadas cursos de cunho obrigatório para todos os professores que possuem estudantes com surdez na sala de aula na perspectiva de poder se oferecer um ensino igualitário para todos, sem excluir ninguém.

Mediante esse contexto busca-se responder as seguintes questões investigativas: Quais são os maiores desafios que o professor ouvinte enfrenta no cotidiano na sala de aula com a inclusão de alunos surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil? De que forma tem se dado o preparo do professor da sala regular, para trabalhar com a inclusão de estudantes surdos na sala de aula? Quais as metodologias utilizadas pelo professor da sala de aula regular, para atender todos os estudantes, de forma igualitária? Qual o papel do intérprete na relação com o professor da sala regular que facilite a instrumentalização desse professor para trabalhar com o aluno com surdez? O professor do Acompanhamento Especial Individualizado (AEE) tem atuado como intermediário da relação entre o intérprete e o professor da sala regular?

Para que se chegue até a resposta desses questionamentos, o foco central se faz em torno do seguinte problema de investigação: Como tem se dado as práticas

pedagógicas dos professores da sala de aula regular, no processo de inclusão de estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil?

Para responder à essa problemática, com a intenção de lançar propostas e recomendações acerca do fenômeno em questão, foram delineados os objetivos geral e específicos.

O objetivo geral trata a respeito das informações relevantes obtidas mediante estudo aprofundado em relação ao fenômeno objeto de estudo, que na presente investigação apresenta-se como, analisar como a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação têm sido percebidos e colocados em prática pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil. No entendimento de Minayo, Deslandes e Gomes (2018, p.41), afirmam que o objetivo geral “diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto”.

Os objetivos específicos são as ações a serem seguidas para que se possa concretizar o objetivo geral, que, nesta pesquisa se apresentam como sendo, investigar como se dá o processo de interlocução entre o professor da sala regular e os estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES/Brasil, averiguar como funcionam as adaptações curriculares voltada para a questão da inclusão linguística e pedagógica dos estudantes surdos e como ocorre a relação professor da sala regular com esses estudantes e verificar de que forma a prática pedagógica do professor da sala de aula regular, tem contribuído para uma ação inclusiva para os estudantes surdos e ouvintes. Nas palavras de Minayo, Deslandes e Gomes (2018, p.41) “os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral”.

Sendo assim, no âmbito social, a relevância desse estudo se dá na perspectiva de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, no qual o papel do professor de estudantes surdos é o de possibilitar um ensino onde todos possam se comunicarem efetivamente.

Além do que, esta pesquisa será de grande importância para o sistema de ensino e para o campo acadêmico, visto que a formação do professor do ensino regular, tendo em vista o processo de inclusão, é um dos elementos fundamentais para que a inclusão de concretize.

Para os professores, esse estudo contribuirá para estimulá-lo a buscar novos conhecimentos por meio da formação continuada nas diversas áreas do conhecimento, no

sentido de ampliar e ao mesmo tempo fortalecer seus conhecimentos na perspectiva de garantir uma aprendizagem significativa para todos por meio da comunicação efetiva.

Diante do que foi exposto, compreende-se que o resultado dessa investigação possa contribuir positivamente para que a inclusão das pessoas com surdez na escola, aconteça de forma integral, levando-se em consideração que todos têm o direito de conviverem juntos, respeitando-se as diferenças.

Ademais, essa pesquisa tem a finalidade de contribuir para o aprofundamento de estudos posteriores que envolvem o processo de inclusão escolar na sociedade globalizada no qual o papel da escola deve ser o de proporcionar a “todos” os ouvintes o acesso a língua de sinais – LIBRAS, garantindo dessa forma, uma comunicação prazerosa.

Sendo assim, espera-se que o desenvolvimento dessa pesquisa possa contribuir de forma para a minimizar os problemas que a escola tem enfrentado pela inclusão de estudantes com deficiência auditiva, porque o que se tem observado é uma prática pedagógica neutra para esse público.

Diante de toda a exposição geral da pesquisa, o trabalho além desta introdução foi estruturado em três partes, conectados em um só conjunto, para facilitar melhor a consolidação do estudo. De forma que está organizado da seguinte forma:

Na primeira parte aborda-se a Fundamentação Teórica, que é subdividido em três capítulos que explanam sobre o histórico das pessoas com deficiências no Brasil, enfatizando o papel da escola e da família nesse processo. Apresenta-se ainda a relevância que a LIBRAS tem no processo de comunicação das pessoas com surdez, enfatizando que as Leis brasileiras preconizam que o professor com salas inclusas para com esse estudante se faz necessário a oferta do curso dessa língua.

Na segunda parte destaca-se a Metodologia da pesquisa, que justifica tal investigação, apresenta-se o desenho metodológico, o contexto espacial, os participantes das pesquisas, bem como as técnicas e instrumentos da coleta de dados, os procedimentos para realizar essa coleta de dados e por último as técnicas de análise e interpretação de dados.

Na terceira parte, serão abordados a Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa.

Finalizando, apresenta-se as Conclusões e Propostas, realizadas a partir das interpretações e análise dos dados coletados bem como do referencial teórico estudado, dando ênfase a apresentação de algumas recomendações consideradas relevantes para a continuidade do estudo futuro.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM SURDEZ NA ESCOLA

O debate acerca da “Inclusão escolar”, apresenta-se cada vez mais fortalecido na atual sociedade, tornando-se evidente o discurso movido por enorme esforço em prol da garantia deste bem tão precioso, visto que, ser incluído, no sentido de ser aceito mutuamente é uma necessidade vital do ser humano. Tal concepção aponta que o acesso à escola é inerente à natureza humana e admite o senso de pertencimento; sobretudo nos grupos em que se encontram inseridos, ou que, tem alguma participação, principalmente no que tange a presente “era” em virtude da quebra de barreiras geográficas em um mundo globalizado e dito, “sem fronteiras”.

Estudos apontam que uma parcela da população brasileira ainda não tem desfrutado das mesmas oportunidades em relação ao direito de estudar; meio esse, favorável à interação com a diversidade e multiculturalidade de culturas existentes no Brasil. Dessa forma, enquanto um grupo usufrui deste privilégio, o outro é levado ao isolamento, pondo-se em situação de risco, sendo marginalizado e deixando-se de ser notado ou aceito na sociedade pelos mais variados motivos, dentre os quais: ausência de cautela para com os menos favorecidos, desconhecimento da legislação e dos direitos humanos, ante paixão por parte dos próprios familiares da pessoa com deficiência, seja por vergonha, ou simplesmente por não acreditar no potencial dessas pessoas.

Ao voltar-se ao passado, vê-se que essas pessoas seja qual fosse a sua deficiência, eram tidas como incapazes pela sociedade, muitas vezes foram mortas ou quando não, abandonadas pela própria família. Essa situação é retratada por Gaudenzi e Ortega (2016, p.3062-3063) que relatam o seguinte:

Relatos contam que Portadores¹ de um corpo marcado pela diferença foram, por um longo período do pensamento ocidental, compreendidos como inválidos, anormais, monstros ou degenerados e seus corpos eram entendidos misticamente como resultado da ira ou do milagre divinos. A

¹ A palavra Portadores, não é mais usada no momento atual, e sim deficientes, no entanto, outros termos como “excepcionais” e “portadores de necessidades especiais”, embora anacrônicos e incorretos, persistem na sociedade, particularmente por serem repetidos pela mídia, evidenciando o modelo integrador da deficiência.

anomalia, sobretudo a congênita, era vista como corporificação da ira dos deuses e o destino do sujeito era a morte imediata.

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiências têm recebido diversos tipos de tratamentos, e os registros mais antigos dão conta que alguns povos simplesmente as exterminavam, outros que as excluíaam ou segregavam do convívio social e por isso mesmo não tinham o direito à vida, muito menos a escola. Silva e Arruda (2014, p. 10), complementa tal afirmação e acrescenta que: “A história da inclusão foi marcada por uma forte rejeição, preconceito e discriminação. Relata-se que na literatura da Roma Antiga as crianças com deficiência, nascidas no princípio da era cristã, eram afogados por serem considerados anormais e débeis”. Tudo isso os levavam a uma vida marcada de dor e de solidão. Corroborando com os autores, Oliveira (2016, p.12), destaca que: ”

Ao longo da história da humanidade, a pessoa com deficiência foi tratada de diferentes formas, com diversos estereótipos (deus humano, idiota, monstro, esmolento, débil e outros) e desumanidades (abandonados, devorados por animais selvagens, queimados vivos e outros).

Como se pode observar, eram pessoas que não tinha uma vida digna e muito menos direito algum.

Recentemente a história da pessoa com deficiência no Brasil passou a tomar outro rumo, pessoas ligadas aos movimentos sociais em defesa de um mundo mais igualitário e humanitário se organizaram para incluir as pessoas com deficiências para ser visualizado na sociedade, passando a ser aceitas de fato como sujeitos de direitos, principalmente por meio de leis e decretos criados para que essas pessoas tivessem participação dentro dos diversos espaços sociais, entre eles, a escola.

Nesse sentido, a escola passa a ser reconhecida como o meio mais eficaz à incorporação do ser humano em direção à democracia, a partir da abertura de espaço para que todos independentemente de quaisquer aspectos, encontre o seu lugar, não na condição de “deficiente”, mas, como um portador de direitos, subjugados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, ao mencionar a universalização do Ensino. Todavia, a aspiração do ser humano associada à intenção da Lei de que a inclusão se materialize, exigirá muito além da sua inserção no espaço escolar; que reclama por adequações nos aspectos físico-estruturais, como ajustes arquitetônicos, profissionais formados na área de Linguagem de Sinais e demais exigências legais previstas em diversos documentos que orientam caminhos a possibilitar a devida acolhida; que inclui também, as condições favoráveis à aprendizagem, atrelada ao desenvolvimento integral da pessoa.

Neste sentido, o termo “inclusão” carrega em seu bojo interesses sociais e fica concebida como sendo: a satisfação à uma necessidade primordial do ser humano, e que traz em seu contexto uma abrangência de sentido, bem mais superior a atual conjuntura escolar. Recorrendo-se a Cruz e Arruda (2014, p.10), a respeito da inclusão, citam que:

A inclusão é um processo contínuo de conscientização, construído a partir do respeitar as pessoas, suas diferenças e limitações, tendo como horizonte a ética, com objetivo de construir uma sociedade com possibilidade de participação de todos na construção de cidadania, de tal modo que não se pode fazer inclusão somente através de leis e decretos.

Na concepção de Araújo e Linhares (2014, p. 42), a inclusão “[...] implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. São concepções similares na ótica dos autores, no que diz respeito a inclusão, em que pode-se observar em que diversos fatores se apresentam como impulsionadores desse processo, aspecto muito importante à promoção dos direitos humanos e, em consequência, ao exercício da “cidadania”, tendo em vista haver uma relação um tanto íntima entre ambos os termos (inclusão e cidadania). Trata-se de uma resposta aos anseios do indivíduo no intuito de satisfazer suas necessidades básicas, pois a sociedade em toda a sua plenitude ecoa um clamor por este tão eminente sonho que é a inclusão, a qual perpassa a sala de aula e demanda, além dos aspectos supramencionados, principalmente mudança de concepções de atitudes, o que implica necessariamente na remoção de barreiras atitudinais que se erguem a cada dia, apresentando-se veementemente entre os humanos, gerando elevado nível de mal-estar e, provocando dissensão entre eles ao ponto de impedir a condição harmoniosa para com os semelhantes, pela ausência do diálogo, tão necessário à boa convivência. E tais práticas nocivas, ferem princípios associados à humanização no que respeito a pessoa com deficiência, sobretudo a deficiência auditiva (DA). Entretanto, bem mais lamentável ainda, pelo que é possível observar e se tem constatado com frequência, é que também no contexto educacional, na trajetória histórica da inclusão escolar, tais práticas ainda subsistem; conforme é ratificado por Lopes e Fabris (2013, p. 96 -97):

A Educação Especial desenvolve-se no Brasil com muitas críticas, entre elas: o acento na deficiência, a segregação dos alunos em salas e escolas especiais; a falta de acessibilidade nas próprias escolas, a forte ênfase na

correção e na compensação, o foco assistencialista e muitas vezes de tolerância que, muitas vezes, parecia determinar as práticas profissionais.

Isto se dá inicialmente quando a escola era caracterizada pela sua postura dualista, excelente para poucos e para maioria, inexistente. Desta maneira, contrariando a proposta da universalização do ensino, cujo cerne compreende o coletivo, uma proposta social que, embora importante, na prática não tem contemplado a todos, muito menos a pessoa com surdez.

Na atualidade, ao adentrar no sistema de ensino, a pessoa com deficiência ainda tem encontrado barreiras, tornando-se vítimas da indiferença, fruto de uma sociedade que se diz inclusiva, mais não é, e de uma formação acadêmica que não tem preparado o professor para lidar com as diferenças, recaindo sobre este, a postura permissiva de mesquinhez para com a pessoa deficiente para com a deficiência que a aflige e em contextos quase que gerais presencia-se a adoção de tratamento preconceituoso baseado na origem, crença e condições sociais, em que se sobressaem: negação dos direitos básicos, até mesmo porque, a postura da sociedade humana em que estão inseridos, é de natureza excludente, sendo inevitável revelar-se como tal.

Entretanto, na tentativa de reverter o atual quadro, compete a cada ser “dito humano” se policiar, afim de que possa detectar procedimentos que intensifiquem contribuir para exacerbar, ainda mais, atitudes preconceituosas e excludentes, que seja na promoção de uma sociedade segregacionista, ou mesmo em grau inferior, mas que, pelo contrário, possa buscar constantemente as diversas alternativas de cooperar na condição de agente operador da transformação social, mesmo que para isso precise lutar contra seus próprios “princípios”, como ocorreu no passado com aqueles que perceberam ser errado escravizar seres humanos, por razões banais baseadas na cor da pele, por exemplo.

O acima registrado, serve de estímulo e advertência em prol do bem das pessoas que se encontram oprimidas pelas situações adversas da vida, em meio ao bombardeio imposto pelas circunstâncias, capaz de colocar em risco a vida de quem já sofre por natureza e que aspira uma solução aos problemas que lhe afligem

1.1 Adaptações curriculares para favorecer a inclusão

O conceito da Escola Inclusiva de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (Brasil, 1998), sugere mudanças de paradigmas, recaindo numa nova postura da escola modificando sua metodologia, propondo ações inclusivas que

devem estar proposto no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Currículo, bem como na atitude dos estudantes, enfim em práticas que beneficiem a integração social de modo a oferecer uma educação de qualidade para todos. Sendo assim, frente ao processo da inclusão, o papel da escola é preparar seus funcionários, desde a merendeira, porteiros, secretários, gestor e o professor para buscar organizar - se e adaptar-se para o processo de inclusão. A esse respeito Araújo e Linhares (2014, p. 47), citam que: “Para que a educação inclusiva seja uma realidade, além de uma mudança de mentalidades, no que diz respeito ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação”, senão o processo de inclusão não se concretiza e muito menos atende a todos.

Visando aliviar o sofrimento das pessoas com deficiências e abrindo-lhes espaços para garantia do direito à educação ora negado, depois de severo esforço por parte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) desde sua criação em 1954, conseguiu-se então, engatinhar na trilha da inclusão. E apesar de toda adversidade e distanciamento do ideal proposto, é pertinente citar aqui a conquista do direito à acessibilidade, que provoca mudanças nos aspectos estruturais dos prédios, tais como nas construções; em que devem ser consideradas as rampas de acesso, elevadores e adaptações diversas a que venham calhar com as diversas necessidades dos indivíduos, levando em conta as múltiplas deficiências, muito embora cabendo ressaltar que se torna mais fácil modificar às posturas humanas, sobre o preconceito que reside no íntimo de cada ser.

Ainda sobre os dispositivos legais, merece atenção o contido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, em que os pais e/ou responsáveis ficam encarregados de matricular seus filhos na rede regular de ensino (Brasil, 1990, p. 21). Sem restrições, sobre quaisquer aspectos mediante condições físicas ou intelectuais, favorecendo aceitar que a escola brasileira é para todos, o que implica ser uma escola inclusiva, cabendo aos pais a heteronomia perante a sociedade. Neste sentido, dispõe-se de outros documentos com força de lei que também se propõem a apoiar a educação inclusiva, quais sejam: Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), as quais surgiram a partir da visão de escolarização como privilégio de um grupo; uma exclusão que acabou sendo legitimada nas políticas e práticas educacionais ao longo dos anos.

Consoante, o processo de democratização da escola, aponta o paradoxo existente entre a inclusão e a exclusão quando os sistemas de ensino garantem a universalização do acesso, mas não em sua plenitude. Pois indivíduos e grupos que não se enquadram nos

padrões definidos e almejados pela escola, ainda que inseridos no espaço escolar, continuam por ela sendo excluídos, ferindo assim, o seguinte princípio:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas podem ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades (Declaração de Salamanca, 1994, p.11-12).

Embora cientes de que o fomento ao conhecimento dos direitos humanos tem favorecido o reconhecimento das diferenças e o respeito por elas, além da ampliação de espaços que resultou na participação de maior número de sujeitos com deficiências no meio educacional, mesmo que ainda distante do ideal, foi nesta perspectiva que se formalizou a educação especial, cuja finalidade é atender aos excluídos do sistema comum de ensino pela justificativa de suas deficiências. Assim sendo, com base nas diferentes percepções foram criadas as instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais para atendimento a referida demanda.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), passou a considerar, como estudantes com necessidades educacionais, aqueles com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, articulando a educação especial ao ensino regular e orientando o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes. Dessa forma, o ensino especial se configura na diversidade, na qual busca perceber e atender as necessidades educacionais de todos os estudantes, em salas de aulas regulares, em um sistema de ensino também regular, com vistas a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

No Brasil o atendimento à pessoa com deficiência teve início no Período Imperial com a criação de institutos para educar cegos e surdos (expressão utilizada na época para surdos **-surdos mudos**). Grifo nosso.

Até a década de 60, uma abordagem quase exclusivamente oralista entre as escolas de surdos era utilizada, contudo, estudos demonstraram que eram práticas ineficazes no desenvolvimento linguístico e cognitivo da pessoa surda.

Nos anos 50, foram surgindo as primeiras escolas normais e jardins de infância para crianças surdas, contudo nem todas as crianças tinham acesso. Após este período começou um movimento muito grande pelo resgate da língua de sinais, de forma bimodal, como uma fala de instrução, por meio da Filosofia da Comunicação Total.

Em 1970, já se visualizava uma nova abordagem sobre a pessoa surda, e já se entendiam que os bebês quando diagnosticado, deveriam ser encaminhados para o serviço hospitalar. Quando chega-se aos anos 80, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) intensificou o trabalho de pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais e sobre a educação de surdos, criando o primeiro curso de especialização para professores na área da surdez. O Bilinguismo passou então a ser difundido. Com esse preparo, nos anos 90 teve início um movimento reivindicatório dentro da comunidade surda, advogando a primazia da língua de sinais na educação dos surdos, concomitante com o aprendizado da linguagem oral de forma diglósica.

Atualmente o INES é um centro de referência com atendimento diversificado para atender as pessoas com surdez no Brasil.

No entanto, até a atualidade ainda se encontram pessoas surdas nos mais diversos espaços sociais sendo discriminados, deixando subtendido que não basta ser contemplado pela oportunidade do que reza as leis brasileira, pois inúmeros foram e ainda continuam os transtornos, humilhação e até mesmo o impedimento ao acesso destas pessoas no espaço escolar, desde a negação da matrícula, ao acesso, a não garantia do devido atendimento, menos ainda, do sucesso escolar.

Convém lembrar que a Constituição Federal (Brasil,1988), desperta a atenção para o tema da universalização, trazendo à tona, além do ingresso, a permanência e o sucesso escolar. Enfatiza na citação a seguir, também, a continuação aos estudos, reclama por qualidade, que promoverá os demais aspectos, conforme é explicitado por Carneiro (2013, p.144):

A Constituição Federal determina que deve ser garantido a todos os educandos o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um (art. 208, inc.V) e que o Ensino Fundamental – completo – é obrigatório. Por isso, é inegável que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência. Mas não é isso o que as escolas têm feito e esta é a grande chave para que a educação

escolar das pessoas com deficiência mental possa acontecer, e com sucesso, nas classes comuns de ensino regular.

A Constituição Federal passa a defender a universalização do ensino, em que se tratando de um direito universal, decreta nos artigos 205 e 206 a educação escolar como direito de todos; e dispõe sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde propõe que seja ministrado preferencialmente na rede regular de ensino, e aponta a responsabilidade do Estado para sua garantia.

A universalização do ensino, tema que tem gerado muita discussão e polêmica, serve de incentivo para sua consolidação pelo grau de importância que o contempla. Mas infelizmente, doloroso é ratificar que na prática, longe se encontra de ser uma garantia a todos e, a situação agrava-se ainda mais quando se trata de pessoa com Deficiência Auditiva (DA). Sendo a escola um espaço que deve conservar o respeito e a ética por meio da adoção de uma postura cidadã, pelo menos na intenção da lei, então, os responsáveis pelo estudante, principalmente os pais guardam boas perspectivas para seus filhos, acreditam na existência de um ambiente acolhedor e promotor de sadia interação entre os seus participantes, que sem dúvida, aspiram aceitação por parte dos seus membros, em especial dos colegas e professores, mas infelizmente, muitas vezes sofrem desapontamentos.

Em se tratando de criança ou jovem com deficiência, torna-se bem mais doloroso, ao se concluir que aquele que deveria proceder imparcialmente no exercício de sua função: o professor, que externaliza sua indignação mediante a heterogeneidade de seres incorporados em sua classe. Contudo, não se pode tomar-se como regra geral, pois ainda, pode-se observar que há professores que, em sua prática, exercem a influência positiva de educar a todos os estudantes, independentemente de suas características; aproveitando todas as possibilidades para favorecer ao aprendizado destes.

A Lei de Diretrizes de Bases (LDB), lei n.º 9.394/96, no seu artigo 59, influencia ainda à ideia de inclusão, e delega responsabilidades aos sistemas de ensino, os quais devem conter em sua estrutura: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial referente à Educação Básica, no artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, concernente a inclusão dos educandos com deficiência, torna público:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Brasil, 2001, p. 13).

Encontra-se respaldo nesta citação em que aponta diretrizes sobre a universalização do ensino, onde exige qualidade concomitantemente com a abrangência, devendo a primeira ter maior peso, lembrando que a obrigação da escola para com a população deva assegurar ambas as dimensões. Mas para alcançar o aspecto qualitativo, é preciso que haja a devida aplicação quanto aos recursos financeiros voltados à valorização do Magistério, a fim de que se faça valer as políticas públicas para o financiamento da educação, que devem garantir a formação do corpo docente, possibilitando que estejam aptos para assegurar um ensino de qualidade à diversidade que cada dia mais aumenta o contingente de alunos inseridos na sala de aula, que contemple conhecimentos sobre as especificidades daqueles com Deficiências com base na Resolução CNE/CP nº 1/2002, que abordam conteúdos similares. Diversas leis, decretos e portarias da primeira década do século XXI versam sobre assuntos semelhantes, tais como:

Lei nº 10.436/02 – reconhece a Língua de Sinais-Libras, apoia seu uso e difusão, inserção da disciplina de Libras como parte integrante do currículo dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia;

Portaria nº 2.678/02 do MEC – aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino;

Decreto nº 5.296/04 – estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.626/05 – favorece o acesso dos alunos surdos à escola;

Decreto nº 6.094/2007 – estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Sendo assim, evidencia-se que a visão que sustenta a inclusão escolar não se trata de uma proposta isolada, pois suplanta instâncias inferiores, compreende o âmbito nacional, e além dele, o que se confirma na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, e o Brasil como subscritor, recebe a incumbência de assegurar um sistema de educação inclusivo em

todos os níveis de ensino, otimizando de forma qualitativa os ambientes a fim de que estejam à altura de um desenvolvimento eficiente e eficaz que contribuam para a plena participação dos indivíduos, através da adoção de medidas favoráveis para que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24). (Brasil, 2010, p. 15).

Ainda mais, nota-se que não existe lacuna no citado documento que favoreça qualquer comportamento que inferiorize ou que corrobore com condutas que negligencie as pessoas com deficiência no âmbito escolar, pelo contrário, reafirma os direitos destas pessoas no mesmo grau que as demais.

1.1.1 Conceitos e tipos de surdez

A concepção da sociedade em relação a pessoa surda vem ao longo da história se modificando, principalmente nos últimos anos em que profissionais das mais diversas áreas do conhecimento têm buscado investigar sobre como se dar o processo de aquisição da linguagem e desenvolvimento cognitivo da pessoa com surdez, levando-se em consideração a dificuldade de aprendizagem que esses indivíduos apresentam, devido a privação de suas experiências linguísticas e que tem provocado sérios problemas com relação ao desenvolvimento de suas capacidades de dialogar, dentro dos mais variados contextos sociais.

Ainda há algumas divergências aos termos corretos entre Língua ou Linguagem por algumas pessoas, mas há uma explicação muito clara em relação aos dois termos e sua utilização. Sabemos que todo ser humano no convívio de uma comunidade linguística, fala a sua língua materna (português, espanhol, inglês) entre outras, portanto ninguém ensina uma criança a andar ou a falar, ela aprende a falar como aprendem a andar naturalmente de forma espontânea. Portanto a Língua é um sistema de signos compartilhados por uma comunidade linguística comum, já a linguagem, refere-se ao conhecimento interno dos usuários de uma língua, é utilizada num sentido mais abstrato e pode ser entendida

também, como qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa utilizada para expressar ideias e sentimentos, além da expressão linguística como por exemplos: palavras, mímica e gestos.

A surdez é uma deficiência não visível fisicamente nas pessoas que a têm e se limita a atingir uma pequena parte da sua anatomia, trazendo graves consequências no que diz respeito ao desenvolvimento emocional e educacional do indivíduo, especialmente pela severa dificuldade em aprender a linguagem e a língua das pessoas ouvintes ao qual ele está inserido ainda que, na maioria das vezes não faça parte dele. Sendo assim a surdez é a incapacidade parcial ou total de ouvir. Recorrendo a Borba e Gomes (2012, p.02), que definem a surdez como sendo:

[...] perda total ou parcial de resíduos auditivos, isto ocorre por diversas causas entre elas a virose materna adquirida durante a gravidez, ingestão de remédios tóxicos, exposição a sons muito fortes. A perda auditiva avaliada em decibéis e um portador de deficiência auditiva tem sua surdez classificada pelo especialista fonoaudiólogo como um grau de deficiência leve em que a perda ã entre 20 a 40 db, moderada entre 40 e 70 db, severa entre 70 e 90 db e profunda que ã acima de 90 db de perda. É importante lembrar que o portador de deficiência auditiva moderada pode perceber os sons da palavra falada, o que não ocorre com portador de perda severa e muito menos com portador de deficiência profunda.

Surgiram muitas propostas educacionais direcionadas para a pessoa com surdez, objetivando proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, entre elas: a inclusão do profissional bilíngue na escola. Tais propostas apesar de serem desenvolvidas e implantadas com a finalidade de alfabetizar a pessoa surda, ainda pode-se constatar que esses sujeitos, ao final da escolarização básica, não são capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos.

As perdas auditivas da pessoa com surdez, ocorrem quando existe problema em alguma das partes do ouvido, podendo ser divididas em quatro grupos por: Condução, se dá no trajeto do som entre o ouvido externo e o ouvido médio. Neurossensorial, que é uma impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Mistas, e ocorre quando há uma alteração na condução do som até o órgão terminal sensorial associado à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo e a Central, que é uma dificuldade na compreensão das informações sonoras (Feijão, 2014).

A deficiência auditiva pode variar em diferentes graus, desde o grau leve até o grau profundo (Meireles, 2014).

A Surdez Leve se caracteriza pela perda auditiva de 25 até 40 decibéis; A voz de longe não é ouvida; Não se percebe todos os fonemas das palavras; Causa dificuldade na escrita e na leitura, mas é possível obter aquisição normal da linguagem.

A Surdez Moderada diz respeito a perda auditiva entre 40 e 70 decibéis; Conseguir ouvir, mas para entender as palavras precisa que a voz seja dita com uma alta intensidade; Neste caso já apresenta atraso na linguagem, podendo ter também problemas linguísticos graves; Grande dificuldade de entendimento em lugares com muitos barulhos; Percebe as palavras mais significativas, tendo maior dificuldade em compreender alguns termos e fases gramaticais mais complexas; Usa a percepção visual para entender a linguagem.

A Surdez Severa se refere a perda auditiva entre 70 e 90 decibéis; Percebe alguns ruídos familiares, e em alguns casos a voz forte; Pode chegar até os cinco anos sem aprender a falar; A compreensão verbal depende da aptidão em usar a percepção visual para entender todo o contexto.

A Surdez Profunda é a perda auditiva superior a 90 decibéis; Não percebe a voz humana; A construção da linguagem oral é muito difícil e bastante complexa, envolvendo várias aquisições, como por exemplo: conhecer o som, usar todas as maneiras perceptivas para complementar a audição, e aprender a expressar-se. Além disso os Dispositivos da Lei 10.436/02 e do Decreto 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 classifica a pessoa com deficiência auditiva como:

Art. 2º, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Deste modo, a pessoa com surdez pode ser concebida, em primeira instância, como a inclinação do ser humano em olhar os seus semelhantes com amor e respeito, demonstrando por eles ternura, não à velha moda de enxergá-los como coitadinhos, carentes da atenção da sociedade, mas no sentido de não reter do outro, em hipótese alguma, aquilo que lhe é de direito; dentre estes, o direito a dignidade humana, que inclui a abertura de espaço para que estes desfrutem de oportunidades que os permitam sentir-se

valorizados e instigados a percorrer caminhos que lhes possibilitem crescer como indivíduo e viver na cooperação.

1.1.2 Causas da surdez

Muitos estudos foram e continua sendo desenvolvido para saber o que causa a surdez e como ela se classifica. A deficiência auditiva pode ser classificada de acordo com o período e se dá durante a fase: pré-natal, perinatal e pós-natal.

De acordo com Vedoato (2015, p.21): “A deficiência auditiva pré-natal é quando ocorre no período gestacional podendo ser diversas as causas: fatores genéticos e hereditários”, entre as causas mais comuns estão relacionadas ao fator doenças infectocontagiosas, contraídas na gestante, ingestão durante a gestação de medicamentos que lesam o nervo auditivo e de drogas ou; quadro de desnutrição e carências alimentares da gestante e bem como complicações devido à hipertensão arterial e diabetes que a gestante desenvolveu.

Já no período perinatal, segundo Duarte (2014, p.29), ” engloba o momento do nascimento e o período que imediatamente o precede e sucede”, enquanto que Alves (2012, 81): destaca que: “O período pós-natal, corresponde aos momentos posteriores ao nascimento, ou seja, os fatos vivenciados ao longo da vida do indivíduo, configurando-se as infecções bacterianas[...] traumas[...]virais [...] ruído; icterícia ou hiperbilirrubina e baixo peso”. As afirmações acima cabe um lamento, principalmente por trazer à tona a triste realidade enfrentada por pessoas nascidas com essa deficiência, em que lhes são negados direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal(Brasil,1988), inclusive aqueles mais básicos, tais como: direito à uma família, a um lar, onde crianças são impedidas de receber os principais encaminhamentos que contribuiriam para o seu desenvolvimento; em um ambiente que deveria proporcionar-lhe amor, atenção, respeito e todo aparato familiar necessário à formação de uma base sólida para sua integração social, ambiente esse em que, desde a mais tenra idade favoreceria desenvolver habilidades para o exercício da cidadania, a ter início a disseminação destas práticas entre seus membros, uma vez que o lar se constitui o ambiente primeiro para formação do caráter do indivíduo, através da vivência de princípios, valores éticos e morais que devem constituir o cidadão.

A acessibilidade para a pessoa com surdez ainda é um desafio, essa parcela da população tem enfrentado grandes dificuldades para conseguir realizar suas atividades cotidianas, como por exemplo: comprar algo, vender alguma coisa, dialogar com pessoas

ouvintes, enfim uma série de atividades que ele precisa realizar e que devido a sua condição deficitária lhe impossibilita. Sem sombra de dúvida, a comunicação é o alicerce da vida de toda a pessoa em todas as suas manifestações enquanto ser social. Portanto, a sociedade que se diz inclusiva, deve preparar sua nação para conviver com as diferenças, entre elas, a convivência sadia entre as pessoas surdas com as ouvintes, e isso só é capaz de ser realizado por meio de investimentos na “formação” dessa mesma sociedade. Em outras palavras, quando todos puderem se comunicar de forma compreensível, sendo esta pessoa surda ou não.

1.1.3 Inclusão escolar e o estudante surdo

Sabe-se que a escola em sua atuação hoje, mais que em outros tempos, deve afastar-se ao máximo da ideia de proceder aleatoriamente, tampouco almejar resultados automáticos e para norteá-la, parâmetros são fixados. Nesta discussão, convém salientar os quatro pilares que regem os saberes e competências a serem adquiridos no percurso escolar, os quais serão analisados individualmente, para maior reflexão e apreensão de seus conteúdos (Delors, 2012).

Iniciando com o **aprender a ser** – importante pilar que deve preceder as demais habilidades a serem desenvolvidas no percurso escolar. Pois, deve orientar e apoiar o indivíduo a ser ele mesmo, a se aceitar com suas diferenças e peculiaridades, dando-lhe a capacidade de se apresentar com sua própria identidade, suas próprias características sem que seja pressionado a revestir-se com máscara ou outros artifícios que venham facilitar sua aceitação no grupo. Pelo contrário, que na sala de aula, no compartilhamento destes saberes, ele encontre espaço para se afirmar tal qual o é. Ao mesmo tempo, possa achar graça nos seus colegas, que certamente, se apresentarão com as mais diversas e distintas identidades, porém, que se sintam livres de atitudes preconceituosas, podendo entre eles se estabelecer laços harmoniosos e de cooperação que contribuam para o crescimento e aprendizado frente à riqueza cultural presente na diversidade. Neste sentido:

É de se louvar a ideia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para se combater os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, naturalmente, os seres humanos têm a tendência de supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que atualmente caracteriza a

atividade econômica no interior de cada país e, sobretudo no nível internacional, tende a dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual. De fato, essa competição resulta, na atualidade, em uma guerra econômica implacável e em uma tensão entre os mais e os menos favorecidos, que divide os países do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de se lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar esse clima, devido a uma má interpretação da ideia de emulação (Delors, 2012 p. 79).

Aprender a conviver, vivenciá-lo na prática permitindo que seus efeitos sejam expressos no cotidiano da sala de aula, de modo que essa tomada de atitude não se limite à relação discente X docente; mas que seja extensiva a todos os setores, todos os segmentos da unidade de ensino, de forma que seus efeitos extrapolem os muros da escola, irradiando-se ao conjunto da sociedade. Mas, para alcançá-lo, não basta somente discutir sobre, ou mesmo supervalorizá-lo teoricamente falando, mas acima de tudo, torna-se necessário criar situações que proporcionem vivências reais, a fim de que se estabeleça um diálogo promotor de uma boa convivência.

Isto quer dizer que as escolas e suas comunidades devem mudar e se preparar para entenderem, celebrarem e trabalharem com a diversidade humana existente nas suas classes, a fim de promover-se a educação inclusiva. Para os professores em todo o mundo é importante uma educação que possa satisfazer as necessidades de todos os alunos portadores² de deficiência para uma educação de maior qualidade para todos (Feijão, 2014, p.18).

Se a escola prepara o futuro, então as crianças aprenderão a conviver com as diferenças, sendo pessoas melhores que os adultos, mais amigas e mais tolerantes.

Já o **aprender a aprender** em linhas gerais pode-se afirmar que; aprender é compreender algo que não se concebia antes, partindo desse princípio, aprender a aprender é atinar para o melhor modo de fazê-lo, sendo válido apresentar essa diferença, uma vez que ela é fundamental para o entendimento do processo ensino aprendizagem, embora muitos alunos não estejam inteirados de sua existência. Tal entendimento, denota caminhos a serem enveredados pelos estudantes, a fim de garantir a aquisição do conhecimento, que

² Os termos portador de deficiência, não é mais adequado. No lugar deles, recomenda-se usar pessoa com deficiência desde de 2011, segundo Manual de Redação Mídia Inclusiva

se a escola gerir suas ações pautadas nos referidos sustentáculos, de forma que, ao invés de lhes causar agastamento que rume para o insucesso, certamente, propiciará êxito.

E por último, o **aprender a fazer**, está comprometido com o devido preparo do indivíduo para sua inserção no mercado do trabalho. Envolve uma série de técnicas a ser consideradas, favorável ao bom desempenho da função e pode auxiliar na abertura de espaço para sua inserção no mercado do trabalho, sobretudo nos dias atuais em que, em virtude do aumento do desemprego de um lado e do considerável processo tecnológico do outro, a maior abrangência de oportunidades de acesso à educação pela população, conseqüente da universalização do ensino, que oportuniza maior número de pessoas habilitarem-se às diferentes áreas de atuação, fortalecendo a ideia de que, quanto melhor preparado, maiores são as chances de ingresso no mercado trabalhista. Sendo assim, a competitividade deve impelir o educando a melhor se qualificar com o fito de se tornar um melhor concorrente. Pois, infelizmente, as oportunidades são limitadas, e na presente era com o aumento do desemprego conseqüente da crise que assola o país, provocando que maior número de jovens seja lançado ao limiar da inabilidade, impedindo-lhe que exerça a cidadania em sua plenitude. Esta situação fornece elementos a que vêm alertar a escola em seu pensar e agir com maior senso de responsabilidade e cumprir com o seu papel que se volta à qualificação profissional (deve contemplar também os estudantes com surdez), contribuindo desta forma para inibir o desconforto com o qual pode esbarrar o trabalhador no desempenho de suas funções. O que exigirá dele, um conjunto de habilidades necessárias no cotidiano, quais sejam, as expressas por Bodart, Romano e Chaga (2016, p.198), conforme segue:

Neste contexto, a mudança e a adaptação estão sempre presentes na vida cotidiana dos indivíduos, assim como a competição, a inclusão e a exclusão social. Contudo, a inclusão social no mercado de trabalho daqueles que, por algum motivo, encontram-se em desvantagem, torna-se uma necessidade humanitária para a correção das desigualdades de acesso, as quais inferiorizam e excluem os indivíduos da vida social.

O aqui registrado, deve provocar os profissionais da educação para uma consciência ainda mais comprometida no tangente à responsabilidade social da escola, servindo de conclamação aos seus agentes que necessitam envidar esforços para vencerem um dos maiores desafios encontrados no contexto escolar, o qual está atrelado à formação do educando em sua completude, sem perder de vista aqueles que apresentam Deficiência Auditiva; sobre as quais é mencionado por Lacerda e Santos (2013, p 188):”A escola, em

geral, está presa ao texto didático como caminho único para a apresentação de conceitos, e este caminho tem se mostrado pouco produtivo quando se pensa na presença de alunos surdos em sala de aula”. Nessa perspectiva, o relevante papel da escola é motivador, capaz de permitir que se vá além da indignação para com aquilo que se refuta - exclusão, discriminação, desrespeito às diferenças e demais obstáculos que impeçam a boa convivência no espaço escolar pelo sentimento de fazer valer os direitos do indivíduo preconizados na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Art. 206, Inciso I, bem como de diversos outros instrumentos que a ela se somam na forma de incremento em que determinam e reforçam a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Nos quais a escola é desafiada a acolher todos os alunos, dando atenção a diversidade neles expressa.

Por certo a discriminação existe, contudo, a escola pode minimizar seus efeitos maléficos ao cumprir com a sua responsabilidade, seja por consciência, seja por atitudes solidárias, por força de Lei, ou mesmo por outros motivos que sejam. De sorte que aqueles que por natureza já muito sofrem, sejam favorecidos de alguma forma, tendo seus fardos aliviados por meio da garantia de seus direitos, principiando com o direito à Educação; inclusive aqueles vitimados de deficiências, sobretudo a auditiva. Por certo há no espaço escolar crianças e jovens com essa ou outras deficiências que possivelmente necessitarão de metodologias específicas que venham beneficiar para o seu desempenho em certas áreas de conhecimento. O que não se configurará como privilégio, mas como direito. E é com esta convicção que a Escola deve caminhar a fim de que a universalização do ensino seja efetivada genuinamente, sem excluir nenhum estudante, seja ele deficiente ou não.

1.1.4 A participação da família no processo de inclusão

A escola que se diz inclusiva é capaz de identificar as diversas diferenças que há entre estudantes diante do processo educativo, e ao mesmo tempo buscar a participação e o progresso de todos, e para isso acontecer são necessárias mudanças de práticas pedagógicas, visando o desenvolvimento de novos conceitos, assim como a efetivação de práticas educacionais ajustados com a educação inclusiva. Tudo isso deve estar contido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que é a chave para desenvolvimento de um plano de trabalho democrático, no qual o coletivo faz suas escolhas para acontecer realmente a inclusão.

É no PPP, que a escola traça as metas e as ações, para alcançar os objetivos propostos. Nesse entendimento Ramos e Silva (2016, p.2), apontam que:

O processo de implementação do PPP permite aos sujeitos que compõe a comunidade escolar e local, o debate e reflexão sobre a realidade da escola em que estão vinculados. Diante de tal exercício será ao final perceptível identificar a identidade dessa instituição.

Neste propósito, fica patente que a escola ao ser erigida neste contexto, precisa apoiar-se nos ideais de cidadania, atendendo aos apelos de uma sociedade que se diz democrática e ao mesmo tempo inclusiva.

Com suporte no que foi registrado, atinente ao papel da escola, vê-se quão ampla tarefa tem ela a realizar no mundo, a partir do compromisso que compreende o seu projeto social que deve ser nutrido de valores como liberdade, respeito, solidariedade, dentre outros. Neste panorama, reputa-se meritório realçar o pensamento de Santos e Balbino (2015, p.6), alusivo à escola conforme se apresenta, o qual é um tanto comprometedor, ao admitir que:

Percebemos que em muitas escolas ainda continuam recebendo as crianças com deficiência, isolando-as das demais, privando-as de um verdadeiro ambiente escolar, de aprendizagem, com a prática de esporte, artes, desenhos, pintura, música, literatura, na verdade estão impedindo que haja o processo de ensino aprendizagem a todos.

Os autores chamam a atenção sobre a clareza necessária para o desenrolar da inclusão em sua aplicação prática. Pois explana, quando bem absorvido, que a escola precisa operar mudanças, muitas vezes imediatas; seja por inquietação que favoreça na tomada de atitudes, que resulte em vivências práticas graduais, em que outros sejam impulsionados a aderirem tal ideia. Dentre essas mudanças, a escola deve propiciar a inclusão da família no contexto escolar como elemento fundamental nesse processo, pois sabe-se que a família exerce um papel relevante de desenvolvimento e na aprendizagem das pessoas com deficiências, sendo mediadora de suas interações, na sua relação com o mundo e no processo de construção do conhecimento, tornando-se dessa maneira o primeiro núcleo de integração escolar e social. De acordo com Acco (2014, p.4),

O trabalho coletivo entre escola e família é considerado um fator fundamental no processo de aprendizagem, assim torna-se necessário estreitar os laços de relacionamento entre essas duas instituições, pois

quanto maior for a participação da família o trabalho da escola se tornará mais eficaz.

Buscando embasamento em Maturana (2015, p.2), que compreende o seguinte: " A família constitui o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, tendo normas, regras, crenças, valores, papéis próprios e previamente definidos, caracterizando-se como a primeira mediadora, por excelência, entre indivíduo e sociedade". Pelo que foi possível constatar, a importância da participação da família no processo de ensino - aprendizagem, principalmente no da inclusão, não é recente, nem doravante que se pretendeu alertar a Escola, situando-a sobre seu importante papel na formação do sujeito e conseqüentemente na transformação social.

Enfatizando o papel da família nas aprendizagens dos estudantes, Lazzaretti e Freitas (2016, p.3), ressaltam que:

A família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste contexto que a criança cresce, expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições e é através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade.

O envolvimento e a participação da família na escola é um componente muito importante para o sucesso da inclusão escolar, pois é ela que convive diariamente com a pessoa com deficiência, que sabe sobre seus gostos, seus hábitos, suas atitudes diante de fatos, enfim suas preferências, cabendo a escola buscar essas informações, afim de promover uma melhor adaptação e conseqüentemente a sua inclusão.

Documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ditam que a escola tem a obrigação de se articular com as famílias, para terem ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição de metas e ações propostas nos projetos educacionais. A legislação vincula, dessa forma, não só a obrigatoriedade estatal e social, mas invoca a família como núcleo primeiro na formação do sujeito e, portanto, indispensável e insubstituível na missão determinada nas prerrogativas da Carta Magna do País. Contudo, ainda é possível observar um grande distanciamento entre a família e a escola nos processos educativos. Tudo isso, tem acarretado numa falácia dentro do contexto escolar por parte dos educadores, que aponta a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, como sinônimo de mal desempenho do estudante, e em especial dos estudantes que possuem deficiência, tornando ainda mais complexo a inclusão.

Apesar da importância da família dentro da escola e de algumas dessas já terem esse conhecimento, muitas vezes deixam de procurá-la por medo de receber reclamações a

respeito do estudante como por exemplo, baixa aprendizagem e comportamento indesejável. Fruto de um histórico em que a escola só procurava a família para “reclamar”, o que era um erro, a família é peça fundamental para que as boas práticas se estabeleçam no ambiente escolar. Buscando o aconselhamento de Maturana (2015, p. 351), a respeito do papel da família, encontramos a seguinte afirmação: [...] “de fato, a interação efetiva entre família e escola contribui de maneira positiva para o processo de real inclusão de crianças público alvo da educação especial em salas de aula regulares” Dito posto, a participação da família no processo de inclusão, é indiscutível, indispensável e precisa ser revisto pela escola e pela própria família.

1.1.5 O papel da escola no atendimento ao estudante surdo

É compreensível que estudantes com deficiência auditiva apresentam dificuldades com a sistemática do ensino regular, bem como, na forma como ela se relaciona com as pessoas no contexto escolar. Isto porque, dentro da escola nem todas as pessoas conhecem a comunicação das pessoas surdas e nem mesmo compreendem como se elas aprenderão os conteúdos que a professora passará, uma vez que não escutam. Analisando essa ótica, vale salientar que a escola é o principal segmento responsável pela formação e construção da identidade da criança com deficiência auditiva, e como tal, também tem o papel de mobilizar ações que possa ser concretizada a verdadeira inclusão, entre essas ações, primar pela boa convivência no ambiente escolar. Nas contribuições de Silva e Ferreira (2014, p.7), é coerente admitir que:

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar.

Compartilhando do pensamento dos autores que instaura enorme inclinação em se aceitar que a escola no desenvolvimento do seu papel social, estaria mais em harmonia com a preparação dos estudantes para a sua inserção social, por estar ela comprometida com a formação holística do indivíduo, e por entender que a mesma se preocupa com os vários aspectos da cidadania, possibilitando à pessoa, independentemente de quem ela seja chegar à plenitude do exercício de seus direitos e deveres. Neste sentido, compete à escola organizar-se a fim de que venha atender ao conjunto de necessidades e características do

estudante, no seu preparo para o pleno exercício da cidadania. Nessa mesma linha de pensamento, Freitas e Soecki (2013, p.5), apontam que:

A escola tem um papel muito importante na construção de uma sociedade justa e democrática, e no interesse de garantir direitos e deveres a todos, sem discriminação, a escola passa a ter uma visão integral do ser, buscando a qualidade de vida e melhoria do ensino. Esse processo envolve a escola, o aluno, o professor do ensino regular, o professor de apoio, os pais e a comunidade, priorizando o aluno e a construção do conhecimento. Os envolvidos devem aprender a trabalhar juntos, compartilhar conceitos, informações, experiências, reconstruindo valores e significados, buscando novos caminhos para a prática pedagógica e social.

Ao tecer considerações sobre o acima citado, dada a riqueza de valor nele contida, e a seriedade com que deve ser tratado para concretização deste direito coletivo universal, principalmente para que se garanta a qualidade prevista nas leis brasileiras, certamente, muitos desafios terão que ser respondidos. A intenção nesse contexto, não é apontar as falhas da escola, julgando-a indiferente ou omissa, mesmo porque, é compreensivo que em muitos de seus deslizes e passos torpes apurados no cotidiano, infelizmente, há de se admitir, com lamento, que as políticas públicas que financiam o ensino, não tem sido suficiente em abarcar a demanda, o que tem provocado fragilidade, permitindo assim que muitas teorias dispostas nas suas propostas tornem-se impraticáveis.

Importante se faz, esclarecer que, embora o paradigma de educação inclusiva defendido nos diversos documentos que tratam do assunto, não seja restrito à criança ou pessoa com deficiência; tampouco, àquelas com necessidades educacionais especiais, mas que contempla a diversidade humana, contudo, neste trabalho está sendo particularizada a pessoa com deficiência auditiva, no âmbito da educação escolar regular.

Deste entendimento, conceito carregado de intenções apreciativas, deve desabrochar o espírito solidário, que possa fluir sobre o pensar e agir em relação ao outro, possibilitando que se estabeleçam contínuas estruturas que concorram para uma sociedade em que seus integrantes compartilhem valores e princípios que concorram para o bem estar coletivo. Portanto, é importante trazer à tona ainda, sobre o sentido da palavra inclusão segundo Carneiro (2013, p.29), compreende como sendo:

Movimento da sociedade (sociedade inclusiva) voltado para produzir a igualdade de oportunidades para TODOS. Quando focada sob o ângulo individual, a inclusão supõe que cada um tenha a oportunidade de fazer suas

próprias escolhas e, em consequência, construir sua própria identidade pessoal e social. [...].

É certo que neste processo para inclusão da pessoa com deficiência auditiva (DA) deve-se fugir da ilusão de que a vontade adicionada ao sonho seja suficiente para o alcance do nível a que se suspire chegar, por isso, é indispensável ressaltar o ponto de vista de Neves e Rosário (2014, p. 4), que: “Quando se aborda o tema inclusão de alunos com deficiência auditiva, por exemplo, percebe-se que a estrutura do sistema de ensino ainda caminha a passos lentos, com políticas públicas conflitantes e pouco aplicáveis”. É possível notar, em que dentre as deficiências, a auditiva, parece ser o maior problema da inclusão nas escolas de ensino regular. Nessa perspectiva, conceber a inclusão escolar como uma contingência real que resultará no desenvolvimento das pessoas com deficiências, por mais acentuada que seja, abrindo-lhes espaço para a aceitação das suas diferenças singulares e possibilitando a convivência em meio à diversidade humana, de maneira que haja cooperação entre todos. Sendo o papel da escola incluir a todos sem excluir ninguém. Neste sentido:

A inclusão educacional é uma realidade presente em todo o território nacional. Ações, práticas, instrumentos, leis, diretrizes e reformas curriculares têm voltado atenção para respaldar o ambiente escolar e o corpo docente para o recebimento de alunos público-alvo da educação especial de maneira adequada. O processo de inclusão surge como um procedimento que exige adequação mútua, envolvendo esforços de todas as partes envolvidas, visando promover e implementar os ajustes necessários para que se possibilite o livre acesso e a convivência de todos em espaços comuns (Maturana, 2015, p.351).

Assim, a inclusão de pessoas surdas na escola provoca e ao mesmo tempo implica na transformação e melhoria do ensino escolar como um todo. Dessa forma, compete a gestão escolar, sair da zona de conforto, do comodismo e da repetição de práticas excludentes e agir em prol da concretização do processo de inclusão de forma integral.

1.2 Aspectos da linguagem e comunicação com a pessoa surda

A inclusão de pessoas surdas na escola regular tem sido um tema recorrente nos diversos centros de debates a respeito das barreiras comunicacionais que estão presentes na sociedade de uma forma geral. Essa dificuldade decorre da falta de conhecimento por parte

das pessoas ouvintes em relação aos surdos enquanto minoria linguística. Isto porque, a educação inclusiva de estudantes com surdez no ensino regular, parte do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional provocando mudanças na escola e nas suas práticas, bem como na postura do professor diante de tal processo.

Mesmo cientes da complexidade na tarefa de incluir, vê-se encorajamento advindo das inferências postas pelos diversos teóricos que vêm contribuindo para esta construção, os quais fornecem elementos em propostas ou mesmo sugestões, capazes de incentivar e facilitar no jornadas da escola mediante o grande desafio que tem ela, a enfrentar, “uma escola para todos”. Leva-se a crê que a escola em alguns casos, por não compreender como se dá o processo de inclusão escolar e desconhecer as possibilidades e limitações do estudante surdo, retribuí ao professor toda a responsabilidade pelo seu sucesso, o que não é verdade. Todos precisam se mobilizarem, mudanças precisam acontecer conforme apontam Marilene e Meyer (2016, p.6):

A prática inclusiva do surdo no ensino regular só terá êxito se acontecerem mudanças na adequação e organização do trabalho pedagógico com envolvimento de todos e principalmente a escola oferecendo a seus pares o conhecimento em LIBRAS. Desse modo o aluno, além de ter garantido seus direitos, poderá desenvolver sua aprendizagem significativa

Ainda nessa perspectiva, Alves, Sales e Moreira (2013, p.201), ressalta que:

A fala e a escrita excessiva do professor em sala e o uso de vocabulários muito rebuscados acabam dificultando o entendimento dos conteúdos por parte dos alunos e principalmente dos alunos com surdez, que têm em seu contexto social a língua de sinais brasileira como língua materna e que possui uma estrutura gramatical diferente da língua portuguesa – a língua oral (nesse caso o português) utilizada no seu país que é de difícil aprendizagem por eles.

Nesta ótica, incluir estudantes surdos no ensino regular é acima de tudo oportunizar o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. Por isso mesmo, se faz necessário envolvê-los no processo de ensino aprendizagem, possibilitando-os a tornarem-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para que consigam atuar diretamente na sociedade na qual estão inseridos de forma crítica e reflexiva. Dessa forma, o estabelecimento do processo inclusivo escolar implica em mudanças no fazer pedagógico dos professores de salas inclusivas, de todos que estão comprometidos com esse processo e exige uma

reorganização das práticas desenvolvidas no âmbito escolar para que todos aqueles que, por alguma razão, para aprender necessita de estímulos individuais.

Dessa forma, inserir o estudante com DA na sala de aula regular requer por parte do professor, o conhecimento de todo o seu histórico de vida, para poder intervir, pois não se pode avaliar aquilo que não se conhece. Considerando que essas pessoas necessitam serem estimuladas para poder avançar na sua aprendizagem, devendo a escola buscar recursos e estimular não somente o professor, mas todos envolvidos neste processo a trabalhar de forma igualitário. Senão, o processo de democratização da escola apontará o paradoxo existente entre a inclusão e a exclusão quando os sistemas de ensino garantem a universalização do acesso, mas não em sua plenitude. Pois indivíduos e grupos que não se enquadram nos padrões definidos e almejados pela escola, ainda que inseridos no espaço escolar, continuam por ela sendo excluídos.

1.2.1 O ensino de LIBRAS no contexto escolar

Na atualidade tem se observado uma grande preocupação sobre o tema “inclusão de pessoas com surdez na escola”, isso porque, pensar nessa temática, significa antes de tudo pensar na “formação” do professor da sala aula regular , que por não ter o domínio da Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS, encontra grandes dificuldades na realização de sua prática pedagógica dentro da sala de aula, isto porque, partindo do pressuposto que o conhecimento e formação dos professores do ensino regular faz a diferença para que parte da inclusão aconteça.

A pessoa surda ainda em alguns segmentos sociais, entre eles, a escola tem sido considerada como um ser “incapaz de aprender”, uma vez que não consegue estabelecer uma comunicação compreendida com uma pessoa ouvinte. Essa concepção ainda tem persistido nos dias atuais, resquícios da peregrinação das pessoas com surdez no mundo e no Brasil, marcada por grandes dificuldades e exclusão social. Contudo devido as leis que amparam as pessoas com deficiências aos poucos essa percepção, vem sendo modificada. Já se concebem que as pessoas com surdez têm adentrado na escola na busca de uma aprendizagem satisfatória, mostrando seu potencial, tendo a “LIBRAS” como instrumento de comunicação e interpretação com todos que o cercam. Essa linguagem vem se firmando como a principal forma de promover a inclusão social e escolar da pessoa surda nos diversos segmentos sociais. Esta nova língua (LIBRAS), ficou conhecida com a sigla que popularmente já era difundida por todos seus falantes: Libras. Enquanto se adotava uma

postura de formação: Língua+Sinais+País, ficando conhecida como Libras, uma junção das palavras: Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2002).

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Inconformadas com essa denominação, algumas comunidades tentaram reverter o processo legal da sigla, mas a lei já havia sido promulgada e difundida como tal. No entanto, apesar dos avanços no reconhecimento dessa forma de comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes, ainda há muito que fazer, principalmente a comunicação entre estudante surdo e professor ouvinte.

A Lei nº 10.436/02 em seu artigo 1º reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, “como um meio legal de comunicação e expressão do sujeito surdo”. A regulamentação desta lei se deu em 22 de dezembro de 2005, através do Decreto nº 5.626. Essa é uma vitória para aquelas pessoas que durante muito tempo foram banidos do sistema escolar e da sociedade devido a sua condição deficitária – a surdez. Este decreto regulamenta a lei já mencionada acima, complementando-a e esclarecendo-a, com a qual visualiza-se, grandes avanços na educação de surdos no Brasil. Dessa forma, se confere através do Capítulo IV:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

§ 1.º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I -promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II – ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III – prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV – garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V – apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI – adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII – desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII – disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Brasil, 2005).

A referida lei, aponta a importância da formação do professor da sala regular para atender as pessoas com surdez, atribuindo as instituições federais a essa competência. No entanto, pouco tem se notado a oferta de cursos para professores com essa finalidade nas instituições federais, apenas um número pequeno de instituições privadas tem ofertado esse curso. Por ser instituições particulares, para cursar o professor necessitará desembolsar um custo financeiro que muitas vezes não lhes permite. Assim, ao ser inserido na sala de aula regular, os estudantes que tem surdez, depende de um outro profissional como articulador e facilitador desse processo. Todavia, se as leis fossem de fato implementadas nos sistemas de educação e se o Brasil levasse a sério a importância da inclusão social escolar, teria feito valer o reza as leis da inclusão. Por outro lado, vale enfatizar que o próprio professor cria barreira para não se envolver pedagogicamente com o processo de inclusão, (em

algumas secretarias há a oferta de cursos de LIBRAS) e o professor os descarta, alegando falta de tempo para tal, esse fato é retratado nas falas de Lobato, Amaral e Silva (2016, p. 11):

[...]dentre as propostas educacionais para a melhoria da escolarização de Surdos está a formação do professor, porém, não é simples qualificar professores, sobretudo, no contexto sócio-político vigente. O professor questiona a falta de espaço e recursos materiais apropriados; a necessidade de um corpo técnico suficiente e uma remuneração adequada, a fim de que possa manter-se atualizado e qualificado.

Por isso, vê-se no ambiente escolar, um quadro de profissionais despreparados para receber em seu âmbito a pessoa que tem surdez. No entanto, o ensino e o uso da língua de sinais, vem sendo reconhecida mundialmente, como um meio necessário para que sejam concretizadas mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar dos estudantes surdos, por ser uma língua viva e por também ser o produto de interação das pessoas que se comunicam.

Vale salientar que a língua de sinais possui as mesmas riquezas linguísticas que as línguas orais, e oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados para a educação de surdos. Contudo, alerta Lacerda e Santos (2013, p. 186): "[...] Para favorecer a aprendizagem do aluno surdo, não basta apenas apresentar os conteúdos em libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando toda a sua potencialidade visual que essa língua tem". De acordo com Lacerda; Albres e Drago (2013, p. 68):

O processo de aquisição da linguagem ocorre de forma gradual, já que se constitui como base simbólica essencial para o desenvolvimento humano, e a educação depende fundamentalmente da linguagem para promover a construção de conhecimentos. Desse modo, linguagem e língua são pilares centrais em qualquer contexto educacional.

Corroborando com os autores, a LIBRAS é então dotada de uma gramática, constituída a partir de elementos constitutivos das palavras que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. Portanto, não é algo solto, mas compostos de vários elementos que se estruturam e formam as mensagens que permite ao surdo a sua compreensão e interpretação.

1.2.2 O papel do professor da sala regular no processo de inclusão

É um discurso recorrente no meio educacional em que se defende o paradigma da escola para todos e de boa qualidade. O que induz afirmar, sem sombra de dúvida que a dita escola boa nunca existiu, uma vez que viajando sob a história da educação brasileira, em nenhum momento é localizado qualquer relato constando de uma escola que atendeu a toda população porém, que os ideais de cidadania em vigência, propõem e apostam em uma escola de mesmo nível à todas as pessoas, e que, se porventura tiver que prestar um atendimento diferenciado, que seja para atender as peculiaridades pessoais, nunca jamais, com a intenção de privilegiar este, em detrimento de outrem.

No tangente a Deficiência Auditiva (DA), é comum pensar que são muitos os desafios que as escolas brasileiras precisam vencer, pois este estudante ao inserido no seio da sala de aula comum, a partir de uma matrícula imposta por leis que advertem sobre a não negação da oportunidade, este, em sua maioria, passa a ser visto pelos professores e pela equipe escolar como uma ameaça ao desempenho e ao sucesso da turma, os quais se angustiam com a presença deste.

Avançando na perspectiva de compreender os desafios a serem respondidos pela escola, que além de incontestáveis, são numerosos e custosos de serem superados; destacar-se-á o recorte da Revista Inclusão que enuncia o maior desafio que a educação tem a responder na atualidade, que de acordo com Araújo e Linhares (2014, p.7), é “fazer uma escola de qualidade para todos e cada um.” A qual caminha na contramão daquela escola defendida ainda hoje por muitos. Esquecem-se, porém, de que a mesma ia de encontro com a Constituição Federal; visto que, desde a existência da citada escola, já se propunha uma escola abrangente, a escola do povo e para o povo, em que contemplasse inclusive, os indesejáveis (entendendo-se como sendo qualquer pessoa discriminada pela sociedade), mas que, inclusos na proposta da universalização do ensino. Uma proposta que por muito tempo, ou melhor, dizendo, perdurou até que houvesse revisão em documentos legais que surgiram ao longo dos tempos para intensificar ainda mais a luta em prol de se fazer cumprir os ideais de cidadania, em que, inclusive em se tratando de menores de idade, havia o chamamento aos seus pais ou responsáveis, com o objetivo de que todas as crianças em idade escolar, bem como todas as pessoas pudessem ter acesso à educação, em uma escola acolhedora e promotora do sucesso acadêmico, em que sejam disseminados saberes e competências baseadas na ética e princípios humanistas a fim de que como consequência positiva de sua atuação, frutificasse em sujeitos capazes de atuar com autonomia na sociedade, livres de dualidade social, mas na condição de contribuintes,

aptos auferir dos benefícios proporcionados pela Lei na condição de igualdade com todos os demais.

Mesmo com toda discussão e orientação, persiste um apavorante ranço no meio escolar em que muitos de seus profissionais permitem transparecer a repulsa sobre a escola ou turma em que lecionam em um ambiente que deve acolher a todos. Porém, ainda que se conheça o desafio e saiba como minimizá-lo, priorizam-se as exigências requeridas nos programas educacionais, negligenciando assim, a inclusão por não atender a singularidade presente.

Apesar do descrédito que se tem atribuído às escolas, como sendo incapazes de abarcar os problemas nelas presentes ou mesmo, não possuírem habilidades para se sobrepor as dificuldades que emergem constantemente, dessas considerações, presume-se que o espaço escolar é um privilegiado reduto de transformação do indivíduo em cidadão competente, contribuinte para o progresso social, desprendido de raízes excludentes que inibam a criatividade e a expressão necessárias à abertura de espaço para que se mantenha um diálogo promissor, capaz de permitir que o tão ambicionado respeito seja uma realidade.

Embora fique evidente que a trajetória é longa, mas quando em conjunto define-se o que se espera da escola, de sua equipe gestora, de seus professores e demais segmentos que a integram, fica mais fácil perseguir seus objetivos, bem como o enfrentamento aos desafios que a circundam, e que caminhos trilhar para alcançá-los.

Tais objetivos vêm ainda mais fortalecer a ideia do quanto é imprescindível discutir sobre a diversidade humana no espaço escolar, favorecendo compreender que ao encontro de diferentes sujeitos em um mesmo espaço, carregados de seus costumes, hábitos e diferentes naturezas, faz-se necessário apropriarem-se mutuamente do conhecimento da história de outros povos e civilizações ou mesmo dos seus pares para que possam manter o respeito necessário à boa convivência.

Ainda sobre esses objetivos, é realçada a compreensão de que só é possível vivenciar uma sociedade com as referidas características, quando todos _ mesmo os diferentes, os “estranhos” _ puderem se encontrar, encontrar o seu lugar, o seu espaço de convivência e nele dialogar sem constrangimento. O que se traduzirá no promover a unidade na diversidade e sendo assim, segundo Silva e Arruda (2014, p.7):

O professor precisa repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe, porque ainda é

muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço físico. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição.

O professor necessita acreditar na potencialidade de todos os seus estudantes e criar estratégias para que todos consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades. Para isto, é fundamental que ele acredite que todos independentemente de sua deficiência são capazes de vencer desafios e tornarem-se protagonistas de sua própria aprendizagem. Portanto, se faz emergente, preparar o professor para lidar com o processo de inclusão, especialmente para saber mediar o diálogo entre o estudante surdo com os demais estudantes ouvintes.

1.2.3 A questão do intérprete como mediador da comunicação na sala de aula

Na busca de solucionar os problemas de comunicação, enfrentados pelos estudantes com surdez, na sua inserção no ensino regular, surgem propostas de reconhecimento de que estes estudantes precisam de apoio específico, para alcançar os objetivos da educação. Dentre estes objetivos, está a oferta de uma educação igualitária, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprender. Contudo, por vivermos na era da inclusão, os estudantes com surdez para ter este direito, precisa de apoios humanos e também tecnológicos que contemplem suas possibilidades e necessidades de entender e ser entendido.

Na questão do apoio humano, surge a figura do intérprete, esse profissional que tem como função na escola, mediar a comunicação entre o surdo e o ouvinte, utilizando gestos através da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Essa linguagem é de fundamental importância, pois é por meio dela que as pessoas surdas interagem com o saber dentro e fora da escola.

A respeito da importância da LIBRAS, Silva (2013, p.49), aponta que:

A Língua de Sinais cumpre esse papel de elo de transmissão dos valores culturais entre indivíduos surdos e não surdos, além de ser agente da comunicação social e impulsionadora do seu desenvolvimento cognitivo dessas pessoas. É nessa língua que o surdo pensa, reflete, constrói a sua fala, o seu discurso, analisa o mundo, compreende-o, conhece e reconhece as

pessoas ao seu redor. A língua de sinais precisa, por essa razão, estar presente nas escolas que se denominam inclusivas.

Nesse sentido, vislumbra-se a importância do intérprete, não somente no contexto escolar, mas em todas as esferas, “assim, não há como desvincular a educação bilíngue do reconhecimento da importância que a Língua de Sinais tem na, e para, a educação dos Surdos”(Ferrari, 2014, p.25).

Por ser uma língua visuo gestual, deve ser explorada da melhor maneira possível para poder-se construir e ampliar o conhecimento dos estudantes surdos de forma eficaz. De acordo com Souza (2015, p. 90), a Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial, reconhecida pela lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002.

“[...] é defendido os direitos linguísticos dos surdos, principalmente a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, percebemos que para que haja, realmente, inclusão dos indivíduos Surdos, é necessário que ela seja feita pela aceitação da LIBRAS como língua, uma vez que se comparada outros sistemas comunicativos[...]”.

Também ressalta Marilene e Meyer (2016, p.2), que, “o aluno surdo depende muito de materiais visuais e da ação do professor para ampliar seu conhecimento, pois sendo que, a principal fonte de comunicação e expressão do aluno surdo é sua língua materna LIBRAS”. Diante dos obstáculos e avanços da comunidade surda em relação às suas formas de adquirir conhecimento no sistema educacional, o professor intérprete tem fundamental importância e precisa ser valorizado dentro da escola, uma vez que o professor da sala regular não possui habilidades para efetivar uma comunicação efetiva entre estudantes surdos e ouvintes. De acordo com Ferrão e Lobato (2016), a falta de qualificação dos professores levam ao entendimento de que não estão preparados para o trabalho com esse tipo de público a deixando-o à margem do aprendizado, evidenciando o descompasso no sistema. É nessa perspectiva que emerge a necessidade do intérprete dentro do espaço escolar.

Pesquisas apontam que, o Interpretador de Libras surgiu na década de 80 nas igrejas protestantes, no qual se concebiam a importância da comunicação com os surdos por meios de sinais. A partir das igrejas protestantes, começaram a surgir os primeiros intérpretes e intelectuais que começaram a estudar a língua de sinais, que na atualidade ocupa uma posição de grande relevância na relação dos surdos e ouvintes em todos os segmentos sociais.

Para compreender a importância do profissional de LIBRAS na escola, recorreu-se Silva e Oliveira (2016, p. 698), que afirmam:

Ao trabalhar com os estudantes surdos no espaço escolar, o intérprete de Libras passa a ter um compromisso com a construção do conhecimento desses alunos, interpondo-se como um mediador nesse processo, o que traz novos desdobramentos para sua atuação profissional. Nesse sentido, uma vez que o intérprete está inserido na escola, o trabalho de tradução, interpretação e o trabalho docente, de certa maneira, articulam-se na atuação desse profissional, produzindo novas configurações.

Silva (2013, p.25), alerta que:

No contexto escolar, em alguns casos, o intérprete atua como professor, esclarecendo questionamentos, porque se fizer uma interpretação no estrito sentido das palavras, esta poderá não ter sentido compreensível pelo aluno surdo. Entretanto, o professor regente de classe não pode passar suas responsabilidades ao intérprete, porque ele está lá para exercer sua função de intérprete.

Nesse contexto, torna-se importante compreender o papel do intérprete, pois sua função está relacionada com a interação comunicativa social e cultural da pessoa com surdez com os demais sujeitos na sociedade.

Como a inclusão desse profissional na sociedade é recente, é preciso ainda pontuar algumas questões que dizem respeito ao seu trabalho no ambiente escolar. Sousa (2015, p.117), esclarece que: [...] o intérprete de Libras tem como atribuição principal estabelecer a intermediação comunitária entre os usuários da Língua Brasileira de Sinais, interpretando a língua oral para uma língua gestual, e vice-versa, interpretando fielmente, com emoção, sendo mediadora do mediador”. Dessa forma, é relevante a escola entender que dentro da escola o intérprete tem sua função definida, o de mediar a comunicação entre o surdo com o ouvinte.

1.2.4 A importância da Formação Continuada para os professores com sala de aula inclusiva

O sistema de ensino brasileiro tem acompanhado as mudanças que vem ocorrendo na sociedade e tem conseguido respeitar a diversidade que encontra-se dentro do seu espaço, garantindo a convivência prazerosa e a aprendizagem de todos os alunos.

As práticas pedagógicas desenvolvidas, devem promover a inclusão na escola dos estudantes com os mais variados tipos de deficiências revelando quebra de paradigmas incorporada tanto pelo professor, como por todos envolvidos no processo de inclusão. Todo esse envolvimento, evidenciam os esforços da escola em acolher e o professor em ensinar a turma toda, favorecendo o exercício do direito de aprender com as mesmas oportunidades.

Nesse sentido, a educação especial enquanto uma modalidade de ensino, tem se difundindo no contexto escolar, que para se tornar efetiva emerge do professor da sala regular, um bom conhecimento de como a aprendizagem se processa para as pessoas com deficiências, principalmente a Auditiva.

Compreender o papel do professor do ensino regular no processo de inclusão, é antes de tudo pensar na sua formação acadêmica, por isso, Rocha (2017, p. 5), ressalta essa importância ao afirmar que: “Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Daí ser primordial o professor se capacitar para receber dentro da sala de aula, estudantes com deficiências.

Já pensando-se na possibilidade de o professor do ensino regular não ter formação específica para trabalhar com a inclusão, os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial (Brasil, 2001), apresenta textos que orienta o professor nesse sentido, que vai desde a orientação dos sistemas de ensino para o atendimento de estudantes com deficiência, das características desse estudante, até do currículo. É um documento que possibilita ao professor entender como o ensino se orienta, e o que deve ser ofertado a esses estudantes para vencer seus desafios em termos de aprendizagem.

Além documento, existe o dicionário bilíngue (oferecido pelo governo), entre tantos softwares e recursos que o professor poderá utilizar para melhorar a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Contudo, para ensinar o estudante surdo, além desses recursos, se faz necessário o professor ter formação em LIBRAS, pois sem esse conhecimento, o papel do intérprete funcionará apenas para o surdo. Para Lacerda E Santos (2013, p.35), o trabalho do professor e do intérprete, precisa ser uma parceria, por isso mesmo:

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é

interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

O professor, para trabalhar com estudantes com DA, precisam ter especialização em educação especial, ou psicopedagogia como conhecer a Língua de Sinais, uma vez que “o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, pode proporcionar total interação entre os alunos e um maior desenvolvimento cognitivo” (Brasil, 2000, p. 48). No entanto, o que se pode observar nas mais diversas escolas brasileiras, é um professor que desconhece a linguagem de sinais, ficando o ensino e a mediação da interpretação da fala para o surdo, sob a responsabilidade do intérprete. É um desafio posto a escola e ao professor como parte dela, que precisa ser revisto para que a inclusão se não se concretize, pelo menos seja se inicie. Todavia, o professor precisa dominar a LIBRAS para se comunicar com estudante com surdez, interagindo e questionando acerca dos mais vários conteúdos trabalhados na sala de aula, buscando avaliar esse estudante está ou não entendendo. Dentro dessa ótica se o professor desconhece a língua de sinais, a proposta de inclusão fica desestruturada, como bem cita, Lacerda (2014, p.35):”Assim o aluno surdo, muitas vezes fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe a Libras) e ao mesmo tempo sente-se desvalorizado, porque o IE³ (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula”. Dentro desse contexto, os professores que possuem estudantes inclusos na sala de aula, precisam estar sempre se atualizando.

Em meio a tantas contradições, dúvidas, incertezas; que resultam em preocupações aludindo às possibilidades da formação do professor pode-se então perguntar, se é possível materializar a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no ensino regular? Embora reconhecedor de que haja um longo caminho a ser percorrido, e que, teoricamente falando é mais fácil que de fato o é, na prática, é possível sim que a inclusão aconteça, se a sociedade como um todo, valorizar a diversidade, oportunizando ao professor a formação necessária para que tal fato aconteça.

1.2.5. As políticas públicas para a Formação Continuada para o professor e as leis brasileiras no paradigma da inclusão

A preparação do professor e da equipe escolar, bem como dos recursos e de todo o aparato que compõem o “fazer pedagógico”, são elementos muito importantes no

³ Intérprete Educacional

processo de inclusão. Todavia, é necessário ir mais além, principalmente quanto a formação do professor.

É sabido que, grande parte dos professores brasileiros não possuem formação acadêmica adequada para trabalhar com estudantes surdos, por não possuir o domínio da linguagem de sinais. Partindo desse pressuposto, Rocha (2017, p. 2), em seu discurso salienta que:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re) pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 que define, no artigo 59, inciso III, (Brasil, 1996), o seguinte trecho:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

A LDB, já aponta a importância da qualificação do professor do ensino regular frente a inclusão, cabendo aos professores, buscar tal qualificação e a escola proporcionar meios para que isto aconteça.

O Brasil vem tentando, por meio de leis, decretos, documentos internacionais e políticas voltadas à inclusão, para incluir o “reparo” ao atendimento às pessoas com deficiência, que durante um longo período de tempo, foram banidas da sociedade. Essa afirmação encontra-se presente no documento: Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais (Brasil, 2013), conforme texto abaixo:

O Brasil é um país onde os problemas sociais vêm sendo redimensionados através de programas e incentivos de políticas públicas de inclusão e reparo às violações dos direitos humanos. Ainda o preconceito e as disparidades sociais contribuem para o declínio do cenário humanístico, cultural, político e econômico. Os direitos humanos podem mudar essa realidade, e a educação é o principal viés para essa transformação, por meio da dignidade da pessoa humana. (Brasil, 2013, p. 44).

Segundo Rocha (2017, p.7):

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno.

No paradigma da inclusão, é preciso que políticas públicas de formação do professor sejam implementadas de forma emergente, que em suas diretrizes gerais, apresentem como eixo norteador, o entrelaçamento entre a prática docente e saber teórico, concebendo-a como desenvolvimento profissional e uma exigência da atual sociedade. Pois de que adianta, a escola receber estudantes com deficiências dentro do seu ambiente, se o professor do ensino regular não tem preparo para trabalhar com estes.

É devido à falta de formação do professor que já se percebe alguns problemas relacionados à atuação dos professores no processo de inclusão de estudantes com surdez, pois eles se consideram incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência auditiva. Sendo assim, o professor que atua junto ao estudante com surdez deve ser capacitado.

Os princípios que devem permear o ensino inclusivo na atualidade, exige que se invista na formação do professor para, qualificá-lo, e ainda, instrumentalizá-los para maior e melhor assistência à demanda, de forma a contemplá-la em sua diferenciação. Segundo Carvalho (2015, p.16):

A legislação demonstra a obrigatoriedade em matricular e acolher todas as crianças na escola inclusiva, mas o atendimento e o acolhimento precisam ir além da formalidade, proporcionando a todos os alunos condições condizentes para a realização de suas especificidades e potencialidades. Além desta obrigatoriedade, é fundamental que a escola ofereça uma equipe de docentes capacitados, estrutura física acessível, pessoas de apoio educacional especializado, além de material didático e equipamentos especiais. Essa estrutura exige uma visão que vai além da função docente.

Como se pode notar, a escola precisa ainda vencer os desafios que o próprio processo inclusivo requer, entre esses: a formação do professor da sala regular.

Apesar do cenário atual que tem se apresentado em relação a formação do professor, pode-se afirmar que vale a pena, assinalar o lugar de instituição escolar, no sentido do enfrentamento ao problema acima levantado, visto que nesse estudo se defende

o reconhecimento da importância do surdo dentro da escola comum, como um espaço privilegiado que representa no mundo em prol da garantia de direitos.

1.3 A coordenação pedagógica

O debate acerca do coordenador pedagógico, cresce a cada dia na sociedade, seja nos centros de debates, em produções acadêmicas e até dentro do próprio sistema de ensino. Também tem se observado um avanço na procura e na oferta de cursos Lato Sensu nas Instituições de Ensino Superior voltados a Coordenação Pedagógica. É uma temática que vem merecendo destaque, tal importância é o seu papel no contexto inclusivo.

O Coordenador Pedagógico (CP) é o profissional dentro da escola que é responsável pelo bom convívio entre professores, gestão, estudantes e demais funcionários, além de resolver os conflitos que, vez por outra ocorre no espaço escolar. A respeito da importância do CP, Tonini e Oliveira (2015, p.17), comentam que:” Embora seja reconhecida a importância do trabalho desse profissional para o pleno desenvolvimento da função da escola, sabe-se que os Coordenadores Pedagógicos convivem com dificuldades e enfrentam obstáculos na realização de sua tarefa”. O CP, também tem a responsabilidade de preparar toda a escola para receber dentro do seu ambiente, os estudantes com deficiências. É esse trabalhador da educação que auxilia o professor nas suas práticas cotidianas inclusivas, por meio de formações, de atividades, por meio de pesquisas para o professor realizar na sala de aula, sendo também corresponsável em avaliar os estudantes, afim de constatar seus progressos e ou retrocessos no processo de aprendizagem.

Com tantas funções desempenhadas, suscita do CP, o domínio de múltiplos saberes para poder desenvolver as suas mais diversas atribuições de modo eficiente e preencher lacunas específicas na formação docente para trabalhar com a inclusão.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu artigo 64, reza que para exercer a função de coordenador pedagógico, exige-se entre outros requisitos, a formação acadêmica em Pedagogia, ou em nível de pós-graduação, conforme discrimina-se abaixo:

A formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

Diante do exposto, acredita-se que toda instituição escolar, tem dentro do seu contexto, o CP com esse perfil, pois a lei está posta, e ir contra ela, só irá prejudicar o bom andamento das práticas pedagógicas. Não se deve admitir que uma gestão por pura amizade ou coleguismo permita que o Coordenador Pedagógico assumira essa função com requisitos diferente do que reza a Lei (LDB), principalmente no paradigma da inclusão.

Recorrendo -se a Marcondes, Leite e Oliveira (2013, p.194), citam que:

(...) o coordenador é peça chave da mediação entre a Secretaria de Educação e os professores da escola, desenvolvendo funções pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento profissional do corpo docente e um trabalho político de implementação dos princípios da reforma educacional proposta pela gestão política no momento.

É uma função muito relevante na escola, e por isso mesmo Placco; Almeida; Souza (2013, p. 230), reforçam essa importância:

[...] em seu papel formador, oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa, então, destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores [...] Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador”.

Analisando a fala dos autores compreende-se que o CP assume um papel muito amplo na instituição escolar, caberá então responder se ele consegue de forma eficaz trabalhar todas essas atribuições sem esquecer a sua própria formação. Pois trabalhar com a inclusão requer um bom preparo que somente com tempo é que se pode realizar.

1.3.1 A importância da coordenação pedagógica no processo de inclusão escolar

Na atual sociedade, a da inclusão social, percebemos uma preocupação muito grande em incluir pessoas com todos os tipos de deficiências na escola em todos os níveis do ensino regular e modalidade escolar. É um grande progresso, contudo incluir perpassa pela necessidade de rever as adaptações que precisam serem feitas, de acessibilidade e da formação docente. Essas mudanças na forma de ensinar e pensar a inclusão está contida nas falas de Kailer e Papi (2013, p.2), que colaboram ao afirmarem que:

Por esse motivo é possível constatar uma quantidade significativa de instituições escolares preocupadas em adequar e repensar tanto sua estrutura física – como a construção de salas, rampas, banheiros adaptados – como também seus regimentos internos e as formas de organização do trabalho pedagógico.

Analisando as falas autores, remete-nos a pensar sobre o papel do Coordenador Pedagogo frente ao processo de inclusão. Pois para as mudanças que ocorrerão na escola diante do recebimento de estudantes com deficiências, em especial a com surdez requer uma série de ações objetivando a aceitação das diferenças. Por isso se faz necessário que o CP trabalhe com toda a equipe que ele coordena, no sentido de preparar para acolher da melhor forma possível este estudante. Tais ações estão voltadas a momentos de discussão, reflexão para troca de experiências, na perspectiva de compartilhamento de seus saberes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Além do que o intérprete também precisará do apoio do CP, para poder então planejar suas atividades para os estudantes com deficiência em conjunto com o professor da sala regular. De acordo com Kailer e Papi (2013, p.13):

Considerar a escola como instituição pensada e organizada para atender a todos os alunos requer que ela se dedique a esses pressupostos, o que faz com que necessite de um profissional que, coordenando o trabalho coletivo da escola, facilite e conduza junto aos professores práticas que respeitem e valorizem a diversidade e a inclusão, entendendo-se nessa discussão a inclusão de todos os indivíduos, inclusive daqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Em contrapartida, Ribeiro (2016, p. 63), afirma que:

O desafio da função do coordenador pedagógico é a formação continuada dos professores no âmbito da escola, é manter certa ordem no trabalho pedagógico, é colaborar com a gestão da escola na construção de uma educação de qualidade. O coordenador precisa deixar de ser o profissional atendente, o substituto do professor quando este não aparece na escola, o apagador de incêndios e o administrador de conflitos.

Realmente, o CP, precisa também se atualizar e para isso é necessário que ele se aproprie do que dizem as leis que ampara os estudantes com deficiência, ter domínio em língua de sinais, fazer adaptações no ambiente escolar. O coordenador também é um professor, o que o diferencia é justamente o seu papel dentro da escola. Enquanto o professor cumpre o que aconselha o CP, este por sua vez antes de preparar e elaborar ações

e propostas, precisa conhecer, e isso requer estudos e disponibilidade de tempo. Para Ribeiro (2016, p. 61):

Formar o professor e formar o coordenador na universidade pouco prepara estes profissionais para lidar com a realidade em que está posta a escola pública. A teoria sobre a formação do coordenador está ligada ao estudo da gestão dos processos educativos, que nem sempre condiz com o mundo contraditório do chão da escola.

Com tantas atribuições compreende-se que o CP encontra dificuldades no desenvolvimento do trabalho, impondo a este um preparado específico, diferenciado dos demais funcionários da escola. Buscando esse entendimento, recorreu-se a Kailer e Papi (2013, p.12) que afirmam: "Para se efetivar a inclusão, é necessário inovar metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos". Tudo isso requer do CP, um bom preparo para poder preparar toda a escola, bem como a sua equipe a qual coordena.

1.3.2 A coordenação pedagógica e o professor da sala regular: caminhos para se construir a inclusão

Ser professor não é tarefa fácil, por isso mesmo ele precisa do apoio pedagógico na figura do coordenador. O acesso ao coordenador pedagógico é garantido pela LDB (Brasil, 1996) e pela escola, evitando dessa forma que o processo educativo dependa exclusivamente da iniciativa do professor.

O Coordenador Pedagógico precisa auxiliar o professor do ensino regular que em especial recebem estudantes com deficiências, mas, na condição de ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e tecnológicos para estimular a criatividade do professor, senão o seu papel será ineficaz diante do processo inclusivo. Ainda se espera que a Coordenação Pedagógica seja ativa e participativa do cotidiano da sala de aula, da escola e que consiga ter boas relações com toda comunidade.

A Coordenação Pedagógica, tem por horizonte os princípios, objetivos e metas que são estabelecidas no Projeto Político Pedagógico (PPP). A ela cabe promover a mobilização de todos os segmentos educacionais (funcionários, pais, estudantes, professores e comunidade), bem como a constituição do grupo enquanto uma equipe que trabalhe cooperativa e eficientemente, visto que, a escola que se diz inclusiva precisa ser

dinâmica, comprometida e motivadora para a participação de todos os atores sociais.

Um ambiente escolar inclusivo é resultado de uma equipe coesa, fortalecida pelos laços da união, visando a participação efetiva de todos. Cabendo também a Coordenação Pedagógica estimular todos a terem responsabilidades, deliberando poderes para um trabalho coletivo, para que ocorra mudanças, construtivas, cooperativas no ambiente escolar. O CP precisa de acordo com Oliveira e Guimarães (2016, p. 95), “[...] além de uma formação consistente, um investimento educativo contínuo e sistemático para que sejam desenvolvidas capacidades e habilidades múltiplas, como exige a educação atual”. Espera-se que a CP, possa contribuir em parceria com o professor da sala regular, opinando, conversando, mediando no processo de inclusão e ao mesmo tempo dando *feedbacks* construtivos e empáticos.

A Coordenação Pedagógica pode, a partir de uma visão macroscópica sobre a proposta pedagógica da escola, auxiliar no planejamento das aulas de todos os professores, em especial aqueles que se encontra com estudantes inclusos. Esse direcionamento é muito relevante para que os conteúdos sejam orientados sob um objetivo comum a todos, que é de ensinar a todos de forma igual, mas respeitando-se as limitações de cada um.

Aos estudantes com surdez, demanda um outro profissional; o intérprete que também passara a ser coordenado e, portanto, precisa estar sempre em sintonia ao que a escola propõe. Portanto no processo da inclusão o CP se não for bem preparada passará a ter sérios desafios. Assim, ter competência para desenvolver as suas mais variadas funções dentro do ambiente escolar e buscar o aperfeiçoamento sistematicamente, faz do Coordenador Pedagógico um elemento muito importante no processo de inclusão escolar.

1.3.3 O processo de comunicação do professor ouvinte e o estudante surdo

A educação inclusiva vem destacando-se dentro de uma política de igualdade de direitos e respeito às diferenças, com a finalidade de um melhor atendimento aos estudantes com deficiências no ensino regular.

De acordo com a LDB, no Art. 24, da Lei nº 7.853/89 e do decreto nº 3.298/99, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (Brasil, 1996). Essas leis e decretos estendem-se a todo tipo de deficiência, inclusive a auditiva, todavia, a pesar, da valorização da inclusão do estudante surdo na escola, a sua inclusão ainda não está sendo em sua totalidade, isto porque, a comunicação

estabelecida entre esse estudante e o professor da classe regular não existe, ou seja, nem o professor compreende o que o estudante fala e nem o estudante consegue absorver o que o professor oraliza.

A comunicação é uma ferramenta importante na vida de todo ser humano, pois é por meio dela, que as pessoas expressam seus sentimentos e desejos. Sem a comunicação, sendo ela, em que linguagem for, fica difícil viver-se em sociedade.

Para Lacerda, Albres e Drago (2013, p.67):

Os prós e os contras das propostas de escolas de surdos e da educação inclusiva não se restringem ao direito linguístico, ao contato com pares usuários da mesma língua, à abordagem metodológica ou à atuação de profissionais bilíngues, entre outros, mas ampliam-se para as condições concretas de implementação dessas mesmas propostas nas políticas governamentais.

Sendo assim, corroborando com os autores, o surdo para se comunicar na escola depende exclusivamente do apoio do intérprete, caso este profissional não esteja presente, o surdo não terá oportunidades de se expressar e de ser compreendido. Ainda mais agravante é perceber-se que os estudantes encontram barreiras diante do intérprete, dentre essas está a dificuldade do surdo compreender aquilo que o intérprete traduz, pois em sua maioria chegam a escola sem nenhum contato com o este tipo de linguagem, pois se comunicam com a família e com os colegas de forma muito simples, ou mesmo por meio de gravuras ou expressões. Esse fato se dar porque “ o processo de aquisição da linguagem ocorre de forma gradual, já que se constitui como base simbólica essencial para o desenvolvimento humano, e a educação depende fundamentalmente da linguagem para promover a construção de conhecimentos” (Lacerda, Albres e Drago, 2013, p. 66). E por ser um processo que aos poucos vai sendo desenvolvido, fica difícil até a comunicação entre o intérprete e o surdo, quanto mais para o professor que não possui o domínio dessa linguagem. Para resolver tais impasses, caberá que o sistema de ensino, implemente cursos de formações voltados ao ensino de LIBRAS para os professores, uma vez que este desejo já se encontra nas leis que regem o sistema de educação brasileira.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem como propósito apresentar o caminho percorrido no desenvolvimento dessa pesquisa, os quais também serão apresentados detalhadamente: o modelo e o enfoque da pesquisa, bem como, as técnicas e os procedimentos metodológicos apropriados esta investigação..

Quando se fala em deficiente auditivos, remete-nos ao fato de que essas pessoas, tiveram momentos de plena exclusão na sociedade, consequência de uma sociedade que não percebia “o diferente”, como pessoas que tem os mesmos direitos nessa sociedade mutante. Nesse sentido, pretende-se analisar de que forma vem se dando o processo de inclusão escolar para um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

2.1 Fundamentação metodológica

No sentido de melhor explicar o desenho metodológico dessa pesquisa, busca-se de antemão conceituar os aspectos que servirão de suporte para a realização do seu planejamento bem como: sua organização e os critérios para a escolha do método e a metodologia. Nesse sentido, ” tão importante quanto escolher e justificar o método em sua pesquisa é narrar o percurso metodológico (Aragão e Neta, 2017, 34). Nas palavras de Silva, et.al (2018, p.47): “No que tange à discussão sobre a organização do desenho de pesquisa, o principal efeito a ser avaliado recai sobre os métodos de análise propostos em um trabalho científico”. Em outras palavras, o método é o caminho utilizado de forma contínua para chegar a um objetivo determinado, enquanto que a metodologia diz respeito aos procedimentos realizados para que o objetivo traçado se realize.

O campo que estuda os melhores métodos para se praticar nas áreas de pesquisa e produção de conhecimento é a metodologia. Sendo assim, a metodologia é a ciência que tem por objetivo, “analisar, explicar, prever e atuar” (Campoy, 2018, p. 35), e se inicia

através do conhecimento da realidade, os componentes que a formam e quais os aspectos que a compõe.

Diante do que se expôs, compreende-se que o método e a metodologia se entrelaçam, com o propósito de planejar e organizar o estudo, pautado em uma linha de raciocínio capaz de alcançar os objetivos propostos.

2.2 Problema da investigação

A inclusão escolar, até bem pouco tempo, não era um assunto muito debatido no mundo contemporâneo. Aos poucos, essa temática vem fazendo parte dentro dos mais diversos segmentos sociais, causando ainda polêmicas, especificamente no que diz respeito ao acesso das pessoas com surdez à sala de aula regular. Para essas pessoas não foi um processo fácil conviver com a exclusão total, com o preconceito e as injustiças sofridas durante décadas. No entanto, depois de muitas discussões a nível nacional e internacional, o panorama vem mudando e as pessoas surdas vem sendo inseridas no sistema de ensino comum mesmo que se observe essa entrada de forma lenta.

Frente a realidade que a escola tem enfrentado diante do paradigma da inclusão baseada na educação para todos, compreende-se que a sala de aula é por natureza um espaço privilegiado de trocas de experiências rumo a construção de novos conhecimentos, de novas aprendizagens, tendo como premissa o respeito mútuo. Isso tudo, deve acontecer de forma interativa e sistematizada, mediada pelo “saber fazer” do professor, por isso espera-se que todos aprendam de forma significativa. Por outro lado, acredita-se que o professor conduza seus estudantes, procurando compreender suas reações, seus anseios, suas limitações para que a inclusão se dê de forma igual.

As questões que envolvem as dificuldades que a escola tem enfrentado diante da entrada dos estudantes surdos, se dá entre outros fatores pela falta de comunicação entre esses e os ouvintes. Não que a pessoa surda não consiga se comunicar, muito pelo contrário, ela se comunica de forma diferenciada por meio de gestões e expressões faciais.

A comunicação é um processo muito importante de interação entre os indivíduos, pois é por meio dela que se compartilham mensagens, ideias, emoções, que podem por meio dessas influenciar ou não outras pessoas. Mas nem todo mundo possui a comunicação falada de forma clara, tendo em vista que há várias crianças, jovens e adultos com deficiência na audição que interfere como consequência na comunicação.

O processo de inclusão consiste no desenvolvimento das aulas, adequando-as ao processo de aprendizagem para os estudantes com deficiências seja ela de que tipo for. Todavia, não está aqui afirmando-se que o professor prepare suas aulas voltadas exclusivamente para esses estudantes, mas que esses aprendam de acordo com suas necessidades e limitações, do mesmo modo, assim com os demais estudantes sem deficiência.

É importante reconhecer a condição bilíngue do surdo e a importância do intérprete, contudo, melhor seria que todos pudessem se comunicar com a pessoa surda por meio da LIBRAS e não somente o intérprete. Se esse fato acontecer poder-se dizer que é o início de um longo percurso a ser trilhado.

O Brasil possui leis e diretrizes que regulamentam e sugerem a inclusão, principalmente da pessoa surda na escola regular, porém, falta a implementação na integra dessas leis, ou seja, preparar as escolas como um todo para o recebimento desses estudantes. Dito de outro modo, providenciar os mecanismos para que haja uma inclusão de fato e não somente de direito.

É nesse contexto que pretende-se com essa pesquisa, verificar junto aos professores do ensino regular, o professor intérprete, a gestão Escolar, o professor do AEE, coordenador pedagógico e estudantes do 7.º ano do ensino fundamental, se o trabalho desenvolvido em sala de aula com os estudantes surdos, tem sido uma prática inclusiva, tendo como suporte teórico as leis que amparam esses estudantes e se a comunicação entre ouvintes e surdo tem se dado de forma eficaz.

Sendo assim, busca-se um problema para servir como argumentação e iniciar dessa forma a averiguação. De acordo Campoy (2018, p. 51), o problema da pesquisa “é um ponto de partida para toda a investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica em vários passos inter-relacionados”. Dessa maneira, infere-se que o problema é o marco inicial que comanda o processo investigatório. Diante disso, foram levantados nesse trabalho as questões investigativas e o problema a ser pesquisado.

Diante do exposto, torna-se importante que sejam ofertadas cursos de cunho obrigatório para todos os professores que possuem estudantes com surdez na sala de aula no sentido se oferecer um ensino igualitário, sem excluir ninguém.

Mediante esse contexto busca-se responder a pergunta geral da pesquisa, que é
Quais são os maiores desafios que o professor ouvinte enfrenta no cotidiano na sala de aula

com a inclusão de alunos surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil?

E como questões investigativas:1) de que forma tem se dado o preparo do professor da sala regular, para trabalhar com a inclusão de estudantes surdos na sala de aula? 2). Quais as metodologias utilizadas pelo professor da sala de aula regular, para atender todos os estudantes, de forma igualitária? 3) qual o papel do intérprete na relação com o professor da sala regular que facilite a instrumentalização desse professor para trabalhar com o aluno com surdez? 4) O professor do Acompanhamento Especial Individualizado (AEE) tem atuado como intermediário da relação entre o intérprete e o professor da sala regular?

2.3 Objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa busca responder o problema da pesquisa. Eles servem como guias para orientar e definir a trajetória da pesquisa (Campoy, 2016). Pode dizer que os objetivos determinam o que o pesquisador quer atingir com a realização do trabalho de pesquisa. Portanto, para responder à essa problemática, com a intenção de lançar propostas e recomendações acerca do fenômeno em questão, foram delineados os objetivos geral e específicos.

2.3.1 Objetivo geral

✓ Analisar o processo de inclusão do ensino regular de um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

2.3.2 Objetivo específicos

1) Identificar o nível de envolvimento do coordenador pedagógico no processo de inclusão de um aluno surdo

2) Descrever as estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes, para que a inclusão de um aluno surdo, em cada disciplina.

3) Valorizar o papel do interprete, como apoio ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez.

- 4) Valorizar o papel do professor que realiza o acompanhamento individualizado (AEE) da escola.
- 5) Identificar as adaptações realizadas pela escola no processo de inclusão de um aluno surdo
- 6) Identificar o grau de aceitação dos colegas ao aluno com surdez

2.4 Desenho da pesquisa

Para realização da investigação se faz necessário observar o detalhamento do desenho metodológico, pois, ele servirá de estratégia, mostrando quais etapas deverão ser seguidos para a realização da pesquisa que se deseja concretizar. Para Gorard (2013, p. 4-5): "Em sua forma mais simples, o desenho de pesquisa é sobre convencer uma audiência de pessoas céticas que decisões importantes que estão por trás das conclusões da pesquisa são as mais seguras possíveis". Nesse sentido, o desenho da pesquisa tem como propósito contribuir para que o investigador alcance os objetivos traçados e a veracidade das informações do conhecimento construído.

De acordo com Silva, et. al (2018, p.8):" O desenho de pesquisa deve ser tal que responda satisfatoriamente a uma pergunta de pesquisa". Rezende (2015, p.49), acrescenta que:

Os desenhos de pesquisa podem conferir inferências causais de qualidade ampliando a confiabilidade, a validade, a transparência e honestidade das análises se devidamente alinhadas aos princípios inferenciais. Desenhos de pesquisa devem atender fundamentalmente a dois critérios básicos: a consideração de um problema relevante para a realidade empírica e, por outro lado, a produção de contribuições relevantes para as explicações disponíveis na ciência.

Diante disso, ressalta-se que para o desenvolvimento da pesquisa se faz necessário utilizar-se de métodos científicos, que na perspectiva de Aragão e Neta (2017, p. 33), são [...] etapas dispostas ordenadamente para investigação da verdade, no estudo de uma ciência para atingir determinada finalidade, e técnica como o modo de fazer de forma mais hábil, segura e perfeita alguma atividade, arte ou ofício". Já Prodanov e Freitas (2013, p.24), o conceitua dessa forma: " como caminho para chegarmos a determinado fim". En quanto que Silva, et. al (2018, p.47), o concebe como sendo "o conjunto de procedimentos que o pesquisador adota para avaliar os dados coletados". Sendo assim, unindo as

concepções dos autores, pode-se sintetizar métodos é o conjunto das normas que o pesquisador deve seguir para a produção de conhecimentos que têm o rigor da ciência.

O desenho da pesquisa pode ser assim definido então como sendo, os métodos e técnicas escolhidos por um investigador. Então, os métodos e técnicas combinam-se de maneira razoavelmente lógica, para que o problema de pesquisa seja tratado eficientemente. É nesse contexto, que se pode afirmar que o desenho de uma pesquisa é usada para explicar o tipo de pesquisa e também seu subtipo. Daí sua importância no processo investigativo

. Nessa dissertação, elencou-se a pesquisa qualitativa, que para Zanella (2013, p.63), trabalha “com informações expressas nas palavras orais e escritas, em pinturas, em objetos, fotografias, desenhos, filmes, etc “. No entendimento de Prodanow e Freitas (2013, p.70), esse tipo de pesquisa

[...][tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Na pesquisa qualitativa o propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim, conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo.

Na perspectiva de Alvarenga (2019, p.50), “os enfoques qualitativos na investigação social, são formas de geração e produção de conhecimento que se fundamentam em concepções epistemológicas profundas e que origina uma nova linguagem metodológica diferente ao paradigma tradicional”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é caracterizada com a tentativa de compreensão a respeito da educação de surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil

Ainda para entender o enfoque qualitativo, buscou-se o embasamento de Leite, Silva e Martins (2017, p.45), que citam: “ Compete ao pesquisador saber explorar as possibilidades da pesquisa qualitativa em sua investigação, bem como compreender que há vários caminhos na realização de pesquisa, seja ela qualitativa ou não”. Assim, a perspectiva qualitativa possibilita ao pesquisador desvelar e interpretar a fala dos entrevistados, e por isso, não se utiliza o uso de métodos quantitativos. “A investigação qualitativa geralmente se dá em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos

envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado” (Alvarenga, 2019, p.51).

2.5 Técnicas e instrumentos da coleta de dados

Para a presente investigação, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação sistemática, guia de entrevista e a entrevista aberta.

A escolha dessas técnicas e instrumentos é possível, pois, busca -se obter as informações que tenham por finalidade explicar o fenômeno que envolve a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino regular na escola pública, além de responder e solucionar o problema estudado.

2.5.1 Observação sistemática/estruturada

A técnica da observação sistemática/estruturada, caracteriza-se por ser uma ação minuciosamente planejada, com vistas a atender critérios preestabelecidos, cabendo ao pesquisador manter-se o mais objetivo possível, eliminando por definitivo sua influência sobre os fenômenos em estudo e se limitando somente a descrever informações precisas acerca do fato em questão. Segundo, Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p. 104), a técnica da observação sistemática/estruturada deve ter planejamento e ser “realizada em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos”. Nesse sentido, a observação deve ser clara, exata e completa, devendo ter o planejamento prévio e a utilização fundamental de anotações para que haja o controle das informações adquiridas.

A observação sistemática/estruturada dessa pesquisa observa as questões elencadas nos objetivos específicos que tratam exclusivamente do processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola pública. Será observado, o processo de inclusão de pessoas Surdas no ensino regular, o papel do intérprete como mediador da linguagem LIBRAS, as contribuições do professor do AEE, do coordenador pedagógico, do gestor, dos professores e estudantes ouvintes nesse processo.

2.5.2 Guia de entrevista

O guia de entrevista é um instrumento de verificação, no qual consiste em esclarecer os objetivos específicos da investigação em itens bem lavrados na forma de perguntas

ordenadas que devem ser respondidas pelo pesquisado. Com esses aspectos, o guia será aplicado para os participantes da pesquisa.

Sendo assim, o guia de entrevista será composto por questões abertas, onde “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 109). Nesse sentido, essa técnica permite uma total liberdade para os participantes, podendo para tanto, responderem sem se preocupar com escolhas ou alternativas.

2.5.3 Entrevista aberta

A técnica da entrevista é de relevante importância para a investigação que se deseja realizar. Perovano (2016, p. 223), afirma que, “nas entrevistas, investiga-se sobre os fatos vivenciados ou vistos pelas pessoas, as quais relatam o significado deles e definem suas observações, sentimentos e experiências com fala direta ao pesquisador”. Nessa ótica, pode-se concebê-la como uma conversa amigável, onde o objetivo proposto é a coleta de dados sobre a realidade dos fatos e fenômenos. De acordo com Lakatos & Marconi (2011, p. 80), na entrevista ocorre “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Dentro dessas concepções, pode-se entender que as questões são formuladas tendo como finalidade única, a obtenção de dados para a pesquisa.

Nessa direção, a entrevista conforme Mascarenhas (2012, p. 69), “não é apenas um bate-papo: é uma conversa que tem o objetivo de obter dados para a pesquisa, [...] serve para levantar informações que não encontramos em fontes bibliográficas”. Nesse contexto, a entrevista será aplicada de forma não estruturada, possibilitando que o entrevistador se sinta à vontade e livre para falar com mais desenvoltura sobre a temática investigada. Para Gonzáles, Fernández & Camargo (2014, p. 36), esse tipo de entrevista “é mais flexível e aberta. No entanto, devem responder os objetivos da pesquisa”. Nessa ótica, obtém-se uma conversa estreita de natureza profissional entre o entrevistado e o entrevistador estabelecendo-se uma sequência lógica de raciocínio em relação ao conteúdo pesquisado. Portanto, a entrevista aberta foi escolhida para ser realizada de maneira livre e dialogada entre os participantes da pesquisa, com o propósito de manter a direção desejada que supra os objetivos da temática em questão. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão a ser estudada.

TABELA Nº 1: Técnicas utilizadas na pesquisa

Objetivos da investigação	Técnicas	Fonte de Informação
Identificar o nível de envolvimento do coordenador pedagógico no processo de inclusão de um aluno surdo.	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	O professor da sala regular, o intérprete, o professor do AEE, a gestão escolar, coordenador pedagógico.
Descrever as estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes, para que a inclusão de um aluno surdo, em cada disciplina.	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	O professor da sala regular, o intérprete, o professor do AEE, a gestão escolar, coordenador pedagógico.
Identificar as adaptações realizadas pela escola no processo de inclusão de um aluno surdo.	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	O professor da sala regular, o intérprete, o professor do AEE, a gestão escolar, coordenador pedagógico.
Valorizar o papel do interprete, como apoio ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez.	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	O professor da sala regular, o intérprete, o professor do AEE , a gestão escolar, coordenador pedagógico
Valorizar o papel do professor que realiza o acompanhamento individualizado (AEE) da escola.	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	o professor da sala regular, o intérprete, o professor do AEE , a gestão escolar, coordenador pedagógico
Identificar ou grau de aceitação dos colegas ao aluno com surdez	Observação Sistemática/Estruturada Guia de entrevista; Entrevista.	Os estudantes do 7.º ano.

2.6 Participantes da Pesquisa

A presente pesquisa foi escolhida como participantes, ou seja, os “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 60), professores do ensino regular, o intérprete, a gestão escolar, o

professor do AEE, o coordenador pedagógico e estudantes do 7.º ano do ensino fundamental, tendo em vista que todo tem ligação e conhecimento sobre como vem acontecendo o processo de inclusão para Surdos na escola pública. Para a escolha das amostras, utilizou-se, como critério, a população atuante na escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz - ES-Brasil que são os sujeitos responsáveis pela coordenação, acompanhamento e viabilização da implementação do currículo e integrado à educação inclusiva, conforme especificados a seguir:

A população da pesquisa foi constituída por 19 participantes, sendo: 01 gestores, 01 coordenadores pedagógico, 01 professores do AEE, 01 Intérprete, 07 professores do ensino regular e 08 estudantes do 7º ano do ensino fundamental. A amostra foi constituída pelo método aleatório simples, que nesse tipo de método, todo o elemento da população tem a mesma probabilidade de ser selecionado, e sendo assim, é um processo muito utilizado pelos pesquisadores (Vergara, 2010). Dito de outra forma, na amostra aleatória simples seleciona-se uma amostra aleatória de conglomerados com base em uma técnica de amostragem probabilística, tal como amostragem aleatória simples. Assim, a amostragem probabilística, no entendimento de Mattar (1996, p. 132), “a amostragem probabilística é aquela em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra. As amostragens probabilísticas geram amostras probabilísticas”. Nesse sentido, a amostra é extraída de um arcabouço amostral por um processo aleatório, e cada elemento é escolhido independentemente de qualquer outro elemento.

TABELA Nº 2: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	
Coordenadores Pedagógicos	01
Professores do ensino regular	07
Alunos do 7º ano do ensino fundamental	08
O professor do AEE	01
A gestão Escolar	01
O intérprete	01

Fuente: elaboración propia

2.6.1 Processo de seleção dos participantes

A escolha dos participantes foi intencional ou por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo ou ainda o conhecimento que a pesquisadora tem daquilo que está investigando. Dentro desse contexto, escolheu-se os estudantes entre 12 a 14 anos de idade que convivem diariamente com o estudante surdo.

2.6.2 Coordenador pedagógico

Um (01) coordenador pedagógico lotado na escola supracitada, que atua nos anos finais do ensino fundamental, profissional esse, responsável por mostrar a todo corpo escolar as diretrizes e regras que a escola estabelece, além de assessor o trabalho de todo corpo docente. Dessa forma, o coordenador pedagógico (CP) passa a ser o principal responsável por diagnosticar os principais problemas e gargalos do processo proposto e também tem a função de apoiar ” o processo formativo, proporcionando o intercâmbio, a partilha de saberes, e que, apesar da conturbada rotina escolar precisa agir como articulador de saberes, adotando uma posição de “parceiro mais experiente” em seu grupo” (Szabo, 2013, p.2.) O CP é possível por realizar modificações internas no processo inclusivo com a finalidade de que a escola alcance suas principais metas estabelecidas.

2.6.3 Professor do ensino regular

Sete (07) professores que atuam nos anos finais com as turmas do 7.º ano do ensino fundamental, pois são eles que estão de forma sistemática atuando junto ao estudante com surdez na sala de aula, podendo responder aos questionamentos dessa pesquisa. Além do que, são também responsáveis pela mediação entre o estudante, o intérprete e o professor do AEE, na busca de um ensino igualitário, na perspectiva da formação cidadã. Esses professores trabalham como organizador da sala de aula, que guia e orienta as atividades dos estudantes durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes e competências, assumindo o compromisso com a diversidade e com a equalização de oportunidades, privilegiando a colaboração e a cooperação. “Um professor de sala de aula regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa[...]” (Silva e Arruda, 2014, p. 05).

2.6.4 Alunos do 7º ano do ensino fundamental

Oito (08) estudantes do 7.º ano D, e fazem parte da pesquisa por conviverem cotidianamente na sala de sala com o estudante surdo, podendo estarem aptos para responder satisfatoriamente aos questionamentos desse estudo. Eles são os observadores das práticas pedagógicas e a sua escolha, deu-se por concebe-se que eles podem transmitir confiabilidade e validade aos dados que serão analisados. Isso porque: “A maneira que professor e aluno se relacionam cria a afetividade que faz com que essa relação se fortaleça ainda mais. O aprendizado desse aluno se dá no cotidiano, porque é através da prática que se constrói o conhecimento” (Silva e Arruda, 2014, p.3).

2.6.5 O Professor do Atendimento Educacional Especializado -AEE

Um (01) professor do AEE, que trabalha diretamente em conjunto com o professor do ensino regular e com o intérprete, sendo esse profissional, responsável para mediar a comunicação entre o professor da sala de aula e o intérprete e também de acordo com os documentos orientadores do Ministério da Educação são responsáveis por criar:

Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais – promoção de atividades que ampliem as estruturas cognitivas facilitadoras da aprendizagem nos mais diversos campos do conhecimento, para o desenvolvimento da autonomia e da independência do estudante frente às diferentes situações no contexto escolar. (MEC/INEP, 2010, p. 04).

Sendo assim, esse professor poderá contribuir para a ampliação da discussão a respeito do estudante com surdez na escola regular.

2.6.6 A Gestão Escolar

Um (01) gestor escolar, cujo papel no processo de inclusão é desenvolver atitudes inclusivas das quais, toda a equipe se espelhará, contribuindo para que a inclusão de fato se fortaleça. Para Lück (2013, p. 28): “ [...] a maior responsabilidade do diretor reside na liderança, orientação e coordenação das atividades docentes, o que é verdade”. Dessa forma, sua participação é muito importante, contribuindo de forma muito positiva para responder aos inquietamente provocados nesse estudo.

2.6.7 O intérprete

Um (1) intérprete, que dentro da política de inclusão, é responsável por mediar o processo de inclusão entre o tripé: professor intérprete, professor do ensino regular e os estudantes com deficiência auditiva. De acordo a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, nos Arts. 2º e 4º: "O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da língua portuguesa" (Brasil, 2010, p. 1). Daí a relevância de sua participação nesse estudo, haja vista que sem essa mediação a comunicação entre os ouvintes e surdos ficará interrompida.

2.7 Elaboração e validação dos instrumentos da pesquisa

Para o desenvolvimento de uma pesquisa confiável, uma das partes que complementam com responsabilidade o processo é a validação que comprova se uma entrevista mede o que realmente diz ou propõe medir. Segundo Campoy (2018, p.565), "a análise de conteúdo deve refletir a realidade que foi proposta a ser analisada. Para que as inferências ou resultados sejam considerados válidos e confiáveis, eles devem ser submetidos a alguma prova de validade." Sendo assim, para essa pesquisa, foi obtido a validação de 4 Doutores especialistas na temática, sendo três Doutores da UAA (Universidade Autônoma de Assunção-Paraguay) e uma Doutora formada em Educação pela Universidade Americana de Assunção (UA/Paraguay). As considerações e conclusões de cada doutor, o guia de entrevista.

Os expertos seguiram dois critérios estabelecidos para avaliação, são eles:

1. Coerência, critério que determina se as perguntas estão correlacionadas com os objetivos da pesquisa.
2. Clareza, critério no qual foi sinalizado se as perguntas facilitavam a compreensão por parte dos pesquisados.

Como resultado da avaliação dos expertos teve que remover algumas das perguntas da entrevista dos estudantes e dos professores, por falta de coerência. Segundo a explicação dos expertos, estas perguntas não apresentavam clareza e tinha pouca relevância para a pesquisa, no entanto grande parte das perguntas elaboradas manteve-se

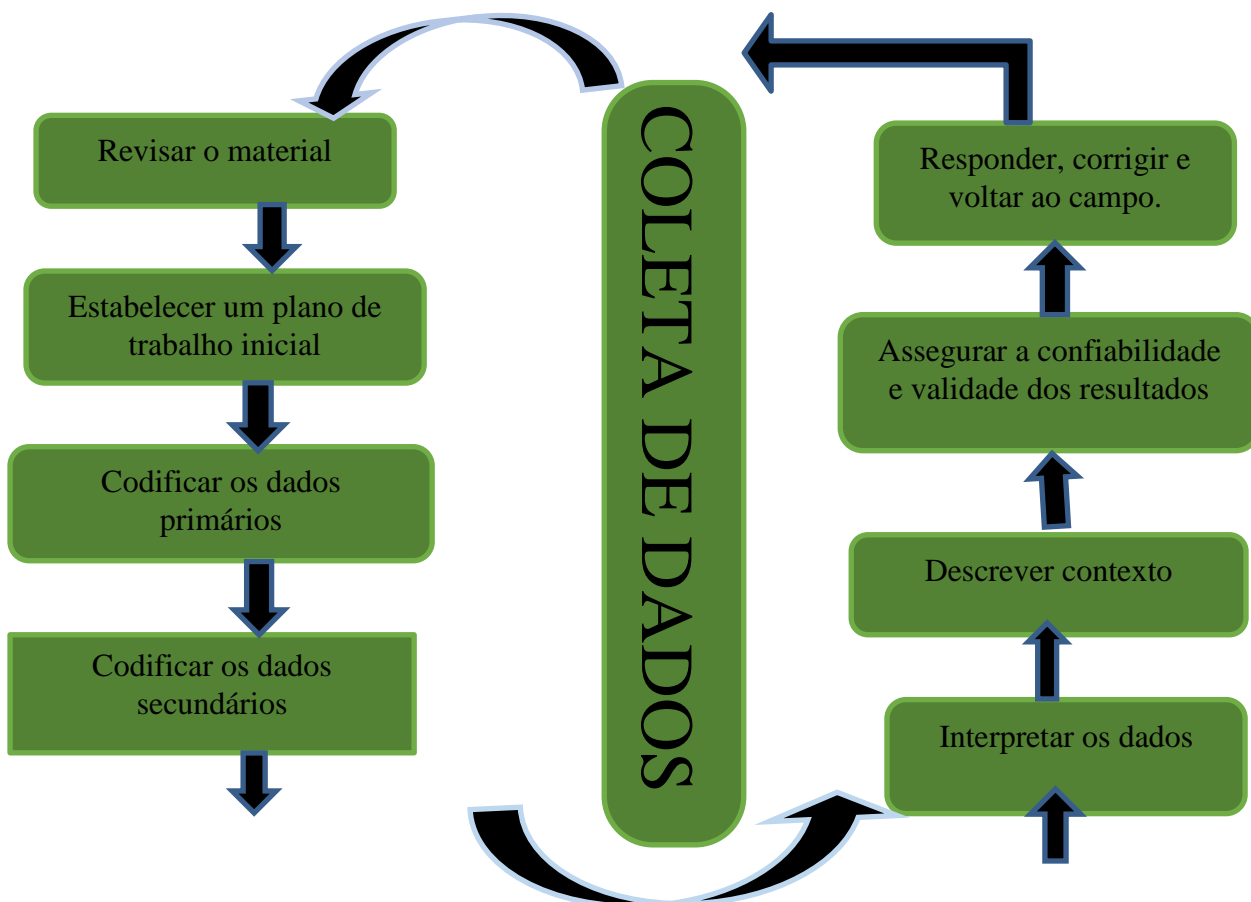
como planejadas desde o princípio, pois as mesmas encontravam-se dentro dos padrões determinados para validação dos instrumentos

2.8 Procedimentos para a coleta de dados

Para a realização da técnica de observação sistemática/estruturada, e a entrevista entrar-se-á em contato com os participantes para saber os dias e horários que serão disponibilizados para a realização de tais ações, organizando-se em seguida um cronograma para a realização das observações na escola. Mediante a confirmação positiva do instrumento elaborado, iniciará a coleta de dados, realizando concomitantemente: a observação sistemática/estruturada na escola e se dará, observando em primeiro lugar a estrutura física, biblioteca e recursos didáticos e tecnológicos) – a prática pedagógica dos professores atuam no 7º ano do ensino fundamental, como se dar a relação do estudante surdo com a gestão, coordenação e com os estudantes de turmas (ouvintes), bem como são estabelecidas a relação entre professor do AEE com o intérprete. Também será observado a questão do currículo que poderá contribuir com as informações levantadas que possam contribuir para a análise interpretação dos dados. Após essa etapa, serão realizadas a entrevista de acordo com o cronograma montado que deverão ser respondidos e entregues no mesmo dia por cada participante.

2.9 Técnicas de análise e interpretação dos dados

FIGURA Nº 1: Esquema da análise e interpretação dos dados



Na concepção de Zanella (2013, p. 68), as técnicas de análise e interpretação dos dados é:

É o momento de relacionar os dados coletados com o problema, com os objetivos da pesquisa e com a teoria de sustentação, possibilitando abstrações, conclusões, sugestões e recomendações relevantes para solucionar ou ajudar na solução do problema ou para sugerir a realização de novas pesquisas.

Na concepção de Lakatos & Marconi (2003, p. 167), “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações” analisar e interpretar os fatos apurados na coleta de dados. Assim, as técnicas e procedimentos expostos se ajustam aos objetivos da pesquisa, oferecendo subsídios para analisar com base nas informações obtidas. Prodanov e Freitas (2013, p. 70), completam ao afirmarem que: “Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados”.

Em relação as técnicas de análise e coleta de dados, Mascarenhas (2012, p. 84), esclarece que seu objetivo “ é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”, ou seja, através delas pode-se comprovar as relações existentes entre os fenômenos estudados, enquanto que a interpretação é a atividade intelectual que procura dar uma definição mais ampla às respostas obtidas na pesquisa.

Nessa pesquisa, as respostas são advindas das entrevistas abertas, aplicados aos professores, coordenador pedagógico, alunos, gestão escolar, professor do AEE e o intérprete das observações e registros, realizados durante o desenvolvimento do trabalho a desenvolvido na escola a partir da inclusão escolar para estudantes Surdos. Já a interpretação consiste em identificar a relação entre os dados coletados e o referencial teórico. Portando para a análise dos dados a metodologia de análise do conteúdo utilizou-se os conceitos de Bardin (2011, p. 47), que a conceitua-se como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

2.9.1. Codificar dados

Essa ação tem por objetivo codificar os resultados de acordo com cada categoria de análise, porém é preciso, antes de tudo, que os dados sejam classificados para posterior se determinar as categorias de investigação. Para Barros (2007, p. 110), a classificação é “a divisão dos dados em partes, dando-lhes ordem [...]. A classificação e, portanto, uma maneira de distribuir e selecionar os dados obtidos [...] reunindo-os em classes ou grupos”. Na ideia de Hernández. et al (2006, p. 494), é nessa fase que “codificam-se as unidades em categorias[...] a codificação implica classificar e, essencialmente, determinar unidades de análise para as categorias de análise [...]”. Sendo assim, os dados devem ser organizados e separados de acordo a categoria dos participantes. Posteriormente, devem ser organizadas e separadas de acordo com os temas propostos relacionados aos objetivos da pesquisa.

2.9.2 Interpretar os dados

De acordo com Hernández, et al (2006, p. 507), a interpretação dos dados é a “atividade na qual se retomam as anotações, os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados o enquadramento das análises ao contexto das coletas de dados”. Nessa mesma linha de raciocínio, Gil (2008, p. 181), aponta que, para interpretar dos dados o pesquisador deve: ” [...] ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas”. Nas falas de Marconi e Lakatos (2013, p. 178), vê-se a seguinte afirmação: “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações analisar e interpretar os fatos apurados na coleta de dados”. Como se pode observar, nessa fase o pesquisador precisa interpretar os a dados que foi apanhado e verificar se corresponde ou não aos objetivos propostos.

2.10 Unidade de análise: Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz - ES/Brasil

A pesquisa será realizada no Brasil, no estado do Espírito Santo, no município de Aracruz, na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes, situada na Rua Augusto Ferreira Lamego, 10 - Vila Nova, Aracruz - ES, CEP: 29194-518, cujo telefone é: (27) 3296-4279.

A escola Zilca Nunes Vieira Bermudes, começou a funcionar regulamente em 1979, com as series iniciais do 1º grau e com o nome provisório de Escola de 1º grau Guaxindiba. Em 1980 através do decreto municipal, 1132/80, aprovado pela câmara municipal e sancionado pelo prefeito em 28/03/80, criou-se a Unidade Escolar 1º para atender a clientela de 1ª 8ª series denominada “Escola de 1º grau Zilca Nunes Vieira Bermudes”. O ato de criação é a Lei nº 228/80 (1º à 8º) de 27/03/80.

Em sessão plenária do dia 28/03/83 o Conselho Estadual de Educação a prova o funcionamento da Escola com classes de Pré-escolar e 1º grau (1ª à 4ª series) pela Resolução do CEE nº 17/83 (ato de aprovação) com termos do parecer do CEE nº 77/83

(processo nº 477/81), tendo sua publicação em Diário oficial do dia 11-05-83. As series finais não foram implantadas.

Em sessão plenária do dia 04/10/99 o Conselho Estadual de Educação aprova o funcionamento da Escola com salas de 5ª à 8ª series com os termos do parecer CEE Nº 232/99 (Processo CEE Nº 204/99), publicado no Diário Oficial em 19/11/99.

Atualmente a Escola tem o nome Escola Municipal de Ensino Fundamental Zilca Nunes Vieira Bermudes.

TABELA Nº 3: Profissionais atuando na escola

Diretor	1	Secretario escolar/ autorizado	1
Coordenador pedagógico (vice diretor)	1	Auxiliar/ agente/ assistente administrativo	6
Coordenador de turno (professor)	2	Assistente de turno apoio	2
Pedagogo	2	Instrutor de libras	1
Auxiliar de serviços gerais	4	Outros (vigias, jardineiro, coletor de lixo)	9
Manipulador de alimento	4	Professor em atividade complementar	1
APEB (auxiliar de professor)	3	Professor em licença	4
Estagiário (convenio com faculdade)	2	Professor interprete de libras	1
Auxiliar de sala de leitura		Professor educação especial	1
Outros		Total de professor regência de classes	39

TABELA Nº 4: Número de professores por escolaridade e etapa/modalidade de ensino

Anos iniciais (1º ao 5º ano)	20 especialização
Anos finais (6º ao 9º ano)	19 especialização
Professor de educação especial	1 especialização
Professor interprete de libras	1 Especialização

CAPÍTULO 3: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão expostas as vozes daqueles que são responsáveis pela implementação de uma ação inclusiva escolar, pelo acompanhamento educacional individualizado, e da política pública de Educação para todos: O gestor, o coordenador pedagógico, o intérprete, o professor do AEE, o professor da sala de aula regular e os estudantes ouvintes.

Antes da análise das respostas dada pelo: coordenador pedagógico, intérprete, professor do AEE, professor da sala de aula regular, gestor escolar e os estudantes ouvintes do 7.º ano D, faz preciso fazer-se uma breve apresentação dos participantes envolvidos nesse estudo.

3.1 O perfil do coordenador pedagógico

TABELA N.º 5: O perfil da coordenação pedagógica

FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	CARGA HORARIA MENSAL
Graduado em Pedagogia com Especialização em Educação Infantil	15 anos	25 horas mensais

A Coordenação Pedagógica (CP) é graduada em pedagogia, respondendo o que determina a LDB, Lei 9.394/96. É pós-graduada em Educação Infantil e possui 15 anos de atuação na função, cuja carga horária é de 25 horas mensais.

Pela análise realizada no perfil desse profissional, pode-se perceber que o mesmo não é um iniciante na função e que por fazer parte da equipe técnica da escola, sua carga horária é mais elevada do que a do professor. Esse tempo disponível, poderá ser, dependendo de sua visão, o período em que o mesmo tenha para se aperfeiçoar, quiçá seja o único momento que a escola disponibiliza para que ocorra essa ação. Esse tempo, se faz necessário, pois o CP precisa se aprimorar e se atualizar com os acontecimentos atuais em relação a escola, seus novos modelos e diretrizes.

De acordo com Ribeiro (2016, p. 73-74), "a função de coordenação não é algo simples para ser desempenhada na escola, visto que é preciso que o coordenador seja líder,

aquele que “empurra” a escola para frente, que chama os professores, alunos e pais a se envolverem com o projeto político da escola”. Sendo assim, é preciso criar espaços dentro do ambiente para que o CP, possa refletir sobre os problemas que assolam a escola, para poder então mediar os conflitos no que diz respeito à vida acadêmica dos estudantes, e o de compartilhar com o professor as informações que melhoram a aprendizagem do estudante e principalmente munir o professor de informações a respeito das deficiências que alguns estudantes apresentam.

Dessa forma, surge a relevância do papel do coordenador pedagógico nesse processo, pois é ele que mobilizará toda a escola, pois o professor sozinho, não conseguirá dá conta desse processo. Foi nessa ótica, que lançou-se o seguinte questionamento: *Quais foram as formas de encaminhamento dado aos professores sobre la inclusão do estudante surdo na sala de aula?* Segundo o Coordenador esses encaminhamentos foram dados aos professores da seguinte forma:

“Conversa informal e direcionada, buscando apoio com a secretaria de Educação para que haja uma educação de qualidade e que aconteça verdadeiramente a inclusão, promovendo estudos e palestras para que as barreiras sejam eliminadas e participando dos planejamentos semanais utilizando de estratégias e técnicas inovadoras”.

Trabalhar com a inclusão exige paciência, carinho, respeito pelas diferenças e acima de tudo estudo profundo, reflexões, tempo, debates, tudo isso só poderá acontecer se a escola promover espaço para que todos tomem conhecimento de complexidade. Conversa informal e direcionada, não contempla as informações que os professores precisam receber para incluir o estudante surdo na sala de aula.

3.1.1 As interações entre a equipe pedagógica e o estudante surdo

Ressalta-se que essa comunicação precisa ser mediada pelo intérprete, mesmo sabendo que em uma sociedade inclusiva, essa comunicação deveria ser com todos, de forma igual. A esse respeito, Glat, (2011, p.4), aconselha que “é preciso que se reconheça e se trabalhe com as diferenças individuais do alunado, sobretudo aquelas que afetam diretamente o processo ensino aprendizagem. Caso contrário, o aluno deixará de ser excluído da escola, mas continuará excluído na própria escola[...]”. No contexto da inclusão, o coordenador pedagógico, precisa mediar as interações que ocorrem dentro da escola, principalmente como facilitador da comunicação, para isso, ele precisa utilizar a

LIBRAS, e repassar para o estudante surdo, as normas e regras que a escola determina, bem como comunicar avisos e apresentar todo o contexto que a escola disponibiliza. Quanto a isso, perguntou-se ao CP: ***Como ocorrem as interações entre a equipe pedagógica e o aluno surdo?***

“O professor em sala de aula utiliza como recursos, diálogo, o planejamento individualizado para que o aluno surdo consiga acompanhar de acordo com o seu nível de conhecimento, fazendo uso de material concreto, pois o aluno surdo é totalmente visual, depende que as aulas sejam visuais e aberto ao seu campo de visão, interativas para que o aluno sinta incluído e não tenha obstáculos na aprendizagem”.

Diante da resposta dada pela coordenação pedagógica, fica claro que a interação dele com o estudante surdo, não acontece, cabendo apenas ao professor da sala de aula, essa interação. É um problema sério tanto para o estudante como para a coordenação pedagógica, que despreparada para a trabalhar com inclusão, acaba esquecendo -se de que seu papel dentro da escola, é ser o elo entre professor e aluno e, portanto, precisa se compreender que ele “é o responsável pelas ações de uma equipe e o interlocutor qualificado dos participantes desse segmento (professores, alunos, pais e funcionários) junto à direção da escola e à sociedade” (Conceição, 2011, p.22).

3.1.2 As estratégias utilizadas para favorecer a inclusão do estudante surdo no contexto escolar

Dentro desse entendimento, perguntou-se a Coordenação Pedagógica: ***Houve a necessidade de desenvolver alguma estratégia para favorecer a participação do estudante surdo no contexto escolar?***

“São utilizados vídeos com imagens e legendas, computadores para pesquisas, livros didáticos e material xerocopiadas adaptadas ao seu nível de conhecimento onde tem sempre acompanhamento com toda equipe escolar para que aconteça de melhor maneira o aprofundamento do conhecimento.

Embora dentro da escola, encontrem-se estudantes com deficiências, e em especial a surdez, a Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridade no que se refere ao atendimento a esse estudante, de forma especializada e com recursos compatíveis elaborado pelo professor do AEE em conjunto com o professor de

sala e do interprete, colocando em seu bojo um conjunto de atividades que visem cumprir os objetivos do ensino, garantindo dessa forma que esse estudante, aprenda dentro de suas limitações.

Analisando a resposta da coordenação pedagógica, percebeu-se que os recursos utilizados pela escola, não condiz com a realidade desse estudante, uma vez que, o fato de serem utilizados vídeos e imagens com legendas, bem como computadores, não significa dizer que esses recursos são eficazes para esse tipo de deficiência. Os materiais com legendas só poderão contribuir se o estudante dominar a sua transcrição.

3.1.3 A participação do estudante surdo na sala de escola

A integração do aluno surdo na sala regular não se deu repentinamente. Mas, pelo clamor de pais e intelectuais que almejava por uma sociedade mais justa, na qual todos pudessem ter as mesmas oportunidades. Essa concepção requereu muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo. Nesse sentido, caberá a escola atender a criança surda, promovendo a sua verdadeira inclusão, que vai desde estimulando-os a participarem de todos os eventos que a escola ora promove até a sua inclusão nos debates em sala de aula. Foi nessa perspectiva, lançou-se o seguinte questionamento:

Como se dá a participação do estudante surdo na escola?

“Ao iniciar o ano letivo é informado para toda a sala de aula que naquele ambiente tem aluno com deficiência diferenciada e por isso será necessário a compreensão de todos, em abraçar a diferença do colega e ajudar no que for necessário para que o desenvolvimento do aluno presente seja alcançado. Assim acontece os trabalhos em grupos, individualizados com parceria sempre quando for necessário”.

A participação da pessoa com deficiência na escola é muito importante no processo de inclusão. Isso porque, para que a educação inclusiva, aconteça nos sistemas de ensino, partindo da diversidade como lema principal, deve ter como objetivo o desenvolvimento global dos estudantes (Correia, 2013), e ao mesmo tempo, procura atender às suas necessidades, garantindo dessa forma a sua participação nas diversas situações de aprendizagem, quer seja dentro ou fora da sala de aula, e se dá nas interações em ambientes propícios à aprendizagem, recorrendo a estratégias, materiais pedagógicos e recursos didáticos e tecnológicos pertinentes, adequados e oportunos (Colaço & Sanches, 2013).

3.1.4 Consequências para a escola decorrente do processo da inclusão

É considerado surdo, a pessoa que tem a compreensão do mundo por meio de experiências visuais, tendo uma cultura e língua – a Língua Brasileira de Sinais. A pessoa com surdez compreendido na perspectiva cultural apresenta identidade e língua própria. Nesse entendimento, a educação inclusiva tem como finalidade para essa deficiência atender às necessidades desse público, garantindo a sua permanência no ambiente escolar. A diversidade de experiências, de saberes e de culturas que esses estudantes possuem é um aprendizado para os ouvintes gerando novos conhecimentos, cabendo a escola procurar experiências diferentes metodologias em que as aprendizagens sejam construídas com a mediação do professor, (se for o caso) ou do intérprete, valorizando as experiências e potencialidades de cada um. Nesse sentido, perguntou-se a coordenação pedagógica o seguinte questionamento: ***Você identifica consequências para a escola decorrente do processo da inclusão do estudante surdo?***

“Sempre tem, pois nem todos os profissionais querem abraçar essa causa, o município não promove as capacitações necessárias diariamente e com isso os professores precisam pagar para que eles tenham conhecimentos e aprofundamento nas diversas deficiências”.

Na fala da coordenação, pode-se perceber que a inclusão do estudante surdo na sala de aula, ainda tem sido um nó que a escola precisa desatar. Cabe ressaltar que o sistema de educação, mais especificamente a Secretaria de Educação necessita subsidiar o professor que não tem habilidade em LIBRAS, fornecendo recursos que o leve a trabalhar com o estudante surdo. Nesse contexto, Patatas & Sanches (2017) enfatiza que, para implementar a educação inclusiva, os professores, precisam participar em formações, pensando na diversidade e nas oportunidades de aprendizagem de cada estudante, de forma a trabalhar as suas potencialidades, numa perspectiva de inclusão plena, senão o processo de entrada desse estudante na escola acabará muito antes dele entrar.

3.2 O perfil do intérprete

TABELA N.º 6: O perfil do profissional intérprete

GÊNERO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO COMO INTÉRPRETE
Feminino	Especialização em Libras	25 mensais	5 anos

Fuente: elaboración propia

3.2.1 O desenvolvimento do atendimento pedagógico

A Política Nacional de Educação na atualidade, preconiza a presença de todos os estudantes na rede de ensino regular, sem excluir nenhum, devendo às escolas se organizarem para o atendimento a todos, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade (Brasil, 2008).

Em relação aos estudantes com surdez, defende-se que a esse seja ofertada a educação bilíngue em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Português convivam no espaço escolar com funções e usos diferentes (Brasil, 2005).

Diante dessa realidade, o papel do intérprete é essencial no espaço escolar, cabendo a esse profissional por meio da LIBRAS, traduzir o que o professor ouvinte expressa.

Pensando nessa possibilidade, foi feita a seguinte pergunta: ***Como foi desenvolvido o atendimento pedagógico para o estudante surdo?***

“A escola tem a proposta pedagógica, onde é direcionada todo o trabalho da instituição escolar, observando o dia a dia do aluno, fazendo o acompanhamento necessário e adaptando as atividades e conteúdo de acordo com grau de aprendizagem”

Analisando a fala da intérprete, compreendemos que os estudantes com deficiência auditiva têm a seu favor no processo inclusivo, o intérprete da Língua de Sinais, profissional fluente na língua falada/sinalizada do seu país, qualificado para desenvolver essa função (Barbosa-Junior, 2011). A esse profissional é atribuída a função de realizar a interpretação da língua falada para a sinalizada. Cabe também a ele, preparar seu planejamento em parceria com o professor ouvinte e com o profissional do AEE, além de estar em constante processo de aperfeiçoamento como outro profissional qualquer e de conhecer toda a proposta pedagógica da escola. Dessa forma, o intérprete tem como missão

fazer o diagnóstico do estudante, conversar com a família, com o professor e como professor do AEE, para que compreenda todo o contexto que envolve o estudante.

3.2.2 Processo de avaliação do estudante com surdez

No caso da avaliação da pessoa com deficiência, não existem parâmetros avaliativos pelas secretarias de educação e nem da escola que leve ao professor diagnosticar se esse estudante corresponde ou não aos objetivos propostos. No entanto, aconselha Hoffmann (2014), que a avaliação deve ser processual, e nesse processo o professor torna-se coadjuvante no processo de aprendizagem, dando suporte para que o aluno se desenvolva. Sendo assim, o professor deve avaliar o estudante surdo com vistas a promoção de sua inclusão executando uma avaliação que desenvolva o conhecimento, e que o professor consiga identificar os resultados. A esse respeito, perguntou-se ao intérprete: ***Na realização do Conselho de Classe existe uma avaliação a fim de apresentar ou não, os avanços ocorridos na aprendizagem do estudante Surdo?***

“No Conselho de Classe é feito o momento em que todos os professores, fazem os questionamentos e colocando em pauta seus anseios e dificuldade encontrada no decorrer dos meses letivos, fazendo cobrança de mais suporte da secretaria de educação em atuar disponibilizar de capacitação, para que os profissionais que se encontram com alunos com deficiências tenham mais conhecimentos e assim possam contribuir com a evolução dos alunos incluídos nas salas de aula”.

No Conselho de Classe é o momento em que os professores se reúnem para dialogar e apontar os problemas que afligem as aprendizagens dos estudantes, para juntos proporem estratégias que possam melhorar os entraves que impossibilitam aos estudantes de se saírem bem nos seus aprendizados.

Analisando a resposta dada pelo intérprete, percebemos que há distorção no objetivo desse encontro, o momento de fazer cobrança não é no do Conselho de Classe, e sim, na secretaria de educação, nos sindicatos que representa a categoria. Nesse encontro é momento de discutir os avanços e retrocessos que os estudantes por ora apresenta para propor estratégias de superação

3.2.3 A inclusão de pessoas surdas e a busca pela formação em LIBRAS

A inclusão escolar de pessoas com deficiências, principalmente a surdez tem motivado as pessoas a buscarem a formação que o possibilite a dialogar de forma compreensiva com a pessoa surda.

O decreto nº 5.626 que regulamenta a Lei 10.436, a chamada “Lei de Libras”, discorre sobre a formação e atuação de profissionais no ensino de Libras, destacando no capítulo III, no artigo 4º, inciso III que:

a formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras/Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa com segunda língua (Brasil, 2005, p. 2).

A formação em LIBRAS, tem sido procurado por todos os profissionais nas diversas áreas da sociedade. Essa busca tem sido ofertada por algumas instituições de ensino superior e em algumas públicas. Na era da inclusão, a formação em LIBRAS é muito importante para as pessoas com surdez, pois é a única forma de se comunicar e ser entendida. Pensando nesse contexto, perguntou-se ao intérprete: ***Você concorda que a inclusão de pessoas surdas favorece a busca pela “formação” em LIBRAS para os professores?***

“Em parte, pois tem professores que buscam qualificar para fazer uma educação de qualidade, mas também tem aqueles profissionais que só esperam pela secretaria de educação, não querendo em nenhum momento buscar conhecimento por conta própria gastando de seu próprio bolso”.

Como se pode notar, os professores em sua maioria não estão engajados para aprender a se comunicar com o surdo, deixando esse fazer apenas para o intérprete. É um problema sério, que precisa ser visto pela escola, pelo próprio professor e pelo sistema de educação.

3.2.4 A relação estabelecida entre o professor do AEE e do ensino regular

O trabalho articulado entre o professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE e o professor da sala de aula do ensino regular está previsto na Resolução 2/2001 que define Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e determina um tempo para

realização desta função e confirmada pela Resolução nº 4/2009 que também define as atribuições do professor especializado, dentre as quais cita o trabalho colaborativo com a sala de aula comum (Brasil, 2009). Portanto deve ser um trabalho em parceria visando a adaptação e aprendizagem do estudante. Foi nesse contexto, que foi feita a seguinte pergunta: *Como é estabelecida a sua relação como o professor do AEE e do Ensino regular?*

“Fazemos um trabalho em equipe, é de suma importância esse vínculo, porque quem está em todas as aulas com o aluno sou eu. E assim passo para o professor do AEE as dificuldades e ele se encarrega de estar conversando com os professores para fazer a ponte nas adaptações e buscando material adequado para o aluno”.

A implementação de uma dinâmica de trabalho pedagógico colaborativo deve ser o motor para a inclusão dos estudantes com surdez, pois, pesquisas mostram que nas escolas em que predominam culturas colaborativas, são mais inclusivas, dito de outro jeito, essas escolas apresentam menores taxas de evasão e reprovação. Então nesse contexto, a relação entre o tripé nessa escola vem se dando de forma harmoniosa.

3.3 O perfil do professor do AEE

TABELA N.º 7: O perfil do professor do Atendimento Educacional Especializado

GÊNERO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA
Feminino	Graduada em pedagógica Especialização em Educação Especial	40 mensais

3.3.1 A proposta de inclusão implantada nas escolas municipais de Aracruz no Estado do Espírito Santo

No Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Educação, mantém em sua estrutura organizacional a Gerência de Educação, Juventude e Diversidade, e como parte integrante a Subgerência de Educação Especial, que responde diretamente pela política da Educação Especial. Já o município de Aracruz ainda não tem a sua própria proposta de inclusão, ou seja, ela segue a proposta do Estado. Pensando na perspectiva da importância do município ter sua própria proposta de inclusão, foi nessa perspectiva, que lançou-se o

seguinte questionamento: *Você concorda com a proposta de inclusão implantada nas escolas municipais no Estado do Espírito Santo? “Não. A inclusão estar sendo vista como exclusão, a maioria dos professores não sabem o tipo de deficiência que o aluno possui, deixando para o interprete e o professor do AEE”*.

A escola inclusiva, precisa realizar adaptações de grande e médio porte. Quanto ao professor requer mudanças, e entre essas, devem buscar recursos que o leve a ampliar sua qualificação frente ao novo contexto escolar: o da inclusão. Entretanto o sistema de ensino de cada região/município deverá também fornecer meios para que o professor possa ter conhecimento de qual deficiência terá que lidar durante todo o ano letivo. Cabe, então e as secretarias de educação elaborar um calendário de formação para o professor de sala de aula inclusiva, para que esse possa amenizar por meio de suas práticas, a exclusão que dezenas de estudantes com deficiência vem ocorrendo nas escolas, contradizendo o que reza no decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica determina o seguinte:

São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo (Brasil, 2016).

Nesse sentido, a “formação” do professor precisa acontecer de forma urgente com vistas a enriquecer seus conhecimentos teórico-práticos, cabendo ao município de forma urgente criar sua própria proposta de inclusão.

3.3.2 A contribuição do AEE no processo da inclusão

A escola vem passando por diversas transformações, principalmente em relação a oferta de um ensino inclusivo para os estudantes com deficiências. Um dos maiores desafios, diz respeito a ensinar para surdos, tendo em vista que esses estudantes possuem a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação, levando a escola a ter profissionais capacitados, bem com a figura do intérprete no seu cotidiano.

Conviver com estudantes com surdez na escola favorece a todos, a troca de cultura linguística, em que um aprende com o outro (surdo e ouvintes). Foi nesse entendimento

que perguntou-se ao entrevistado: *Qual sua contribuição no processo da inclusão para estudantes surdos na escola?*

“Eu que busquei me qualificar participando de congressos e palestras para me qualificar e poder ajudar meus alunos. Com o tempo a pedagoga e a diretora começou a intervir para que começasse a acontecer a inclusão, mas isso ainda está caminhando, pois muitas são as barreiras e a não aceitação”.

A formação do professor do AEE, deve ser contínua, pois a cada dia são inseridos dentro das escolas pessoas com novas deficiências, com dificuldades específicas de aprendizagem. A formação do professor era da inclusão escolar assevera Mantoan (2015, p.81),

[...] implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...]. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Nessa perspectiva a formação continuada do professor do AEE na atualidade, implica necessariamente em repensar-se as políticas e práticas de educação e formação, com a finalidade de garantir a qualidade educacional e o acesso de todos aos bens culturais.

3.4 Perfil do professor do ensino regular

TABELA N. ° 8 O Perfil dos professores que atuam no ensino regular

FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO
Licenciatura em Geografia	10 anos
Licenciatura em Português /inglês	25 anos
Licenciatura em Matemática	03 anos
Licenciatura em Ciências Naturais	08 anos
Licenciatura em Artes	05 anos
Licenciatura em História	21 anos
Licenciatura em Educação Física	15 anos

Anisando a tabela acima, pode-se perceber que os professores possuem Formações diferenciadas e tem que ser, pois são professores que lecionam para estudantes do ensino

Fundamental II. Percebemos que há professor iniciante, como é o caso do professor de matemática e outros que estão muito próximos de sua aposentadoria (o professor de português e o de história). São realidades diferentes em termos de experiências escolares, em que essa diferença de tempo de serviço no magistério, pode favorecer um ambiente de aprendizagens significativas. Na perspectiva de Nono (2011, p. 36):

[...]. Parece ficar evidente a necessidade de que, especialmente nos primeiros anos de profissão, os docentes tenham oportunidades para conversar com outros colegas a respeito do ensino que estão desenvolvendo, para analisar o trabalho de seus alunos, para examinar problemas e para considerar alternativas de atuação.

É com o outro que se aprende, rumo a construção coletiva.

3.4.1 O trabalho pedagógico com estudantes com deficiência

Os fundamentos teóricos - metodológicos da inclusão, estar centrado em uma concepção de “educação de qualidade para todos”, na qual enfatiza-se o respeito à diversidade dos estudantes. Diante das mudanças propostas, é que se tem observado cada vez mais a importância da preparação de todos os profissionais e em especial aos dos professores da sala regular, para o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, e principalmente aquelas que tem a surdez como limitador de uma comunicação eficaz. Foi nessa ótica, que perguntou-se aos professores a seguinte indagação: ***Você foi capacitado para receber alguns estudantes com habilidades educacionais especiais?***

O Professor de Português e Inglês, de Matemática, de Ciências Naturais e de História, afirmaram que: *“Não, tinha essa disciplina quando estudei para trabalhar com o surdo”*, enquanto que o professor de Educação Física pontuou o seguinte: *“Não, por ser uma disciplina onde é utilizado jogos, recreações e exercícios físicos envolvendo o corpo fica mais fácil”*. O professor de Artes respondeu a seguinte afirmação: *“Não, Mas não tenho dificuldade pois trabalho em imagens que muito contribui para a aprendizagem do aluno surdo”* e por último afirmou o professor de Geografia que: *“Não. Em meu período de faculdade teve a disciplina de Libras, mais muito superficial.”*

Transparece nesses relatos, a falta de qualificação desses professores para trabalhar a inclusão e em especial com o estudante surdo. Diante desse cenário, não é raro o sentimento de despreparo por parte de todos os professores. Será necessário, ações que contemplem a formação continuada e em serviço desses profissionais em que nesses

espaços haja o diálogo que potencializam as ações precisas para efetivação do direito de todos à educação e que acima de tudo, preparem os professores “para lidar com a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (Silveira e Souza, 2011, p. 38). Trabalhar com a inclusão, se faz necessário, conhecimento, especializações e nessa escola esses professores não possuem.

3.4.2 O planejamento pedagógico para atender os estudantes surdos

Educar na ótica da inclusão, implica num direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que visem a valorização das diferenças e a diversidade no contexto da sala de aula. Para isso deve-se considerar a formação e atualização dos professores. Professores preparados, significa uma ação educativa voltada a promoção das aprendizagens de todos, em que o papel do educador é o de interventor nas ações/ atividades das quais o estudante não tem ainda autonomia plena para desenvolvê-la sozinho. Com a intervenção do professor o estudante passa a se sentir capaz de realizá-las. Isso tudo, exige um planejamento muito bem preparado em que o professor passa a refletir nas inúmeras possibilidades de cada um em aprender. Dentro desse contexto, perguntou-se: ***Na hora de preparar seu planejamento, você cria estratégias para atender os estudantes surdos de maneira diferenciada?***

“Não tenho como preparar uma aula específica para esse aluno, pois tenho uma sala cheia, não posso me prender a uma pessoa só. É triste mais é a realidade”. Prof. de Matemática.

“Sim com a ajuda da interprete e da professora de sala de recurso. Professor de Geografia.

Sim. Faço uso de multimídia, gravuras e pesquisa no laboratório de informática”. Prof. de História.

“Sim Converso com a intérprete que estar todos os dias com a aluna e procuro saber a maneira mais fácil de compreensão para que ela venha aprender”. Prof. de Português e inglês

“Sempre. Com a ajuda da intérprete sozinha não tenho condição”. Prof. de Ciências Naturais

“Sim. Tento o máximo obter informação com a interprete, o que contribui para que a aluna possa assimilar melhor os conteúdos e faço meu

planejamento de acordo com as informações recebidas através da intérprete e da professora da sala de recurso". Prof. de Arte

" Sim. Busco utilizar jogos interativos e exercícios de acordo com que a aluna sente interesse em participar". O prof. de Educação Física

Analisando os relatos apresentados, percebeu-se 06 (seis) professores apontam que realizam o planejamento pensando nas dificuldades do estudante surdo com a ajuda do intérprete e somente 01 (um) professor, o de matemática respondeu que " não. Acredita-se que esse vê a inclusão não como uma forma de transformação da prática docente, mas como um movimento ou um simples fato.

O planejamento na era da inclusão escolar, acentua ainda mais a importância de reinventar novas práticas pedagógicas. Costa (2012), afirma que a inclusão de estudantes com deficiência na escola pública vem ocorrendo, contudo, demanda de suporte aos professores, como o planejamento para suas diversas etapas, adotando princípios pedagógicos entendidos e acolhidos por todos respeitando-se às minorias historicamente excluídas. Portanto, se o planejamento for pensado nas diferenças, o professor terá cumprido uma parte do seja a verdadeira inclusão.

3.4.3. Dificuldades de atender os estudantes surdos no contexto escolar

Sabe-se que todos têm direito a educação que estar expressa em várias legislações brasileiras (LDB, Constituição Federal, Declaração de Salamanca) entre outras. É um grande desafio, mais especificamente para uma educação inclusiva de qualidade, abrangendo em especial o estudante surdo. Tal desafio encontra-se principalmente na dificuldade dos professores em transmitir para esses alunos os conteúdos das disciplinas específicas em sua área de formação. Os estudantes surdos sofrem muito com essa questão, porque não consegue compreender a linguagem do professor na qual, precisa ser traduzida para LIBRAS, dificultando, assim, a construção do conhecimento. O bom seria era que todos falassem a mesma linguagem. Dentro dessa possibilidade, perguntou-se: ***Você sentiu dificuldade em desenvolver o processo de inclusão do estudante surdo em sala de aula?***

"Sim, pela falta de preparação". Prof. de Geografia

"Não, sempre procuro um trabalho com apoio da professora da sala de recurso e com a ajuda da intérprete". Prof. de Educação Física

“Sim pois é uma Língua diferente, sem nenhuma preparação, mas com a ajuda da professora da sala de recurso superei minhas inseguranças e também com a colaboração da interprete de Libras”. Prof. de História.

“Sim toda inclusão gera insegurança e se falando de surdez é ainda pior, por ser uma língua que tem sua própria gramática”. Prof. de Português e Inglês

“Dificuldade não, mas medo sim achei que não fosse ter rendimento na disciplina.” Prof. de Ciências Naturais

“No início sim, mas depois com a presença da intérprete fiquei tranquila”. Prof. de Arte

“ Totalmente ”. Prof. de Matemática

A formação docente, tida como campo de produção de conhecimento, vem aos poucos assumindo novos rumos no atual contexto histórico. Contudo, o reconhecimento da complexidade desse processo, é percebível, na multiplicidade de saberes que configuram a atuação do professor em de sala de aula. Entre esses, está a falta de habilidade de trabalhar com o estudante surdo.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001, p. 5), no parágrafo primeiro do Art. 18 considera que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial [...]

Diante disso, a formação do professor ainda é um sério problema que precisa ser revista no processo de inclusão.

3.4.4 A comunicação entre o professor ouvinte e o estudante surdo

A escola por lei, tem por dever receber o estudante com deficiência auditiva. Mesmo compreendendo-se que a chegada desses estudantes, envolvem questões que diz respeito a cultura diferente que esses possuem.

Adentrando na escola, o estudante com surdez costuma ser colocada, no dia a dia escolar, sem cuidado especial algum, em que a interação se dá exclusivamente entre ele e o intérprete. A inclusão de surdos na escola regular, tem apresentado grandes

dificuldades, e está relacionada à linguagem, pelo fato de que muitos professores ouvintes e estudantes surdos se comunicarem em códigos distintos. Enquanto o professor ouvinte se comunica com o português e o surdo em Língua Brasileira de Sinais - Libras. Nesse contexto, a educação para esses, perpassa uma herança cultural não surda, sendo dessa forma, obrigado a se olhar e se considerar a partir de um conjunto de representações dos ouvintes. Sendo assim, as atividades propostas pelo professor para esses estudantes são subjugados e neutralizadas pela supremacia não surda. Dentro dessa perspectiva, perguntou-se: ***Como você se comunica com o estudante surdo?***

“Através da interprete e estou procurando aprender alguns sinais”. Prof. de Geografia.

“Através de sinais caseiros e procuro aprender os sinais de acordo com o que vou ensinar na sala de aula”. Prof. Educação Física

“Procuro aprender sinais novos para fazer um bom trabalho”. Prof. de História.

“Tento o máximo que posso fazer um trabalho diferenciado para que a aluna possa desenvolver em seu aprendizado”. Prof. de Português e Inglês

“Hoje com alguns sinais”. Prof. de Ciências Naturais

“Por gestos caseiros e quando necessito a interprete faz a comunicação”. Prof. de Arte

“Não me comunico, me sinto mal mais não tem como haver comunicação”. Prof. de Matemática

Como pode-se observar, a maioria dos professores mesmo sem fluência na língua de sinais, criam formas de comunicação entre o estudante surdo, ouvintes e intérpretes. Mesmo não sendo o ideal, é válido esses canais de comunicação, pois no processo de inclusão, a interação é o principal requisito para melhorar a comunicação em sala de aula. Além do que, a Libras foi legalmente instituída em 2002, por meio da lei nº 10.436, que a reconheceu “como meio legal de comunicação e expressão”, como também reconheceu “outros recursos de expressão a ela associados” (Brasil, 2002). Sendo assim, o professor pode se comunicar de outra forma com o surdo, todavia, a comunicação plena só poderá ser possível por meio da formação continuada, a qual lhe dará subsídios para a sua formação ideal.

3.4.5 O processo avaliativo da aprendizagem escolar na ótica da inclusão

Voltando-se a Lei n.º 10.436/02, que estabelece o formato bilíngue dos estudantes surdos por meio da Libras e da Língua Portuguesa na modalidade escrita, surgem questões pertinentes a respeito de que forma o professor se capacita para utilizar as línguas envolvidas para avaliar a aprendizagem do estudante surdo. Isso por que, a avaliação é uma ação cotidiana, principalmente quando se fala de inclusão. Dento dessa perspectiva, perguntou-se o seguinte: *Como você organiza o processo de avaliação e correção de conteúdo para o estudante surdo?*

“Passo a matéria na língua portuguesa e a interprete faz comunicação e transferência através da Libras”. Prof. de Geografia

“A avaliação é feita de acordo com a participação da aluna em sala e na quadra”. Prof. de Educação Física

“Utilizo o máximo de imagens para que a aluna aprenda e sinta capaz de entender o conteúdo”. Prof. de História

“A avaliação é feita de maneira adaptada e utilizando a interprete para que aconteça a inclusão e um trabalho de qualidade”. Prof. de Português e Inglês

“Passo o conteúdo em português e o interprete faz interpretação na língua de Sinais.” Prof. de Ciências Naturais

“Através de grupos onde ela tem mais afinidade para participar”. Prof. de Arte

“Peço a interprete para fazer a interpretação e utilizar de sua pratica para ajudar”. Prof. de Matemática

Analisando as respostas, pode-se notar que grande parte dos professores, utilizam a avaliação institucional em parceria com o intérprete. Por não dominar a LIBRAS, os professores se sentem inseguros e até mesmo incapaz de avaliar as aprendizagens do estudante surdo. Em Brasil (2015, p.14) encontra-se o seguinte texto em relação a forma de avaliar o estudante com surdez:

Os instrumentos de avaliação dos estudantes surdos devem manter o foco na verificação da apropriação conceitual e do conteúdo abordado pelo estudante surdo e não na forma escrita. Dessa forma, provas na língua de sinais gravadas em vídeo configuram uma forma de avaliação bastante apropriada.

Nessa ótica, avaliar é entendida como uma ação dinâmica, que se dá através de recursos/ferramentas apropriados para esse público.

3.5 O perfil do Gestor

TABELA N.º 9: O perfil do gestor escolar

GÊNERO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NO CARGO
Feminino	Graduada em Pedagogia e especialista em Gestão	12 anos

Fuente: elaboración propia

3.5.1 A entrada do estudante surdo na escola

A LDB, enfatiza esse mesmo anseio para propiciar aos alunos com deficiência a garantia legal para a oferta e recebimento de um atendimento educacional especializado (AEE). Para tudo isso, da escola exige-se adaptações, reflexões e ações positivas que levem o estudante a se sentir verdadeiramente incluído.

Nesse contexto o papel que o gestor escolar apresenta é de grande importância e para isso precisa buscar uma atuação baseada na diversidade. Foi nesse sentido que fez-se o seguinte questionamento: *Como foi o processo de entrada do estudante surdo nesta escola?* Para o gestor foi: ”. Bem complicado, no início não tinha ninguém para colaborar depois chegou a intérprete e a professora de deficiência auditiva e fez a diferença em nossa escola. O gestor sozinho não poderá resolver as dificuldades que o processo de inclusão por si só já o é. Isto reforça a ideia de que o gestor deve lutar pela inclusão do aluno com deficiência na escola (Veiga, 2014), pois uma das condições para a efetivação da proposta da inclusão é a participação direta de todos os envolvidos nesse processo. Frente a inclusão de estudantes surdos, a democratização da gestão precisa se revelar como estratégia para que a escola de fato se torne inclusiva. Nessa perspectiva, o exercício para a democratização da gestão que se diz democrática se dá no exercício da inclusão, no qual, uns aprendem com o outro, valorizando as diferenças.

Diante de uma Política Nacional de Educação Inclusiva o gestor escolar necessita ter a compreensão sobre a relevância de uma proposta de ensino que valorize os diferentes contextos, para descobrir as particularidades que exige um ensino com verdadeira inclusão.

3.5.2 Medidas organizacionais e pedagógicas para atender o processo de inclusão

É perceptível a diversidade de estudantes que adentram na escola com deficiências variadas, obrigando de forma urgente a redefinição de objetivos e funções da instituição

escolar. Nessa ótica, todos têm direitos de que lhes sejam ofertadas oportunidades educacionais igualitárias, nas condições favoráveis possíveis. Dentro desse entendimento perguntou-se: ***Foram tomadas algumas medidas organizacionais e pedagógicas para implementar o processo de inclusão para o estudante surdo nesta escola? Quais?*** “*Sim, fizemos ofício para que a escola tivesse intérprete, envolvemos toda a equipe escolar para ter um trabalho inclusivo*”.

A escola é tida por natureza como um lugar que promove o desenvolvimento, a aprendizagem e inserção social de todas em todas as etapas e modalidades de ensino. Portanto, enquanto promotora do desenvolvimento das aprendizagens, também é responsável em preparar toda a equipe pedagógica para a inclusão. Seja, elaborando recursos, propostas e formação *in locus* para todos os funcionários, cabendo também a lutar para que as pessoas surdas usufruam de seus direitos de cidadão de forma ética. Dessa forma, o discurso do gestor endossa a importância de um trabalho coletivo. Portanto, construir na escola um ambiente de harmonização e integração, no qual a presença da diversidade seja o reflexo da sociedade na qual se vive, é o grande desafio.

3.5.3 Ações positivas para o desenvolvimento frente a inclusão

Pensar na inclusão vai bem além de que matricular o estudante na escola, é preciso atender as especificidades de cada um. Nesse direcionamento, a inclusão da pessoa surda no ambiente escolar, contribui para a reflexão e ao mesmo tempo para a troca de experiências entre todos envolvido nesse processo.

Ao inserir o estudante com surdez no sistema de educação, a escola promove uma aprendizagem para todos, ou seja, os ouvintes aprendem com o surdo e esse com o ouvinte, há uma troca de culturas, de conhecimentos recíprocos, levando em especial a equipe pedagógica a buscarem novas alternativas para uma educação mais efetiva. Com esse estudante na escola, os profissionais são contagiados pela busca de conhecer melhor a surdez. Nessa perspectiva, a interação entre surdo, corresponde com o resultado da comunicação em LIBRAS que são estabelecidas entre eles, é dessa forma “é uma ponte movediça” que vem sendo construída de forma intensiva pela comunidade surda (Silva e Fagundes, 2015). Dessa forma, é importante ressaltar que essa troca de culturas, só vem enriquecer as experiências entre ambos. Foi nesse entendimento que perguntou-se: ***Você identifica consequências positivas para o seu desenvolvimento profissional de experiências de inclusão de surdos na escola?*** Segundo a gestão escolar, a inclusão do

estudante surdo, só veio contribuir. Essa afirmação encontra-se na sua resposta: *“Evoluímos muito, aprendemos como lidar com eles”*. Esse é um dos propósitos de se incluir a pessoa com deficiência auditiva na escola. Enfatizamos, todavia que isso não diminui a importância da formação do professor em Libras, para que a comunicação seja mais eficiente. Pois as políticas públicas que são destinadas a educação de Surdos visam, justamente a educação bilíngue. Quando as pessoas começam a interagir com a pessoa surda, mesmo sem o domínio da LIBRAS, acabam envolvendo num processo de comunicação, prestando mais atenção, nos gestos, nas expressões, e com isso, aprendem e refletem sobre a importância desse especializar na linguagem surda.

Objetivo: Identificar ou grau de aceitação dois colegas ao aluno com surdez

3.6 Perfil dos estudantes

TABELA N.º 10: Perfil dos estudantes do 7.º ano do Ensino Fundamental

GÊNERO	TOTAL
Feminino	05
Masculino	03
IDADE	
12 anos	01
13 anos	04
14 anos	03

Fuente: elaboración propia

3.6.1. Os impactos causados no estudante ouvinte com a inclusão surdo na sala de aula

De acordo com a LDB, lei nº 9.394/96, no artigo 58, estabelece que “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Outro documento oficial que também enfatiza essa importância é o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, em sua meta 4, a estabelecer que pretender universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede

regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniado. É comum, visualizar-se dentro das salas de aulas do ensino regular, estudantes com deficiências, principalmente o surdo, seja, interagindo ou mesmo afastado dos que “ouvem” plenamente. Sendo assim, a integração desse estudante com o ouvinte deve se dá da melhor forma possível, pois a surdez não é doença e muito menos um empecilho que impossibilita uma convivência harmoniosa. Dentro dessa ótica, perguntou-se aos estudantes: ***O que você sentiu quando soube que teria um colega surdo na sala de aula?***

“Incomodado por ser a primeira vez tinha com uma pessoa assim”.

Estudante 1:

“Que a aluna precisaria de ajuda em sala de aula”. Estudante 2

“Senti que a colega precisaria muito de nossa compreensão e apoio”.

Estudante 3

“Fiquei surpresa e tive dificuldade em conversar com ela, porque sou menino e também não saber comunicar com ela como deveria, usando a Libras”. Estudante 4

“Fiquei com pena”. Estudante 5

“Triste por saber que a pessoa não pode ouvir”. Estudante 6

“Normal, tentando me aproximar e fazer amizade”. Estudante 7

“Fiquei triste, por não saber conversar com a colega, e nem fazer os gestos para poder conversar” com Estudante 8

Nas falas dos estudantes, fica notório a preocupação da maioria em entender que não poderão se comunicar, ou seja, se fazer entender pelo estudante surdo. Isso é compreensível, porque a linguagem faz parte integrante do desenvolvimento do ser humano e que na falta dela, o indivíduo apresenta consequências graves para o seu desenvolvimento emocional, social e intelectual. Por não terem a habilidade da linguagem do surdo, torna-se um desafio para os ouvintes convirem com esses, por isso sentem-se despreparados, desmotivadores e muitas vezes sentem-se com pena da pessoa surda. Esse fato acontece, porque vivemos numa sociedade despreparada, mais que propaga que é inclusiva.

3.6.2 A interação entre os ouvintes e o surdo

A educação inclusiva é entendida como um sistema de ensino no qual os estudantes com deficiências frequentam a mesma escola dos que não possuem deficiência, em escolas regulares do ensino público e do privado. A sua interação na sala de aula, deve se dá, independente desse compreender ou não a sua linguagem. É no acolhimento, no acolhimento, que as emoções florescem, favorecendo uma boa convivência entre todos. Foi pensando na importância do estudante se sentir acolhido, que fizemos o seguinte questionamento: ***Como ocorre sua interação com o colega surdo?***

“Não tem interação pois ela tem vergonha de conversar com as pessoas. ”

Estudante 1

“Não tem nenhuma interação”. Estudante 2

“Alguns conversam e outros não”. Estudante 3

“Um pouco difícil por não ter comunicação”. Estudante 4

“Não tem nem como não sei falar em gestos”. Estudante 5

“Difícil por não ter como conversar”. Estudante 6

“Não tem, por mais que a gente tenta, ela sempre sai fora, pode ser porque sou menino, mas não vejo os outros amigos conversando com ela”.

Estudante 7

“Não vejo interação e nem nenhum diálogo dos colegas com a menina que não escuta”. Estudante 8

É triste perceber pelas falas dos estudantes que não há interação entre o estudante surdo. Talvez a interação não ocorra devido à falta de incentivo por parte do professor e do intérprete. Batista, et.al (2017, p.01), explicam que:

A interação e envolvimento dos alunos surdos com os ouvintes exige um olhar mais específico sobre as práticas desenvolvidas dentro da escola, considerando que a totalidade do ato educativo envolve uma mudança de postura, tanto dos profissionais quanto dos alunos.

Por outro lado, Teles, Vêras e Araújo (2018, p.02)

Há muito tempo, as pessoas que nasciam com surdez passaram por sérios problemas de discriminação, mas infelizmente isso ainda ocorre. Entretanto, defendemos que os surdos não podem mais ser vistos como pessoas incapazes, que não conseguem se desenvolver e ser competentes, pelo

contrário, eles são capazes, assim como os ouvintes. É evidente que muitas coisas mudaram, mas ainda existem déficits que precisam ser superados.

Então, se faz necessário que a escola promova a comunicação e integração de todos com vistas a favorecer a permanência do estudante surdo no contexto da sala de aula.

3.6.3 O trabalho pedagógico diferenciado

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto – (MEC) dá sugestões de práticas pedagógicas no que se refere à educação de estudantes com deficiência auditiva, e cita que: “as adaptações se distinguem em dois grupos: as adaptações metodológicas e didáticas e as adaptações nos conteúdos curriculares no processo avaliativo” (Brasil, 1997, p.36). Tais adaptações deve levar o estudante surdo a compreender os conteúdos e relacionando-os com sua realidade diária, interpretando-os por meio da linguagem de sinais. Na realidade nem sempre isso acontece e o que se observa é que o professor tem por prioridade em aplicar metodologias voltadas somente voltadas para ouvintes. Esse é infelizmente o modelo de inclusão que tem sendo desenvolvido em grande parte das escolas. Dentro dessa realidade, tentando compreender de que forma o professor tem desenvolvido pedagogias diferenciadas para atender o estudante surdo, fez-se a seguinte pergunta: ***Você observa que existe um trabalho diferenciado pelo professor para o estudante surdo?***

“Sim, trabalhos em grupos, alguns dias tem ensino de libras com a sala”.

Estudante 1

“Pode ser que mais para a frente possa ocorrer, porque até o momento não tem nada diferente”. Estudante 2

“Não vejo nada diferente para que a colega possa aprender, Só a interprete que ensina em algumas aulas Libras”. Estudante 3

“Não vejo”. Estudante 4

“Não tem nenhum trabalho.” Estudante 5

“O trabalho é o mesmo que o nosso”. Estudante 6

“Tem pouco e a interprete que faz ter comunicação”. Estudante 7

“Não”. Estudante 8

Analisado as respostas, pode-se perceber que apenas um estudante afirma que há trabalhos diferenciados para o estudante surdo, afirmando também que o ensino de Libras ocorre algumas vezes na sala de aula. No entanto sete estudantes afirmam que não há um

trabalho direcionado para o surdo. Vale salientar que o trabalho em grupo, passa a ser uma forma de promoção da integração entre os estudantes. Contudo, o trabalho do professor em termo de diagnosticar as formas de avanços na aprendizagem da pessoa com surdez, deve ser feita de forma criteriosa, diferente do estudante ouvinte. Pois nesse processo, deve-se levar em consideração que a linguagem se dá de forma diferenciada.

CONCLUSÕES

No Brasil as reflexões centradas na inclusão de pessoas com surdez vem ocorrendo de forma ainda lenta. A inserção desse estudante tem contribuído para uma aprendizagem por parte da sociedade ouvinte, de que é possível orientar a todos (ouvintes e não ouvintes) e promover uma comunicação eficaz. Nesse estudo, pode-se analisar o processo de inclusão do ensino regular de um estudante surdo na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

O processo de inclusão escolar com os estudantes que possuem a deficiência auditiva é sem nenhuma dúvida um grande avanço no atual contexto histórico, social e político, já que essas pessoas foram por muito tempo, excluídas do sistema de ensino.

Assim, ao realizar esta pesquisa com os professores, coordenador pedagógico. Estudantes, professor do AEE, intérprete e gestor escolar da Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil, através da observação sistemática e da entrevista aberta, fomos capazes de coletar e analisar dados que subsidiaram as respostas dos objetivos específicos definidos nessa investigação.

A respeito objetivo específico, que é *Identificar o nível de envolvimento do coordenador pedagógico no processo de inclusão de um aluno surdo*. Percebemos que o coordenador pedagógico ainda não tem se envolvido de forma sistemática quanto ao processo de inclusão para os estudantes surdos, uma vez que nas suas falas, ficou claro que os professores têm pouca informação a esse respeito.

Notamos ainda que o coordenador pedagógico, não possui formação uma vez que o município em questão ainda não tem uma proposta de inclusão escolar.

Talvez a falta de tempo, ou mesmo a pouca importância dada o processo de inclusão para surdos seja os fatores para motivadores para que a coordenação não tenha buscado se atualizar.

Ainda foi possível constatar que, o município em questão não tem promovido as formações continuadas que são imprescindíveis, complicando ainda mais o processo de inclusão escolar.

Cabe aqui elucidar que é de suma importância que o Coordenador Pedagógico, compreender como se dar o processo de inclusão para os estudantes surdos, uma vez que ele é o responsável para subsidiar o professor no seu fazer pedagógico, por meio de planejamento adequado as peculiaridades desse indivíduo.

No que se refere ao alcance objetivo, *valorizar o papel do intérprete, como apoio ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez*: Foi possível identificar que o intérprete faz um trabalho coletivo, dentro de suas atribuições. Ainda pontuamos que muitos professores vê a figura do interprete como sendo este, o principal personagem do processo inclusivo.

Observou-se que o intérprete tem procurado trabalhar voltados aos princípios da inclusão, procurado realizar a mediação entre o professor ouvinte e o surdo.

Através das respostas dadas, percebeu-se que o intérprete é importante nessa escola, pois a equipe pedagógica não possui a habilidade em Libras.

Quanto ao alcance objetivo: *Valorizar o papel do professor que realiza o acompanhamento individualizado (AEE) da escola*: Pode-se compreender que o professor do AEE, é preparado academicamente para exercer o cargo e que para ele a inclusão ainda não tem sido concretizada na referida escola. Isso porque grande parte dos professores desconhecem os tipos de deficiências que os estudantes possuem, deixando essa competência para o interprete e para o professor do AEE.

Verificou-se que para o professor do AEE, a inclusão ainda está longe de ser concretizada na escola em questão.

Respondendo ao objetivo *descrever as estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes, para que a inclusão de um aluno surdo, em cada disciplina*.

Observou-se que o professor ainda não tem procurado trabalhar com os princípios voltados a inclusão, acreditamos que sem formação acadêmica para isso, tem tentado utilizar alguns sinais e materiais para se comunicar como estudante surdo. Essa ação por si só tem demonstrado as inquietações pelas quais o professor ouvinte tem passado. Vale destacar, que o uso de gestos e expressões para se estabelecer a comunicação na perspectiva de trabalhar conceitos e conteúdos, pode ser utilizado para aguçar e despertar a memorização e estimular a aprendizagem.

Sendo assim, compreende-se que o professor do ensino regular tem procurado se apoiar no intérprete como uma forma uma “tábua de salvação” para que o estudante surdo permaneça na escola.

Em relação ao objetivo: *Identificar as adaptações realizadas pela escola no processo de inclusão de um aluno surdo*: Entendemos que o gestor escolar tem deixado a cargo do intérprete a questão da inclusão, o que vem mais uma vez demonstrar que dentro da escola o intérprete é o principal personagem no processo de inclusão para surdos.

Um ponto a ser considerado é, que a entrada dos estudantes possibilitou aos gestores a percepção de que esses indivíduos são pessoas diferentes nas suas especificidades, todavia precisam ser visto não pela sua deficiência, mas por ser uma pessoa que possui direitos como qualquer outra pessoa, e isso eles pontuaram.

Ainda foi possível verificar que não houve adaptações feitas pelo gestor para o recebimento do estudante surdo na escola, nem no currículo, nem nas práticas diárias.

Por tudo isso, concluímos que se faz emergente rever as atribuições do gestor escolar dentro do processo inclusivo escolar.

E por último, respondendo ao objetivo: *Identificar ou grau de aceitação dois colegas ao aluno com surdez*; Ficou claro que os estudantes ainda não têm compreendido como se dá o processo de inclusão principalmente para o estudante com surdez. Ao sentirem “pena”, do surdo, mostra que eles ainda não conseguem compreender que deficiência não é doença, mais limitações que a pessoa possui.

Através de suas falas foram identificadas que o professor não tem desenvolvido ainda uma prática pedagógica inclusiva.

A partir das respostas obtidas, é possível identificar que nessa escola, o papel do gestor, do coordenador e dos professores precisam ser revistos, pois trabalhar com estudantes com surdez, requer antes de tudo, mudanças e preparo em todo o contexto escolar.

Entende-se que a inclusão escolar só acontecerá quando todos os envolvidos no sistema escolar refletirem e passarem a agir de maneira criativa, responsável e solidária, para que se busque o sucesso de viver com a diversidade.

Todavia, acreditamos que a opinião, sugestão e cooperação desses públicos em relação a inclusão do estudante surdo, são relevantes, uma vez, podem reconhecer e apontar pontos negativos e positivos quanto ao processo de inclusão.

Assim, acredita-se ser necessário que a instituição de ensino, reveja a questão da inclusão de estudantes com deficiência auditiva como uma ação emergente, pois incluir, vai muito além do que apontou-se nessa pesquisa.

Diante das respostas, percebeu-se a necessidade de encontrar soluções e saídas para a questão de inclusão escolar

RECOMENDAÇÕES

As sugestões retratadas nessa tese estão indicadas a todos os professores, gestores e coordenadores, professores do AEE, intérpretes e estudantes que atuam e convivem com estudantes surdos na escola regular e a secretaria de Educação do município.

Diante do desfecho observado e analisado nessa pesquisa se faz necessário algumas recomendações no sentido de colaborar, com a efetivação do processo de inclusão na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil. Nesse sentido recomendamos:

- 1- Ofertar a formação em LIBRAS para todos os profissionais dessa escola;
- 2- Criar mecanismo para que a escola possa estimular a participação do estudante surdo de forma ativa na escola como uma ferramenta muito importante no processo de inclusão;
- 3- Ofertar momentos de reflexão para a avaliação do processo inclusivo com todos os envolvidos no processo de inclusão
- 4- Elaborar e propor metas e propostas inclusivas no Projeto Político Pedagógico da escola;
- 5- Incentivar os estudantes a se interessarem para o ensino de LIBRAS;
- 6- Incentivar a participação da família nesse processo;
- 7- Elaborar propostas de inclusão para o Município em questão agilizar em documento oficial e estender a todas as escolas que ele administra.

A seguir, apontamos os procedimentos pertinentes para o desenvolvimento de cada um dos itens recomendados.

Elaborar um calendário com datas para a Formação na escola com pessoas que tem o domínio da LIBRAS, para todos que compõem a escola.

Elaborar eventos para que o estudante surdo trabalhe em parceria com o ouvinte contribuindo para subsidiar a escola e o professor a respeito da inclusão;

Ofertar momentos de trocas de experiências entre os professores;

Envolver a família nos eventos escolar;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acco, S. C. (2014). *A Participação da Família na Educação Escolar*.in: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Produções Didático-Pedagógica. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos_pde/pde/busca/produções_pde/2014/2014_unioeste_ped_pdp_silvana_crusaro_accopdf. Acesso em: 12 de abril de 2019.
- Alvarenga, E.M.de.; (2019). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. Assunción, Paraguay.
- Alves, E. R. (2012). *Caracterizando a Surdez: fundamentação para intervenções no espaço escolar*. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 2, n. 2, p. 75-92, jul. -Dez. ISSN 2237-1451 Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>> ou <http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109. Acesso em 02 de maio de 2019.
- Alves, T. P, & Sales, Z. N, Moreira, R. M. (2013). *Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar*. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p. 192-204. Bahia. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 30 de Março de 2019.
- Aragão, J. W. M. de.; Neta M.A.H.M. (2017). *Metodologia Científica. [recurso eletrônico]* Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância. 51 p.: il.
- Araújo, P. C. V.; Linhares, T. C.(2014). *A inclusão escolar: breve histórico e alguns apontamentos para a prática do professor*. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 11 n. 17 p. 35-59 jul./dez. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/3929/1949>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- Barbosa, J. (2011). *A função do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras: âmbitos de atuação e o intérprete educacional*. PROFT em Revista, São Paulo, v. 1, nº 1, out.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições.
- Barros, A. J. da S. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Batista, T.C. dos S.; et.al (2017). *Surdos e ouvintes: uma interação com a diferença*. IV CONEDU. Joao Pessoa -PB. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Trabajo_EV073_MD4_SA10_ID5418_16102017233456.pdf. Acesso em 10 de março de 2020.
- Bodart, C. das N.; Romano, E. P.; Chagas, O. A. (2016). *Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Legislação e perspectivas de profissionais que*

atuam como selecionadores, fiscalizadores e apoiadores. V.9, nº2, p. 197-216, ago. /dez.

Borba, L. A. de; Gomes, V. P. (2012). *A inclusão de portadores com deficiência auditiva no ensino regular*. Revista científica eletrônica de crianças sociais aplicadas Da EDUVALE. Publicação científica da Faculdade de Ciências Sociais aplicadas do Vale de São Lourenço-Jaciara/MT Ano V, Número 07, novembro.

Brasil. (2016). *Decreto nº 8.752, de 9 de maio de*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 12 de maio de 2020.

_____. (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. – Brasília, DF: Inep. 404 p.: il.

_____. (2013). *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais*. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Brasília:

_____. (2011). *Decreto Federal n. 7611 de 17 de novembro*. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro d. Brasil.

_____. (2010). Lei nº 12.319, de 1º de setembro. *Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras*. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. (2009). Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 02 de outubro*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: SEESP.

_____. (2008). *Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, MEC,

_____. (2005). *Decreto nº 5626 de 22 de dezembro*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

_____. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal.

_____. (2001). *Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica*.

Ministério da Educação. Brasília

_____. (2000). *Referencial Curricular para a Educação infantil: estratégia e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC.

- _____. (2000). *Lei nº 10.098, de 19 de dez.* Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF- 19 de dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 13 de out. de 2016.
- _____. (1999). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CEB n. 1, de 7 de abril.* Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13/4/1999. Disponível em. Acesso em 25/5/2009.
- _____. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares.* Brasília: MEC.
- _____. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.* Ministério da Educação. Brasília, MEC/SEF
- _____. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação.* Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro. Brasília, DF
- _____. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho. DOU de 16/07/ – ECA. Brasília, DF
- _____. (1988). *Constituição Federal.* Promulgada em 5 de outubro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituição.htm. Acesso em 27 de abr. de 2019.
- Campoy, A. T. J. (2018). *Metodología de la Investigación Científica. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación.* Asunción, Paraguay: Marben.
- Campoy, A. T. J. (2016). *Metodología de la investigación científica.* Manual para la elaboración de tesis y trabajos de investigación. Asunción, Py: Marben.
- Carneiro, M. A. (2013). *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.* 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, J. B. dos S. (2015). *A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF.* Disponível em: http://ddm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015_JoscildeBeniciaDosSantosCarvalho_tcc.pdf. Acesso em 12 de maio de 2019.
- Colaço, C., & Sanches, I. (2013). *Gerir a diversidade: Contributos da aprendizagem cooperativa para a construção de salas de aula inclusivas.* *Revista Portuguesa de Educação, 26(1), 307-347.*
- Conceição, L. F. (2011). *Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante.* 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação
- Conde, P.S. (2015). *Práticas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional à criança público alvo da educação especial em uma instituição de educação infantil* Vitória- Brasil. Tese de Mestrado. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/te>

ses/tese_9090_Disserta%E7%E3o%20CD.pdf. Acesso em 14 de nov. de 2019.

- Correia, L. (2013). *Inclusão e necessidades educativas especiais. Um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- Costa, V. A. (2012). *Políticas de Educação Especial e inclusão no estado do Rio de Janeiro: formação de professores e organização de escola pública*. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, v.34, n. 12, jan / jun, p. 141-157. Disponível: <http://www.coinfo.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=835&path%5B%5D=68>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- Cruz, G. O. da C.; Arruda, A. L. M. M. (2014). *Inclusão Social: Um olhar no sistema sociocultural e educacional*. *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1*. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educa%C3%A7%C3%A3o/v5_n1_2014/Gilvan.pdf. Acesso em 02 de abril de 2019.
- Declaração de Salamanca. (1994). *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca-Espanha.
- Delors, J. (2012). *Educação um tesouro a descobrir*. Brasília: Cortez.
- Duarte, I. M. R. F. (2014). *Qualidade de vida em crianças e adolescentes surdos portadores de implante coclear*. Tese de Doutorado. Disponível em: http://sigarra.up.pt/fmup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=34961. Acesso em 30 de março de 2019.
- Feijão, T. M. N. (2014). *A inclusão dos portadores de deficiência auditiva na educação regular: métodos de comunicação a utilizar*. Disponível em: <https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8585/1/tesemestrado%20Teresa%20Feij%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2019.
- Ferrão, C. P.; Lobato, H. K. G. (2016). *A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores do ensino fundamental*. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da Libras e Língua portuguesa como segunda língua para surdos. Disponível em <https://docplayer.com.br/36994304-Dialogos-sobre-inclusao-escolar-e-ensino-aprendizagem-da-libras-e-lingua-portuguesa-como-segunda-lingua-para-surdos.html>. Acesso em 13 de maio de 2019.
- Ferrari, A. C. M. (2014). *Atuação do tradutor intérprete de Libras na aprendizagem matemática de surdos no ensino fundamental*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9JGFY7/disserta_o_final_ana_carolina_machado_ferrari.pdf?sequence=1. Acesso em 14 de maio de 2019.
- Freitas, M. de J. Oliveira de. ; Soeck, A. M. (2013). *O papel da Família no Processo de Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular*. Disponível em: <http://revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/viewFile/211/pdf>. Acesso em: 22 de mar. de 19.

- Gaudenzi, P. Ortega, F. (2016). *Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10):3061-3070. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.pdf>. Acesso em 19. abril.2019.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Glat, R. (2011). *Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade*. Longhini, M.D. (Org.). *O uno e o diverso na Educação*. Uberlândia: EDUF, p.75-92.
- González, J. A. T. Fernández, A. H., Camargo, C. B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Paraguay: Editora Marben Assunción.
- Gorard, S. (2013). *Research design: Creating robust approaches for the social sciences*. Sage.
- Hernández, S, R.; Collado, C. H. & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de la Investigación*. 6ª ed. México. McGraw-Hill.
- Hoffmann, J.(2014). *Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. Editora Mediação, Porto Alegre.
- Kailer, P. G. da L; Papi, S. de O. G. (2013). *O papel do pedagogo em relação a inclusão escolar*. X ANPEDSUL, Florianópolis, outubro
- Kauark, F. Manhães, F. C.; Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Lacerda, C. B. F. de.; Albres, N. de A.; Drago, S. L. dos S. (2013). *Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo*. *Educ. Pesqui*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar
- Lacerda, C. B. F; Santos, L.F. (2013). *Tenho um aluno surdo. E agora?* Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFScar. 254 p.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2013). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 277 p.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2011). *Metodologia científica*. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas. 225 p.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Lazzaretti, B.; Freitas, A. S. (2016). *Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências*. *Caderno Intersaberes | vol. 5, n.6, p.1-13| jan. dez. - ISSN 2317 – 692x*.

- Leite, M. C. da S.R.; Silva, A. J.P. da.; Martins, E.S. (2017). *Pesquisa qualitativa em teses de doutorado: uma análise do triênio 2013-2015*. Revista Expressão Católica; v. 6, n. 1; Jan – Jun; 2017; ISSN: 2357-8483.
- Lobato, H. K. G.; Amaral, H. N. S, Silva L. F. R. da. (2016). *Análises e reflexões sobre a inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular*. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da libras e língua portuguesa como segunda língua para surdos. Disponível em: <https://docplayer.com.br/55747651-Analises-e-reflexoes-sobre-a-inclusao-escolar-de-alunos-surdos-no-ensino-regular.html>. Acesso em: 12 de maio de 2019.
- Lopes, M. C.; Fabris, E. H. (2013). *Inclusão e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lück, H. (2013). *Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores*. In: Em Aberto, n° 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores), Jun. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2116/2085>. Acesso em 21 de agosto.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus.
- Marcondes, M. I.; Leite, V. F.; Oliveira, A. P. (2013). *Reforma e contextualização das políticas: o papel dos coordenadores pedagógicos nas escolas municipais do Rio de Janeiro*. Revista Diálogo Educacional, Rio de Janeiro, ano 12, n. 35, p. 187-209.
- Marilene, D.; Meyer, V. A. (2016). *A importância da libras para inclusão escolar do surdo*. Disponível em: http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Mattar, F. (1996). *Pesquisa de marketing*. Ed. Atlas.
- Maturana, A. P.P.M. (2015). *Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações*. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto.
- Meireles, R. M. do P. L. (2014). *Políticas de Inclusão e Práticas Pedagógicas na Educação de Alunos Surdos: Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ*. Tese de doutorado. Disponível: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/tesesdissertacoes/DOCTORADO%20ONEESP-OEERJ%20-UFF-RosanaMeireles-ValdeluciaAlvesCosta-2014.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2019.
- Mendes, R. M. R. (2012). *Afinal: intérprete de língua de sinais, intérprete educacional, professor-intérprete ou auxiliar? O trabalho de intérpretes na lógica inclusiva*. Disponível: <http://www.porsinal.pt/index.php.?ps=artigo&idt=artc&cat=7&idart=102>. Acesso em 23 de junho de 2019.

- Minayo, M. C. de S.(org). Deslandes, S.F., Gomes, R. (2018). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes
- Neto, A. de O. S. (2018). *Educação inclusiva: uma escola para todos*. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>Educação inclusiva: uma escola para todos. Acesso em 25 de maio de 2019.
- Neves, R. T. das; Rosário, V. C, de S. do (2014). *O processo de inclusão de um aluno surdo em uma escola regular: um projeto de intervenção*. Centro Virtual de Cultura Surda Revista Virtual de Cultura Surda. Edição N° 14/Setembro. ISSN 1982- 6842.
- Nono, M. A. (2011). *Professores iniciantes: o papel da escola em sua formação*. Porto Alegre: Ed. Mediação.
- Oliveira, E. C. Dos S. (2016). *Saberes e práticas no processo de inclusão escolar no município de Teixeira de Freitas- Bahia*. Tese de Mestrado. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/5319/1/tese_9583_DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Elizete.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2019.
- Oliveira, J. da S; Guimarães M. C.M. (2016). *O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar*. Rev. Científica do Centro de Ensino Superior de Almeida Rodrigues – Ano I- Edição I.
- Patatas, T., & Sanches, I. (2017). *Desafios da educação especial infantil em Angola*. Revista Lusófona de Educação, 38, 63-79.
- Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.
- Placco, V. M. N. de S; Almeida, L. R. de; Souza, V. L. T. de (2013). *O coordenador Pedagógico (CP) e a formação de professores: intenções, tensões e contradições*. Estudos e Pesquisas educacionais – Fundação Victor Civita.
- Pozzer, A. (2015). *A inclusão de alunos surdos em escola regular e os desafios para a formação de professores*. Tese de Mestrado. Disponível: <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-94.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2019.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale*.
- Ramos, M. Y. C.; Silva, A. A. (2016). *Projeto Político Pedagógico: um estudo das dissertações e teses defendidas no Brasil*, Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRabalho_EV073_MD1_SA2_ID1300_11092017175047.pdf. Acesso em 23 de abril de 2019.

- Rezende, F. da C. (2015). *Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na ciência política: o modelo de engrenagens analíticas*. Conexão Política, Teresina v. 4, n.2, 47-66, jul./dez
- Ribeiro, R.M. da C. (2016). *O Coordenador Pedagógico na Escola Pública: dilemas, contradições e desafios de um profissional iniciante*. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p.59-78 Mai./Ago.
- Rocha, A. B. de O. (2017). *O papel do professor na educação inclusiva*. Ensaios pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez. ISSN – 2175-1773. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2019.
- Silva A. P. M. da.; Arruda, A. L. M. M.; (2014). *O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar*. Revista Eletrônica. Saberes da Educação. Vol.5. nº 1.
- Silva, G. P. da. Soares, M. M.; Machado J. A. (2018). *Desenho de pesquisa*. Brasília: Enap, 119 p.: il.
- Silva, K. M. de S. C. (2013). *Intérprete de língua de sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18664/1/InterpreteLinguaSinais.pdf>. Acesso em: 23 de março.
- Silva, K. S. X.; Oliveira I. M. de. (2016). *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661085>
- Silva, L. G. M. da.; Ferreira, T. J. (2014). *O papel da escola e suas demandas sociais*. Periódico Científico Projeção e Docência | v.5 | n.2. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/415/372>. Acesso em 22 de março de 2019.
- Santos, P. de O.; Balbino, E. S, (2015). *A inclusão e o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências: metodologias e práticas dos professores*. Disponível em : www.seer.ufal.br/index.php/cipar/article/download/1879/1380. Acesso em 13 de abril de 2019
- Silva, V. J. S. da.; Fagundes, E. A. (2015). *Cultura surda e seu embate com a cultura ouvinte*. Disponível em: V Seminário Internacional sobre profissionalização Docente. Cátedra-UNESCO. PUC/PR ISSN 2176-1396. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16897_7555.pdf . Acesso em 20 de fev, de 2020.
- Sousa, S.F.; Silveira, H.E. (2011). *Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos*. Química Nova na Escola, v. 33, n. 1, p. 37-38.
- Sousa V. (2015). *A importância do papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo em sala de aula nas escolas de ensino comuns*.

Cadernos da Fucamp, v.14,n.20,p.168-181.Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/635>. Acesso em 25 de maio de 2019.

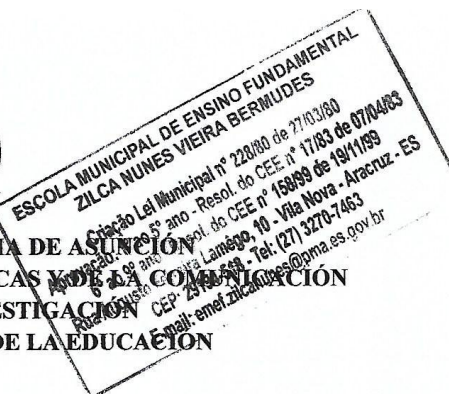
- Souza, J. M. R. de. (2015). *Entre palavras e sinais: letramento literário, surdez e inclusão*. São Carlos: Pedro e João Editorares.
- Szabo, K. (2013). *Atuação do coordenador pedagógico: formação de professores, narrativas digitais, tecnologia e currículo*. XI Encontro de pesquisadores do programa de pós graduação em educação: currículo. PUC/SP.
- Teles, D.A; Véras, F.S.S.de O.; Araújo, L.de C. (2018). *O aluno surdo na escola regular: os desafios da inclusão*. Recife -PE. I CONEDU. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID6046_12092018173715.pdf. Acesso em 23 de fev.de 2020.
- Tonini, A. M; Oliveira, B. R. (2015). *Coordenação Pedagógica e Formação Continuada de Professores*. Editar, Juiz de Fora – 224 p.
- Vedoato, S. C. M. (2015). *Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná*. Tese de Mestrado. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2015/2015_VEDOATO_Sandra_Cristina_Malzinoti.pdf. Acesso em 29 de março de 2019.
- Veiga, L.C.L da. (2014). *O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. Brasília.
- Vergara, S. C. (2010). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas,
- Vioto, J. R. B.; Vitaliano, C. R. (2012). *O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais*. IX Anped Sul Seminário de pesquisa em Educação da Região.
- Unesco (1990). *Declaração Mundial Sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Disponível em: <http://dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>. Acesso em 01 de maio de 2019.
- Zanella, L. C. H. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. 134 p. : il.

ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
 FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
 DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
 MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN



Espírito Santo, 31 de Janeiro de 2020.

Prezado (a) Sr. (a), sou Mestranda da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai.

Estou desenvolvendo a tese de conclusão do curso, sob a orientação da Prof.^a Dra. Daniela Ruiz Diaz Morales, intitulada: “A Inclusão Social de Aluno Surdo, na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes - Aracruz /ES-Brasil”. O objetivo da pesquisa é analisar como a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação têm sido percebidos e colocados em prática pelos professores do ensino regular, para estudantes Surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

Considero este trabalho importante porque, envolve questões que diz respeito ao processo de inclusão de estudantes Surdos no contexto escolar. A pessoa com Surdez possui os mesmo direitos que os ouvintes, sendo assim, a educação inclusiva não deve se basear na integração desse estudante na sala de aula regular, mas, na inclusão especificamente, onde esse, possa estar interagindo com os colegas e professores e demais funcionários, desenvolvendo suas capacidades físicas, sociais e psicomotoras.

Neste sentido, gostaria de contar com o apoio e colaboração dessa conceituada instituição de ensino para a realização da pesquisa de campo da referida investigação.

A pesquisa consistirá em três fases distintas a saber: A primeira Etapa : Observação estruturada, que visualizará a estrutura física dessa instituição para o desenvolvimento de um trabalho coletivo pensado na ótica dos estudantes com Surdez, a Segunda Etapa, que constituirá na aplicação do questionário para os professores do ensino regular, o professor intérprete, o professor do AEE, o gestor escolar, o coordenador pedagógico e os estudantes do 7.º ano D, coletando informações mais detalhadas sobre o processo de inclusão para os estudantes com deficiência auditiva no ensino fundamental nos anos finais . E por último serão analisados a documentação da escola: plano de ação, projeto político pedagógico, planejamento e planos de aula.

A participação da instituição é de grande importância nesta investigação, a fim de que os resultados da pesquisa possa ser feita uma reflexão acerca do papel da escola no processo inclusão, principalmente para estudantes Surdos, pois sua deficiência, não o impossibilita de aprender, desde que lhes seja oferecida a sua linguagem(LIBRAS) como ferramenta principal para que o aprendizado ocorra.

Desde já agradecemos sua atenção e colaboração e nos colocamos a sua disposição para quaisquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

Rosimar de Jesus Souza Sepulchro
 Mestranda em Ciências da Educação -UAA

Vânia Fracalossi Bor
 Vânia Fracalossi Bor
 Diretora Escolar
 Decreto nº 32.310 de 08/02/2017

ANEXO 2 -GUIA DE OBSERVAÇÃO PARA PESQUISA

Universidade Autônoma de Assunção – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação
Registro de Observação para Pesquisa

Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil

Data da observação: _____

Duração do Trabalho: A partir da prática pedagógica desenvolvida na escola.

Nº de Participantes: 19

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Aspectos observados nos professores da sala regular, professor do AEE, professor intérprete, gestor escolar e coordenador pedagógico desenvolvido a partir do processo de inclusão para estudantes com Surdez.	Participação e interesse	O coordenador pedagógico acompanha o processo de inclusão na sala de aula regular e no acompanhamento Educacional Especializado.
		O Intérprete realiza juntamente com o professor da sala regular o planejamento das aulas adequando-o a sua metodologia.
		O gestor escolar promove a inclusão escolar na escola
		O professor da sala regular utiliza promove a interação do estudante surdo com os ouvintes.
		A prática de inclusão do intérprete é acompanhada pelo professor do AEE.
		Os recursos pedagógicos disponíveis são adequados ao processo de inclusão para deficientes auditivos (livros, softwares).
Aspectos observados nos alunos a partir de como estabelecem a comunicação com os estudantes Surdos	Participação	Interesse do aluno no processo de inclusão.
		Interação com o estudante com surdez.
		A comunicação estabelecida com o estudante surdo.
		Participam das mesmas atividades com o estudante com surdez
		Os estudantes ouvintes auxiliam o estudante com surdez nas atividades escolares.
Aspectos observados nos planejamentos pedagógicos dos professores, no Projeto Político Pedagógico da escola e no Currículo escolar.	Metodologia	O planejamento escolar tem além de outros, o foco no estudante com surdez
		As aulas são ministradas de forma interativa
		O estudante com surdez tem participação ativa nos projetos desenvolvidos na escola
		O Projeto Político Pedagógico tem sido elaborado na ótica da inclusão para estudantes surdos

ANEXO 3 – RELATÓRIO DA OBSERVAÇÃO REALIZADAS NA ESCOLA

O presente relatório de observação estruturada sobre a pesquisa intitulada “A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz - ES-Brasil, apresenta o resultado obtido no período compreendido entre 01/08/2019 a 02/09/2019. As observações ocorreram no turno vespertino.

<p>Aspectos observados nos professores da sala regular, professor do AEE, professor intérprete, gestor escolar e coordenador pedagógico desenvolvido a partir do processo de inclusão para estudantes com Surdez.</p>	<p>Participação e interesse</p>	<p>O coordenador pedagógico acompanha o processo de inclusão na sala de aula regular e no acompanhamento Educacional Especializado, porém ficou claro o despreparo da equipe escolar ao colocar em pratica tudo que ficou programado para ser feito desenvolvimento em sala. Pode-se observar a dificuldade que existe, por não ter uma preparação adequada por parte de alguns professores. O professor do AEE, tem todo o apoio da equipe técnica, mas no momento da realização do trabalho diferenciado e adaptado para o aluno surdo em parceria com os professores regentes a parceria é pouca, os professores das disciplinas especificas se prendem mais com os alunos ditos normais, deixando de dar tudo que o aluno incluído merece ter.</p> <p>O Intérprete realiza juntamente com o professor da sala regular o planejamento das aulas adequando-o a sua metodologia. O intérprete tenta fazer a parte dele, da sua opinião, mas é pouco ouvido, o trabalho acaba ficando mais entre o aluno e o interprete com o apoio do professor do AEE que tenta fazer o melhor para que o aluno surdo tenha uma aprendizagem de melhor qualidade. Utilizando de técnicas e o máximo de material visual proporcionando o melhor para o aluno.</p> <p>O gestor escolar tem procurado promover a inclusão escolar na escola. Observou-se que a gestão tem comprado que é possível para que o aluno tenha um ambiente adequado. Durante os plantões pedagógico chama a atenção dos professores para fazer um trabalho diferenciado, mas a falta de preparação dos professores</p>
---	---------------------------------	---

		<p>prejudica o desenvolvimento que poderia ser melhor facilitando a vida escolar.</p>
		<p>O professor da sala regular utiliza promove a interação do estudante surdo com os ouvintes. Existe professor que preocupa com o aluno surdo, agrupando e fazendo com que o mesmo participa das aulas da melhor maneira possível, mas são poucos.</p>
		<p>A prática de inclusão do intérprete é acompanhada pelo professor do AEE. O intérprete tem o apoio do professor do AEE, existe o momento em que eles sentam para conversar e adaptar os materiais para ser utilizado durante as aulas.</p>
		<p>Os recursos pedagógicos disponíveis são adequados ao processo de inclusão para deficientes auditivos (livros, softwares), contudo poucos, e são utilizados mais por parte do intérprete, professor do AEE e alguns professores. Tem alguns jogos, livros e outros materiais que poderia ser melhor aproveitado pelos professores, mas devido a despreparação deixa de ser utilizado de maneira adequado.</p> <p>Tem salas com computadores que poderia ser utilizado com material visual, fazendo um plano geral onde poderia ser colocado mais imagem, pois o surdo é visual, mas nem todos os professores se preocupam com isso. O que ficou bem claro que a família também não apoia e nem cobra da escola um trabalho adequado para o aluno.</p>
<p>Aspectos observados nos alunos a partir de como estabelecem a comunicação com os estudantes Surdos</p>	<p>Participação</p>	<p>Percebeu-se que o aluno não tem interesse em aprender, ele estar na sala, porém o intérprete tem sempre de estar chamando sua atenção para que o mesmo se envolva e interaja durante as aulas, a ponte de todo o envolvimento e inclusão fica na responsabilidade do intérprete.</p> <p>Durante as aulas é pouca interação que existe entre o aluno surdo e os ouvintes, primeiro porque a aluna é de pouca interação depois porque os alunos não conseguem se comunicar por não saber da Libras. A comunicação é realizado através do interprete e algumas pessoas entre professores e alunos que se disponibiliza para tentar a comunicação, através de sinais e</p>

		<p>sinais caseiros.</p>
		<p>Através de sinais caseiros, gestos e mímicas com alguns sinais aprendidos nas aulas de oficinas que são realizadas dentro da sala com a parceria da professora DA e o interprete.</p>
		<p>Participam das mesmas atividades com o estudante com surdez. As atividades são as mesmas e existe em algumas disciplinas atividades adaptadas, dependendo do professor. O trabalho maior que existe com o aluno é no contra turno com o professor do AEE.</p>
		<p>Os estudantes ouvintes auxiliam o estudante com surdez nas atividades escolares. Existe na sala um grupo pequeno que preocupa com o aprendizado do aluno incluído, tenta ajudar, chama para participar dos grupos de trabalho, mais são poucos.</p>
<p>Aspectos observados nos planejamentos pedagógicos dos professores, no Projeto Político Pedagógico da escola e no Currículo escolar.</p>	<p>Metodologia</p>	<p>O planejamento escolar tem além de outros, o foco no estudante com surdez. O foco é com o público maior que são os ouvintes, o surdo fica a margem. Como sempre um grupo pequeno se preocupa em fazer os planejamentos pensando no todo.</p> <p>As aulas são ministradas de forma interativa. E são realizadas de maneira tradicional, com poucas inovações, não proporcionando o interesse do aluno fazendo com que fique desestimulado perdendo todo interesse como estudante.</p> <p>O estudante com surdez tem participação ativa nos projetos desenvolvidos na escola. Com o apoio do interprete sim. O interprete precisa estar fazendo toda a ponte, direcionando e estimulando para que o aluno surdo tenha interesse e vontade de participar dos eventos que tem na escola. Ficou nítido que devido ter apenas uma pessoa surda na escola não tem dificuldade a interação dessa pessoa, por não ter uma pessoa para compartilhar dos mesmos interesses. Se tivesse um instrutor surdo para o aluno poder trocar experiência poderia ter um agrupamento melhor e com isso ter uma desenvoltura em seu crescimento social e melhor rendimento na escola.</p> <p>O Projeto Político Pedagógico tem sido elaborado</p>

		<p>na ótica da inclusão para estudantes surdos. No PPP da escola é contemplado, porém no dia a dia é diferente. Mas existe um grupo de professores que tentam fazer o máximo para que o aluno sinta incluído. O que pude perceber é que a família não tem contato com a escola cobrando tudo que o seu filho precisa para seu crescimento como pessoa no ambiente social e que possa ser melhor ensinado.</p>
--	--	---

ANEXO 4: -GUIA DE ENTREVISTA PARA O ESTUDANTE

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA –ESTUDANTE

Prezado (a) Estudante,

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DATA: ___/ ___/ 2019.

Questão 1: O que você sentiu quando soube que teria um colega surdos na sala de aula?

Questão 2: Como ocorre a sua interação com o colega surdo?

Questão 3: Você observa que existe um trabalho diferenciado pelo professor para o estudante surdo?

ANEXO 5: GUIA DE ENTREVISTA PARA O COORDENADOR PEDAGÓGICO

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – COORDENADOR PEDAGÓGICO

Prezado (a) Coordenador (a),

Esta entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DATA: ___/___/ 2019.

Questão 1: Quais foram as formas de encaminhamento dado aos professores sobre a inclusão do estudante surdo na sala de aula?

Questão 2: Como ocorreram as interações entre a equipe pedagógica e os alunos surdos?

Questão 3: Houve a necessidade de desenvolver alguma estratégia para favorecer a participação do estudante surdo no contexto escolar?

Questão 4: Como se dá a participação do estudante surdo na escola?

Questão 5: Você identifica consequências para a escola decorrentes do processo de inclusão do estudante surdo?

ANEXO 6: GUIA DE ENTREVISTA PARA O PROFESSOR DA SALA REGULAR

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Prezado (a) Professor (a),

Esta entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DISCIPLINA: _____

DATA: ___/___/ 2019.

Questão 1: Você foi capacitado para receber com alguns estudantes com habilidades educacionais especiais?

Questão 2: Na hora de preparar seu planejamento, você cria estratégias para atender o estudante surdo de maneira diferenciada?

Questão 3: Você sentiu dificuldades para desenvolver o processo de inclusão do estudante surdo em sua sala de aula?

Questão 4: Como você se comunica com o estudante surdo?

Questão 5: Como você organiza o processo de avaliação e correção dos conteúdos para o estudante surdos?

Questão 6: De que forma você estabelece a comunicação entre os estudantes surdos?

ANEXO 7: GUIA DE ENTREVISTA PARA O GESTOR ESCOLAR

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – GESTOR ESCOLAR

Prezado (a) Gestor (a),

Esta entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DATA: ___/ ___/ 2019.

Questão 1: Como foi o processo de entrada do estudante surdo nesta escola?

Questão 2: Foram tomadas algumas medidas organizacionais e pedagógicas para implementar o processo de inclusão para surdos na escola? Quais?

Questão 3: Você identifica consequências positivas para o seu desenvolvimento profissional decorrentes da experiência de inclusão de alunos surdos?

ANEXO 8: GUIA DE ENTREVISTA PARA O INTÉRPRETE

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – INTÉRPRETE

Prezado (a) Intérprete,

Esta entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DATA: ___/ ___/ 2019.

Questão 1: Como foi desenvolvido o atendimento educacional especializado para os estudantes surdos?

Questão 2: Na realização do Conselho de Classe existe uma avaliação do estudante a fim de apresentar ou não os avanços ocorridos na aprendizagem do Surdo?

Questão 3: Você concorda que a inclusão de pessoas surdas favorece a busca pela “formação” em LIBRAS para os professores?

Questão 4: Como é estabelecida a sua relação como o professor do AEE, e do Ensino regular?

ANEXO 9: GUIA DE ENTREVISTA PARA O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO -AEE



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

GUIA DE ENTREVISTA – PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO -AEE

Prezado (a) Professor (a) do AEE,

Esta entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A Educação de Surdos e a prática pedagógica dos professores do ensino regular: uma análise na ótica da inclusão social na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.** Tendo como objetivo: Analisar a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação pelos professores do ensino regular, para estudantes surdos na Escola Municipal Zilca Nunes Vieira Bermudes – Aracruz -ES-Brasil.

DATA: ___/ ___/ 2019.

Questão 1: Você concorda com a proposta de inclusão implantada nas escolas municipais no Estado do Espírito Santo?

Questão 2: Qual sua contribuição no processo de inclusão para estudantes surdos na escola?

**ANEXO 10: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ESCOLA ZILCA NUNES
VIEIRA BERMUDES – ARACRUZ -ES/BRASIL**

